

Universidade de Évora  
Departamento de História  
Curso de Museologia

Marta Luísa Lourenço Antunes da Gama Mendes

**Concepções de reserva: os museus da cidade de Coimbra**

Orientador: Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia

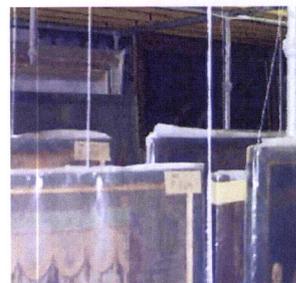


2005

155990

*“Esta dissertação não contém as críticas e sugestões feitas pelo Júri”*

## II Curso de Mestrado em Museologia



**Concepções de reserva: os museus da cidade de Coimbra**

## ÍNDICE DE MATÉRIAS

<i>Resumo/ Abstract</i>	5
INTRODUÇÃO	6
I PARTE - Perspectiva diacrónica sobre o conceito de reserva: contextualização de uma análise	11
Capítulo 1 – Experiências internacionais	11
Capítulo 2 – Realidade portuguesa	39
II PARTE – Estudo de casos	49
Capítulo 3 – Reservas de museus da cidade de Coimbra: situações de continuidade	
3.1 Museus sem sector de reserva	50
3.2 Museu Militar de Coimbra	57
3.3 Museu Académico de Coimbra	59
3.4 Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva	61
3.5 Exploratório Infante D. Henrique	67
3.6 Museu de História Natural e Museu de Física	69
3.6.1 Museu Antropológico	72
3.6.2 Museu Botânico	78
3.6.3 Museu Mineralógico e Geológico	83
3.6.4 Museu Zoológico	86
3.6.5 Museu de Física	90

<b>Capítulo 4 – Reservas de Museus em definição e transformação</b>	<b>94</b>
4.1 Museu das Ciências da Universidade de Coimbra	94
4.2 Museu da Cidade	102
4.3 Museu Nacional de Machado de Castro	105
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>116</b>
<b>BIBLIOGRAFIA E FONTES</b>	
<b>Bibliografia</b>	<b>123</b>
<b>Fontes manuscritas, impressas e iconográficas</b>	<b>152</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>I</b>
<b>Fotografias</b>	<b>II</b>
<b>Plantas e desenhos</b>	<b>XVII</b>
<b>Documentação escrita</b>	<b>XXVII</b>
<b>Lista dos responsáveis, conservadores e colaboradores contactados nas diferentes instituições</b>	<b>XXXIII</b>

## *Resumo/ Abstract*

Este estudo tem como objectivo debruçar-se sobre o conceito de reserva museológica face à sua importância estratégica na actualidade. Neste sentido é feito, primeiramente, um enquadramento histórico da evolução e entendimento deste sector, ao nível internacional e ao nível nacional, a partir de um estudo bibliográfico sobre estas concepções e experiências. Na segunda parte do trabalho, feito o enquadramento geral, procede-se ao estudo deste sector específico a partir de um grupo definido de museus que, neste caso, se optou por circunscrever geograficamente: os museus da cidade de Coimbra. São então analisadas as diversas realidades em presença ao nível do sector da reserva.

### *Museums storage: the case of Coimbra*

This study analyses the concept of museum storage considering its strategic importance in the actuality. Firstly, it's made a historic presentation of the evolution and understanding of the storage sector, in the international and nacional levels, based on a bibliographic study about museum storage conceptions and experiences. In the second part, this study describes and analyses this specific museum sector in a geographically circumscribed group of museums: the museums of Coimbra. The different realities between these museums in the storage sector are then discussed.

## INTRODUÇÃO

A ideia de pensar a problemática das reservas de museus surgiu na sequência de algumas reflexões pessoais levantadas a partir de questões concretas que me foram surgindo, inicialmente, em situação de trabalho. Prendiam-se, em geral, com a dinâmica da instituição museológica. Por inerência à sua vocação, cumpre-lhe conservar, estudar e interpretar os objectos que incorpora. O museu, como instituição permanente ao serviço da comunidade que incorpora testemunhos do homem e do meio, comporta, na maior parte dos casos, um número muito significativo de objectos que não se encontram em situação de “exposição”, muito embora se conservem ao abrigo da mesma entidade e com o mesmo intuito de preservação da memória. Se o meio de interpretação do objecto no espaço museológico é, privilegiadamente, a exposição, as potencialidades do objecto não se esgotam aqui.

Pensar as reservas surge como olhar o outro lado da cena, espreitar além do “palco”. Vai surgindo, assim, a visão da reserva como uma questão central e estratégica no museu.

Do ponto de vista museológico, reflectir sobre uma temática desta natureza implica a delimitação concreta do âmbito da análise e a definição da metodologia a adoptar.

Entre outras hipóteses, optou-se por circunscrever, geograficamente, o objecto em análise, centrando o estudo nos museus da cidade de Coimbra, ou seja, no seu espaço urbano. Esta opção abarca um período cronológico significativo e um leque variado, não só temático e disciplinar, mas também de diferentes abrangências geográficas. Como o objecto de trabalho se centra num aspecto particular do museu, a reserva, o estudo a partir de um universo geograficamente delimitado, compreendendo diversos casos com diferentes

características, pareceu-nos constituir, à partida, um objecto de análise consistente e interessante do ponto de vista da diversidade de situações susceptíveis de se virem a identificar. Nesta medida, e não deixando de atender à definição reconhecida pelo *International Council of Museums* (ICOM), consideraram-se as entidades auto-intituladas “museu” nas suas variantes e independentemente do facto de se encontrarem abertas, fechadas ou em projecto, muito à semelhança do critério seguido para a realização do inquérito aos museus portugueses.<sup>1</sup>

Assim, serão consideradas como susceptíveis de se incluírem neste estudo as instituições museológicas que a seguir se enumeram alfabeticamente: Casa Museu Bissaya Barreto, Exploratório Infante D. Henrique, Museu Académico da Universidade de Coimbra, Museu da Cidade, Museu da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, Museu das Ciências da Universidade de Coimbra, Museu de Arte Sacra da Universidade, Museu de Arte Sacra da Confraria Rainha Santa Isabel, Museu de Física da Universidade de Coimbra, Museu de História Natural da Universidade de Coimbra (com as suas quatro secções: Museu Antropológico, Museu Botânico, Museu Geológico e Mineralógico e Museu Zoológico), Museu do Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Museu Militar de Coimbra, Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva e Museu Nacional de Machado de Castro.<sup>2</sup>

O estudo recai, evidentemente, sobre a situação actual das reservas. No entanto, não deixará de se fazer uma referência sumária à história de cada uma das instituições museológicas, na estrita medida em que esta possibilite caracterizar, de forma genérica, as

---

<sup>1</sup> *Inquérito aos Museus em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura. Instituto Português de Museus, 2000, p. 31.

<sup>2</sup> À semelhança do referido inquérito, optou-se pela não inclusão neste trabalho da situação do Portugal dos Pequenitos.

colecções implicadas e, ao mesmo tempo, contextualizar a análise da situação actual das reservas.

Ao longo desta análise, cruzam-se, por inerência à natureza deste sector museológico, dois aspectos cruciais, a conservação e a documentação. O primeiro, reporta-se ao carácter físico do objecto museológico e, como tal, prende-se com a criação de condições que possibilitem a sua preservação enquanto entidade física. É na reserva que se conservam os objectos que, muitas vezes, correspondem à maioria das colecções incorporadas no museu. O segundo aspecto, relacionando-se com a dimensão informativa do objecto museológico, liga-se à sua comunicação intelectual. É através da documentação que a reserva assume o seu carácter de sector de gestão de potencial científico e informativo dos objectos que acolhe.

Face à diversidade e complexidade dos casos em análise, não seria possível, neste trabalho, comportar um investimento idêntico nestes dois âmbitos, pelo que se prestará especial atenção à questão da documentação e acesso. Uma tal opção prende-se, por um lado com questões de formação pessoal e, por outro, com a convicção de que esta questão é hoje, manifestamente, uma dimensão fundamental na abordagem da problemática das reservas.

No que respeita à estruturação interna do trabalho, entendeu-se dividi-lo em duas partes fundamentais. Uma primeira parte, de contextualização, onde será abordada a questão evolutiva, a partir de um estudo bibliográfico. A forma como a problemática da reserva foi sendo concebida, entendida, vista e utilizada ao longo do tempo. Antes de mais, no contexto internacional, com uma apresentação das principais tendências e diversas experiências que foram sendo implementadas. Depois, centrando a análise na realidade nacional, descortinando reflexões, realizações e possíveis influências.

A segunda parte, que compreende igualmente dois capítulos, centra-se na apresentação das situações em análise, as concepções de reservas dos museus da cidade de Coimbra, que além das fontes bibliográficas e arquivísticas compreendeu, naturalmente, a visita às instituições e o contacto, mais ou menos detalhado, com os seus responsáveis e colaboradores, conforme a exigência das situações. Nesta segunda parte destrinçam-se os casos dos museus que, na actualidade, sofrem processos de transformação ou se encontram em fase de constituição. Encontram-se nesta situação o Museu das Ciências da Universidade de Coimbra em fase de arranque, o Museu da Cidade, projecto polinucleado<sup>3</sup> de criação recente, com definição ainda em curso, e ainda o Museu Nacional de Machado de Castro, cujo processo de remodelação está em curso, que serão tratados em capítulo próprio.

Os restantes museus, que quantitativamente constituem a maioria, com histórias institucionais consolidadas e que não atravessam, no presente, processos de transformação interna significativos e que denominaremos museus de continuidade, serão analisados em outro capítulo. De entre estes, será também tratado um grupo de museus que não possui reservas, uma vez que, estando incluídos no âmbito considerado por este trabalho se entendeu interessante identificar esta situação no contexto desta análise.

Por último, cumpre-me deixar aqui uma palavra de agradecimento ao orientador desta dissertação, o Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia, pelo constante estímulo científico ao longo do desenrolar deste trabalho.

Aos responsáveis, conservadores e colaboradores das instituições envolvidas com quem tive oportunidade de contactar e falar ao longo deste trabalho, o meu

---

<sup>3</sup> A propósito da questão terminológica suscitada por este termo pode ver-se a nota de rodapé no início do capítulo relativo a este museu.

agradecimento pela disponibilidade e precioso contributo para a descoberta e entendimento de cada uma destas realidades.

À minha família e aos meus amigos com quem, quotidianamente, sempre fui partilhando as vivências deste trabalho, um obrigado sentido.

## I PARTE - Perspectiva diacrónica sobre o conceito de reserva: contextualização de uma análise

### Capítulo 1 – Experiências internacionais.

Votada intrinsecamente ao acolhimento e conservação do objecto museológico fora do espaço expositivo, a reserva constitui, por isso, uma área singular dentro da instituição museológica. Surgida e progressivamente definida como um espaço funcional distinto face a outros espaços do museu, acabará por se autonomizar, congregando em si ou em seu redor novas e distintas funcionalidades, respondendo, na sua especificidade concreta, aos diferentes desafios e missões colocados à instituição museológica. Hoje, muito claramente assumida como uma área fulcral do museu, apresenta-se como um elemento base neste contexto. Sintetizando as reflexões do congresso internacional dedicado a esta problemática, realizado em Paris em 1994, as reservas são caracterizadas como um espaço vivo, um espaço de investigação, um espaço de informação e difusão de informação.<sup>4</sup>

Não se tratando de fazer uma relação de todos os passos desta progressão, há, no entanto, reflexões, personalidades e propostas concretas que, de forma decisiva, marcaram a construção deste conceito. Neste sentido, apresentam-se alguns momentos particularmente significativos para a compreensão da natureza e entendimento da reserva ao longo do tempo. Seja através de textos reflexivos de cariz museológico, seja por meio de propostas concretas de práticas museológicas, ou ainda acompanhado o desenvolvimento

---

<sup>4</sup> PIGANOL, Pierre - *Clôture* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 213.

do espaço arquitectónico do museu como reflexo de opções, de projectos e objectivos, é possível descortinar este processo.

A origem da reserva prende-se, por inerência à sua vocação primeira de acolhimento dos objectos museológicos, com a colecção.

O coleccionismo é identificado muito cedo na história da humanidade por diversos autores,<sup>5</sup> assumindo, mais tarde, uma outra dimensão na concepção do *mouseion* grego, e depois ainda, através dos gabinetes de curiosidades. Aqui, na perspectiva de Martine Jaoul,<sup>6</sup> a colecção reunida estaria integralmente acessível, ainda que o acesso se confinasse a um pequeno segmento da sociedade capaz de apreender o que se mostra.<sup>7</sup> A colecção, de natureza privada, mostra-se, para já, sem preocupações de outra ordem. A definição da natureza da instituição museológica e a presença de público colocação, a seu tempo, outras exigências inerentes ao carácter científico e público da instituição moderna.

A “onda museológica”, na expressão de Germain Bazin, vai expandir-se pela Europa, de tal forma que a presença de espaços específicos para acolher as colecções torna-se um elemento comum nos palácios dos séculos XVII e XVIII.<sup>8</sup>

Durante o século XVII, a nova concepção racionalista do mundo determina o desenvolvimento da investigação e da crítica. As colecções deixam também transparecer um carácter mais lógico. O museu concretiza-se como uma instituição gestora de

---

<sup>5</sup> *La muséologie selon Georges Henri Rivière*. [Paris]: Dunod, 1989. (Cours de muséologie; textes et témoignages), p. 48. ALONSO FERNÁNDEZ, Luis – *Museología y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999, p. 45.

<sup>6</sup> Martine Jaoul foi responsável pelas reservas do *Musée National des Arts et Traditions Populaires* entre 1985 e 1992. JAOUL, Martine – *Des réserves, pour quoi faire?* In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 4.

<sup>7</sup> “Et l’on peut dire qu’au commencement était la collection, intégralement accessible. Accessible dans sa totalité certes, mais à une part très limitée de la société (...)” JAOUL, 1995, p. 4.

<sup>8</sup> HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca - *Manual de museologia*. Madrid : Síntesis, D.L.1998. (Ciencias de la información; Biblioteconomía y documentación), p. 63 e PEVSNER, Nikolaus – *Museums*. In *A history of building types*. London: Thames and Hudson Ltd. Reprint, 1986, p. 113.

documentação científica. Muito concretamente no que respeita aos produtos da História Natural evidencia-se o diferente tratamento consoante se trata de um produto destinado à apresentação ou a material de estudo, indiciando um princípio de separação de colecções. De igual forma identificam-se espaços diferenciados de acomodação e mobiliário concebido com diferentes funcionalidades.<sup>9</sup>

A publicação do primeiro tratado sobre o museu, a obra *Museographia* da autoria do comerciante de Hamburgo Caspar Friedrich Neikel, em 1727, não deixa de traduzir o significado que a prática do coleccionismo vinha já a alcançar. O autor enumera alguns conselhos práticos que se prendem com a escolha do local mais adequado para acolher os objectos, a sua classificação e conservação. A propósito desta obra, Luis Alonso Fernández chama à atenção para o facto de, na altura em que Neikel escreve este tratado, o museu não comportar ainda uma dimensão pública. Embora seja patente uma intenção didáctica nos conselhos dados, estes são dirigidos aos coleccionadores, as colecções têm então um carácter semiprivado e como tal um acesso restrito.<sup>10</sup>

Quando em 1765, Diderot publica na *Encyclopédie* um programa museológico para o Louvre, prevendo inclusivamente o acesso de comunidades escolares, algo de novo se augura.<sup>11</sup> Com o aproximar do final do século, o processo revolucionário francês impulsionará, de forma decisiva, este novo entendimento do museu, como uma instituição de utilidade pública, ao consagrar por decreto, no contexto político e social da Revolução, o Louvre como museu público. Tal facto impulsionará a progressiva constituição de grandes

---

<sup>9</sup> GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Terminologia e conceitos: contributos para um glossário museológico em língua portuguesa*. In *Estudos de Castelo Branco*. Nova série, n.º 1, (Out. 2003), p. 243.

<sup>10</sup> ALONSO FERNÁNDEZ, 1999, p.18.

<sup>11</sup> ALONSO FERNÁNDEZ, 1999, p.56.

colecções públicas, a partir dos finais de setecentos, consolidando-se o conceito do museu moderno, público, no decurso do século XIX que entretanto se iniciava.

Face a esta nova realidade, o museu, enquanto espaço edificado, não deixará de assumir a sua nova vocação e as suas novas exigências. Ainda que diversos desenhos para edifícios museológicos tivessem já sido propostos, nomeadamente, em setecentos,<sup>12</sup> será no início do século XIX que o processo de concepção e construção de museus assume um significado particular.

A instituição museológica evolui, ao longo de oitocentos, no sentido da predominância do seu papel científico, de criação e desenvolvimento do saber, instigando, assim, o crescimento muito intenso das colecções incorporadas. A par, reforça o seu carácter instrutivo como outro dos seus objectivos fundamentais.<sup>13</sup>

Durante este século, várias personalidades contribuem com o seu pensamento e intervenções para o avanço da questão museológica, procurando responder a estes objectivos da instituição de uma forma sistemática. Entre estes conta-se Johann Wolfgang von Goethe que em 1821 publica um artigo no qual explicita a sua teoria sobre o duplo objectivo do museu, agrupando para tal as colecções em duas zonas. Uma sintética e essencial destinada ao público, e outra, mais desenvolvida, para os especialistas.<sup>14</sup>

Neste sentido, a constituição de duas colecções para cumprimento de diferentes objectivos e a sua distinta acomodação, será teorizada e desenvolvida, inicialmente, por

---

<sup>12</sup> Refiram-se, por exemplo, os projectos desenvolvidos a título de exercício, no âmbito de concursos desenvolvidos por Academias de Arquitectura. PEVSNER, 1986, p. 118-119.

<sup>13</sup> GOUVEIA, 2003, p. 243.

<sup>14</sup> A sua influência parece ter sido decisiva junto de Luís I da Baviera, quando este confiou a construção da Gliptoteca de Munique a Leo von Klenze. O mesmo arquitecto que poucos anos depois, entre 1823 e 1824, desenha a *Alte Pinakothek*, cuja planta deixa já transparecer na sua concepção funcional duas áreas distintas, uma galeria pública no primeiro piso, enquanto que o piso térreo alberga as salas de reservas, as oficinas e os gabinetes administrativos. ALONSO FERNÁNDEZ, 1999, p. 21. A propósito da *Pinakothek* veja-se MARTIN, Kurt – *Reconstruction de l'Alte Pinakothek de Munique*. In *Museum*. Vol. XIII, n.º 2 (1960), p. 109-112.

personalidades ligadas à História Natural.<sup>15</sup> Entre estas destacam-se, pela reflexão e empenho na difusão que dedicaram a esta questão, William Henry Flower, que chega a desempenhar o cargo de director do *Natural History Museum* de Londres, e George Brown Goode que desenvolveu o seu trabalho nos Estados Unidos, em ligação com o *United States National Museum*.

John Edward Gray, britânico com um longo percurso como responsável por uma colecção de História Natural, sistematiza, já em final de carreira, a sua opinião. Numa comunicação à *British Association for the Advancement of Science*, em 1864, como presidente de uma das secções, refere-se aos dois princípios em função dos quais um museu era fundado. O primeiro, como meio de difusão da instrução e deleite para o público; o segundo, como instrumento de apoio ao estudo científico, através dos espécimes pertencentes às colecções do museu. Na sua opinião, o primeiro destes objectivos vinha sendo sacrificado face ao segundo, ainda que sem grandes benefícios para este, porque, avança, o sistema em si estava inteiramente errado.<sup>16</sup> Mas, é William Henry Flower, quem, alguns anos mais tarde, em Setembro de 1889, dirigindo-se a esta mesma associação, defende, aprofundadamente esta teoria.

Após algumas referências históricas sobre a evolução dos museus, em particular os de História Natural, introduz a temática da organização dos museus que era, aliás, o título desta sua conferência.<sup>17</sup> Refere-se à necessidade de estabelecer um objecto e objectivos definidos para cada museu. Na sua opinião, os motivos para constituir colecções

---

<sup>15</sup> GOUVEIA, 2003, p. 243. STIX, Alfred – *Organization des dépôts, réserves et collections d'études*. In CONFÉRENCES INTERNATIONALES D'ÉTUDES, Madrid, 1934 - *Museographie : architecture et aménagement des musées d'Art. Conférences Internationales d'Études*. Paris: Société des Nations. Institut International de Coopération Intellectuelle. Office International des Musées. [1936], p. 249.

<sup>16</sup> FLOWER, William Henry – *Essays on museums*. London: Routledge/Thoemmes Press, 1998. (The history of museums), p. 37.

<sup>17</sup> FLOWER, 1998, p. 3-11.

e organizar museus, independentemente do seu tipo, são dois. O primeiro, o avanço e incremento do conhecimento, razão pela qual se constituem colecções científicas para estudantes, mas que poderiam até ser abertas à população em geral do país, que detendo tempo e capacidades pudessem desenvolver estudos aprofundados. O segundo motivo, prende-se com a difusão do conhecimento por um público mais genérico. Na opinião de William Flower a falha na maioria dos museus ocorre quando se confundem estes dois fins da instituição museológica, tentando-se combinar os dois, investigação e instrução, na mesma apresentação. Feita esta distinção clara dos dois objectivos do museu que justificam a existência de duas colecções com características diferentes, tece em seguida algumas considerações, em particular, sobre cada uma das ditas colecções. A colecção para exposição apresentada na galeria pública, afecta ao segundo objectivo descrito, e a colecção para estudo, constituída com fins científicos, remetida a outro espaço.<sup>18</sup>

Detenhamo-nos, pois, nesta última. Ao citar os factores a atender, no momento do arranjo das colecções para estudo, refere a necessidade de ter em conta a preservação dos objectos, protegendo-os do pó, da luz e da humidade. Chama ainda à atenção para a necessidade de proceder à sua identificação, registo da sua história e para a sua classificação e acondicionamento de forma a que cada espécime possa ser encontrado sem dificuldade ou perda de tempo. Alerta para o facto das salas deverem possuir mesas e boa luz para o exame dos espécimes e disporem de livros de referência da área a que respeita a colecção. Mais ainda, prescreve que as salas devam estar situadas perto dos responsáveis do museu, permitindo a assistência e supervisão aos estudantes.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> As expressões utilizadas pelo autor, em Inglês, ao longo do texto, para designar cada uma destas colecções, *colecção para exposição* e *colecção para estudo*, são várias. Já George Brown Goode adopta as designações *exhibition series* e *study series*. FLOWER, 1998, p. 1-29; 37-53.

<sup>19</sup> FLOWER, 1998, p. 13-17.

O seu pensamento traduz não só preocupações com a conservação física dos espécimes, com a sua organização e acomodação de forma a facilitar o acesso aos objectos, mas também com a disponibilização de meios para o seu estudo e compreensão, valorizando assim, esta colecção à semelhança do que acontece com a colecção exposta.

Ao referir-se a este princípio da separação das colecções museológicas, o autor propõe passar a designá-lo por *the new museum idea*, salientando o duplo objectivo da instituição, por oposição às anteriores formas de arranjo dos museus.<sup>20</sup>

Consciente que a sua teoria, quando implementada se apresenta intimamente ligada à realidade espacial e funcional do edifício que alberga a colecção, Flower concebe um modelo teórico de uma planta para um museu nacional. Conhecedor do modelo desenhado pelo General Pitt-Rivers que poucos anos antes havia proposto uma planta para um museu de História Natural com uma série de galerias distribuídas por círculos concêntricos, fazendo aí representar as várias épocas históricas do centro para a periferia, ao mesmo tempo que linhas radiantes individualizam cada grupo natural, não deixa de lhe apontar dificuldades de execução e implementação. Dificuldades de construção, por um lado, mas também de implementação prática, no momento, por falta de conhecimentos no domínio da História Natural. Mas este é um plano arquitectónico que coloca a sua tónica na exibição pública, exclusivamente, como aliás Flower o faz notar na apresentação deste projecto de Pitt-Rivers.<sup>21</sup>

A planta proposta por Flower apresenta-se como um modelo que atende aos princípios básicos do trabalho no museu, de quase todas as naturezas, de maior ou menor dimensão, incorporando coerentemente o modelo teórico das duas colecções que defende.

---

<sup>20</sup> FLOWER, 1998, p. 37.

<sup>21</sup> "In the first place, I have endeavoured to work out in detail in its application to natural history, that most original and theoretically perfect plan for a museum of exhibited objects (...)" FLOWER, 1998, p.48.

Propõe um plano rectangular, reticulado, sendo que as linhas paralelas às fachadas laterais dividem as diferentes secções, e as perpendiculares a estas separam as colecções exibidas das colecções de reserva. Neste plano, a reserva ocupa as salas centrais do edifício, entre a galeria pública, voltada para a fachada principal e as salas de trabalho e administração, na parte de trás do edifício. Transparece nesta planificação a preocupação que o autor coloca na articulação dos diferentes espaços face às suas funções e diferentes graus de acesso. As salas das reservas e salas de trabalho, situadas na área oposta à entrada principal do edifício, articulam-se entre si e com a galeria pública, assumindo o seu carácter de espaço não público.

Tanto William Henry Flower como George Brown Goode sugerem a aplicação desta concepção teórica a outros museus além dos de História Natural.<sup>22</sup>

Neste sentido vão também os princípios enunciados por Louis Agassiz, em 1873.<sup>23</sup> Da mesma forma, ainda antes do final da centúria, em 1884, Brinkmann, num guia do *Musée des Arts et Métiers* de Hamburgo, refere a necessidade e utilidade de se criarem, também neste domínio, colecções de estudo.<sup>24</sup> Outras personalidades ligadas à História da Arte e à Arqueologia parecem ter recomendado a adopção de um sistema semelhante.<sup>25</sup> Era chegada a hora de descongestionar os museus da densidade indesejável das salas de exposição, uma vez que o seu papel estético e educativo se encontrava diminuído.

---

<sup>22</sup> FLOWER, 1998, p. 15, 47-48.

<sup>23</sup> *Inquérito internacional acerca dos museus*. In *Portugale: revista ilustrada de cultura literária, científica e artística*. Porto. Vol. V, n.º 25 (Jan./Fev. 1932), p. 61. ALONSO FERNÁNDEZ, 1999, p. 21.

<sup>24</sup> STIX, Alfred – *Organisation des dépôts, réserves et collections d'études*. In *Muséographie : architecture et aménagement des musées d'art*. Madrid : Société des Nations. Institut International de Coopération Intellectuelle. Office International des Musées, [1936], p. 249.

<sup>25</sup> Wilhelm Bode, em 1903, no *Die Woche* e Salomon Reinach, em 1909, na *Révue pédagogique*. BAZIN, Germain – *Les plans du musée : évolution historique et problèmes actuels*. In HUYGUE, René – *Exposition internationale de 1937 : groupe I : classe III : musées et expositions : section I : muséographie : guide illustré*. Paris. Disponível na world wide web em : <<http://www.crdp.ac-creteil.fr/artecole/de-visu/vitry/vitry-museographie-plans.htm>>. Acedido a 2004.08.09.

Este sistema será parcialmente concretizado no *Natural History Museum* de Londres, em 1886.<sup>26</sup> A partir de então, diversas propostas foram implementadas tendo em vista este princípio. Como Flower o refere no decorrer da sua conferência de 1893, esta “nova ideia de museu” teve uma significativa aceitação entre os principais museus nacionais de História Natural da Europa. O *Museum für Naturkunde*, em Berlim, sofreu mesmo transformações arquitectónicas de forma a implementar esta concepção, uma vez que o edifício havia sido desenhado segundo “o antigo sistema”. Ao tomar posse como novo director deste museu, Karl Möbius limita a exposição pública ao piso térreo e destina os dois pisos superiores para as reservas. Ao relatar esta transformação, Flower, refere o cuidado posto neste plano, não só ao nível da concepção e articulação do espaço arquitectónico, mas também a atenção prestada ao mobiliário e à segurança.<sup>27</sup>

A questão manter-se-á, prolongando-se pelo século XX e dando origem à formulação do “princípio do duplo museu” ou “método do duplo museu”.<sup>28</sup> Respondendo à acumulação de objectos nas galerias públicas e à necessidade de organização interna no cumprimento de objectivos precisos, é proposta a repartição das colecções por dois espaços distintos em função da sua qualidade e interesse patrimonial. A exposição, destinada ao “público em geral” e as galerias de depósito para “eruditos e estudiosos”. Na exposição encontram-se as obras primas seleccionadas, dispostas cronologicamente e por escolas. Nas galerias de depósito, “visíveis, iluminados e fáceis de consultar”, apresentam-se as obras secundárias “por séries sistemáticas, por matérias”.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> ALONSO FERNÁNDEZ, 1999, p. 22.

<sup>27</sup> FLOWER, 1998, p. 41-47

<sup>28</sup> GOUVEIA, 2003, p. 244; *Inquérito internacional....*, 1932, p. 61.

<sup>29</sup> *Inquérito internacional....*, 1932, p. 61.

Em 1907, o *Bayerisches National Museum* de Munique, o *Museum of Fine Arts* de Boston e, na década de 20, o *Philadelphia Museum* implementam este princípio, extravasando o âmbito dos museus de História Natural ao alargar-se a outras áreas disciplinares.<sup>30</sup>

O trabalho museológico vai assumindo uma componente reflexiva e técnica que se irá repercutindo nas diferentes componentes da actividade dos museus, naturalmente, também na questão das reservas.

O início formal dos trabalhos do *Office International des Musées*, organismo da Sociedade das Nações, em 1927, como instituição de cooperação internacional, possibilitará a troca de experiências entre profissionais deste âmbito. Promove, logo a partir desta data, a publicação de uma revista especializada, a *Mouseion*, da mesma forma que, em 1934, organiza uma Conferência Internacional de Estudos em Madrid, da qual faz publicar as respectivas comunicações.

O programa do *Office International des Musées*, delineado na sua primeira reunião, não deixa de referir, no ponto sete das resoluções adoptadas, dedicado à museografia, a questão das reservas, considerando-a entre outros aspectos da organização interna dos museus.<sup>31</sup>

As comunicações da referida conferência constituem a primeira publicação internacional sobre a temática museológica.<sup>32</sup> A problemática das reservas é abordada por

---

<sup>30</sup> ALONSO FERNÁNDEZ, 1999, p. 22.

<sup>31</sup> *Programme de l'Office International des Musées : première réunion d'experts, Genève, 13 et 14 de Janvier de 1927.* In *Mouseion*, n.º 1 (Avril, 1927), p. 14.

<sup>32</sup> ALONSO FERNÁNDEZ, 1999, p. 23.

Alfred Stix, director do *Kunsthistorisches Museum* de Viena, que dedica a sua intervenção à organização de depósitos, reservas e colecções de estudo.<sup>33</sup>

Stix começa por referir-se à origem, à forma de constituição das colecções de reserva, analisando duas noções que considera distintas, depósito e colecção de estudo. Aborda em seguida outros aspectos como os possíveis critérios de organização interna em função do tipo de colecção, os inventários e os catálogos e, finalmente, refere-se aos problemas de conservação e segurança. Dos aspectos abordados, a reflexão inicial merece especial atenção. O autor considera a existência de depósitos desde sempre, uma vez que a colecção implica, por natureza, a acumulação de objectos. Seja pela qualidade, pelo estado de conservação, ou pela falta de espaço, não se expõe tudo e, como tal, estes objectos excluídos da exposição pública, são conduzidos para um local próprio, fora das salas de exposição, o depósito. Já a noção de colecção de estudo é, na sua opinião, bastante mais recente e a sua introdução fica a dever-se aos museus de História Natural. Enquanto que as colecções de estudo são concebidas e organizadas para estarem à disposição para, nos depósitos, o acesso aos objectos assume apenas um carácter administrativo.<sup>34</sup> A distinção encontra-se, assim, no grau de acessibilidade aos objectos. No entanto, afirma, esta diferença já foi mais marcada, uma vez que a preocupação com a conservação dos objectos e o avanço dos processos técnicos museográficos conduziram a um aperfeiçoamento dos depósitos, tornando-os mais acessíveis e atenuando as suas diferenças.

Respondendo a uma nova realidade museológica, agora mais sedimentada por um período de reflexão e debate, sucedem-se as propostas de planos arquitectónicos para museus. As décadas de 20 e 30 são especialmente profícuas em propostas que se fazem

---

<sup>33</sup> STIX, [1936], p. 248-285.

<sup>34</sup> STIX, [1936], p. 249-252.

publicar.<sup>35</sup> Entre estas podem referir-se a do arquitecto francês Auguste Perret pensada para museus de Arte. Datada de 1929, apresenta uma planta rectangular, com uma área central de exposição e acesso a duas séries laterais de galerias de estudo.<sup>36</sup> As plantas propostas pelo arquitecto americano Clarence Stein, com ligeiras variantes entre si, baseiam-se numa estrutura de galerias radiantes, para albergar as colecções públicas, que desembocam numa sala circular destinada às colecções de estudo.<sup>37</sup>

No período após o segundo grande conflito mundial, a constituição do *International Council of Museums* (ICOM) assume um papel central, impulsionador do pensamento e das práticas museológicas entre os profissionais dos museus. Época de crescimento e renovação do museu, continuadora das experiências e inovações da primeira metade do século que o conflito interrompeu. Entre as novas preocupações surge o desenvolvimento da vertente didáctica do museu, muito por influência norte-americana, país que se convertera, então, numa referência.<sup>38</sup> Esta vertente educativa terá também repercussões ao nível das reservas, suscitando reflexões e experiências.

Em França, Georges Henri Rivière, personalidade singular e precursora do pensamento museológico contemporâneo em diversas áreas, promotor e dirigente do ICOM entre 1948 e 1966, cedo inclui as reservas entre as suas preocupações centrais. Assim o ilustram as suas notas escritas, a reflexão que desenvolve em torno do conceito de “museu laboratório”, logo a partir de 1937, e mais tarde, a concepção do *Musée des Arts et*

---

<sup>35</sup> A revista *Mouseion*, o primeiro volume da *Muséographie* com um capítulo dedicado a programas arquitectónicos de museus e o catálogo da Exposição Internacional de 1937 dedicada aos museus são exemplos disso.

<sup>36</sup> PERRET, Auguste – *Le musée moderne*. In *Mouseion*, n.º 9 (Dec. 1929), p. 225-235.

<sup>37</sup> HAUTECOEUR, Louis – *Le programme architectural du musée : principes généraux*. In CONFÉRENCES INTERNATIONALES D'ÉTUDES, Madrid, 1934 - *Muséographie : architecture et aménagement des musées d'Art. Conférences Internationales d'Études*. Paris: Société des Nations. Institut International de Coopération Intellectuelle. Office International des Musées. [1936], p. 12-37.

<sup>38</sup> ALONSO FERNÁNDEZ, 1999, p. 73-80.

*Traditions Populaires* em Paris.<sup>39</sup> Associando ao museu um centro de pesquisa com programas e equipamentos próprios, este conceito acrescenta ao “museu cultural” um “museu científico”, duas dimensões que se cruzam e cooperam no desenvolvimento de uma política definida.<sup>40</sup>

O projecto para o *Musée des Arts et Traditions Populaires* traduz uma concepção de museu como local de investigação, mas também como espaço pedagógico. A galeria cultural, com carácter introdutório destinada ao grande público; a galeria de estudo ou científica, onde se dispõem as colecções de estudo, a par da possibilidade de consulta de informação, enquanto área de estudo, pensada para estudantes, investigadores e artistas e as reservas, “a retaguarda do museu”.<sup>41</sup> Nas palavras de Rivière, uma unidade diversificada que compreendia não só as áreas de armazenamento, mas também as oficinas de restauro, laboratórios e salas de consulta. Nesta orgânica proposta para o museu identificam-se, assim, dois grandes espaços, aliás, claramente patentes na estrutura arquitectónica em forma de T invertido. Um elemento horizontal concebido para o público, um elemento vertical destinado à conservação.<sup>42</sup>

A concretização do projecto do *Musée des Arts et Traditions Populaires* arrastava-se no tempo. Primeiro museu nacional concebido e construído de raiz em França após o segundo grande conflito mundial, na opinião de Jean Cuisinier, director da instituição entre

---

<sup>39</sup> JAOUL, Martine – *Les réserves visitables dans un musée-laboratoire* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 114-117.

<sup>40</sup> Refira-se que o autor considera esta dupla vocação do museu ocidental, por um lado colecionador, por outro como local de investigação, como imanente desde a presença árabe na Península Ibérica, identificando os primeiros jardins de plantas medicinais, antepassados dos jardins botânicos, como o início desta distinção. *La Museologie selon ...*, 1989, p. 48-49.

<sup>41</sup> Na expressão original “l’arrière-musée”. Cit. por JAOUL, [1995], p.127.

<sup>42</sup> CONIL-LACOSTE, Michel – *Le futur Musée des Arts et Traditions Populaires* In *Musées et collections publiques de France et de la communauté*. Nouvelle série, n.º 33 (Out./Dez. 1962), p. 213.

1967 e 1989, foi alvo de muitas atenções, mas também de muita inexperiência.<sup>43</sup> A sua abertura ao público só será possível na década de 70. Em 1972, a galeria de estudo e, em 1975, a galeria cultural.<sup>44</sup> Então, outras experiências e concretizações estavam já em curso. Formalmente, esta concepção ilustra o desenvolvimento e diversificação da área destinada ao público, com dois níveis distintos: a galeria cultural e a galeria de estudo, esta última destinada a um público mais especializado e por isso com outro tipo de informação, não se confundindo com a galeria cultural e expositiva. A galeria de estudo disponibiliza ao público, para exploração, material informativo mais amplo, mas igualmente orientado por critérios de selecção traçados pelos responsáveis.<sup>45</sup> Refira-se que Rivière terá previsto, na origem, que na galeria de estudo pudesse surgir, quando se tocasse à campainha, um porteiro que conduziria os visitantes à “retaguarda do museu”.<sup>46</sup> No entanto, a concretização, como vimos, não compreendeu esta possibilidade de acesso às reservas.

Ainda na década de 60, Bernard Fagg, arqueólogo e museólogo, concebe um novo edifício para albergar a colecção Pitt Rivers, em Oxford. O projecto chegou a ser apresentado, em 1969, no Congresso da UNESCO sobre arquitectura de museus. O museólogo canadiano, Duncan Cameron descreve-o como uma planta de três círculos concêntricos, segmentada em partes idênticas, cada qual destinada a uma área cultural do mundo. No centro cria-se uma área introdutória, a meio apresentam-se as colecções de estudo e no exterior, as colecções científicas.<sup>47</sup> Esta proposta, à semelhança de uma outra sua contemporânea que Duncan Cameron propõe para as colecções do *Victoria Museum*,

---

<sup>43</sup> CUISINIER, Jean – *Le Musée National des Arts et Traditions Populaires à Paris : vingt ans plus tard*. In *Museum*, n.º 163 (1989), p. 165.

<sup>44</sup> *La Museologie selon ...*, 1989, p. 28.

<sup>45</sup> GOUVEIA, 2003, p. 245.

<sup>46</sup> JAOU, [1995], p. 119-120.

<sup>47</sup> CAMERON, Duncan F. – *Museum and public access*. In LORD, Barry; LORD, Gail Dextor - *Planning our museums*. [s.l.]: National Museums of Canada, 1983, p. 88-89.

prevê o acesso à totalidade das colecções, mediante a sua organização estratificada. Embora a proposta de Cameron se baseie numa planta arquitectónica rectangular, a disposição segue a mesma orientação conceptual no que respeita à existência de diferentes níveis de acesso.<sup>48</sup> Duncan Cameron dará continuidade a esta linha de trabalho nos anos seguintes, concretizando estas propostas em 1978, através da implementação de um sistema de reservas visitáveis no *Glenbow Museum*. Mas, então, integra já outras experiências a este nível que estavam em curso, o sistema de reservas visitáveis da *University of British Columbia Museum of Anthropology*, de Vancouver, aberto ao público em 1976.

O novo sistema de reservas do Museu de Antropologia de Vancouver, museu universitário, surge a partir da necessidade de tornar as áreas de reserva mais acessíveis a estudantes e investigadores, colocando-se em seguida a hipótese, na mesma sequência lógica, de estender o acesso ao público em geral, criando-se um sistema que o autor então designa por *visible storage*.<sup>49</sup> O desafio consistia em conceber um sistema que fosse capaz de apresentar a totalidade das colecções antropológicas do museu, com objectos muito diversificados, de forma a ser útil aos estudantes e investigadores da instituição e acessível também ao público em geral.<sup>50</sup> O mobiliário, por um lado, e o sistema de classificação desenvolvido, por outro, permitiram superar os problemas colocados, relativos à conservação e localização dos objectos, conforme relata o então director do Museu, Michael Ames.<sup>51</sup> Foram desenhadas e executadas três unidades básicas de mobiliário para se combinarem entre si ao longo do espaço da reserva de forma a conciliarem a visibilidade dos objectos com a sua segurança e conservação. O sistema de classificação desenvolvido

---

<sup>48</sup> CAMERON, 1983, p.89.

<sup>49</sup> AMES, Michael M. – *Visible storage and public documentation* In *Curator*. Vol. 20, n.º 1 (1977), p. 68.

<sup>50</sup> “The problem was how to design a storage system that would be useful to students and research scholars, would also be accessible to the public (...)” AMES, 1977, p. 68.

<sup>51</sup> AMES, 1977, p. 68-73



foi assumido como uma forma de localização dos objectos no espaço e não propriamente com pretensões de ordenação ou enquadramento. Os objectos foram dispostos por áreas geográficas e depois por categorias o que permitia uma fácil localização. Disponibilizadas as colecções, o passo seguinte consistiu em tornar acessível a documentação dos objectos. Assim, foi impresso o catálogo informatizado do museu, que havia já sido inserido no inventário nacional dos museus do Canadá, e as folhas foram instaladas no cimo dos módulos de gavetas onde podiam ser consultadas, a par com os objectos, tomando como referência um código de identificação individual, construído a partir do sistema de identificação desenvolvido.

O balanço final feito, em 1977, um ano após a abertura deste espaço por Michael Ames é francamente positivo.<sup>52</sup> Valoriza a filosofia de base desta transformação que permitiu repensar o museu, a aceitação positiva que teve junto do público pelos efeitos estimulantes gerados e as repercussões que poderá ter em outros museus no que respeita à acessibilidade das colecções em reservas. Nesta mesma altura admite, desde logo, que este sistema de reservas possa apresentar um sério problema. O cuidado posto no desenho e concepção da reserva visitável<sup>53</sup> fê-la assemelhar-se a um espaço de exposição, gerando confusão junto do público quanto ao seu entendimento. Aponta a necessidade de aumentar a documentação, desenvolver projectos pensando nas escolas e criar áreas adjacentes com serviços de interpretação. Apesar dos aspectos menos conseguidos, uma vez implementada,

---

<sup>52</sup> AMES, 1977, p.77-78

<sup>53</sup> Expressão dominante na terminologia portuguesa com origem na expressão inglesa *visible storage*. GOUVEIA, 2003, p. 228.

esta experiência de reserva visitável, possibilitando o acesso directo às colecções em reserva representa, do ponto de vista de Michael Ames, uma “democratização” do museu.<sup>54</sup>

Entre 1978 e 1981 o *Glenbow Museum*, concebe e põe em prática um outro sistema de reservas visitáveis que, aqui, constitui apenas um dos componentes de um sistema, mais vasto, de informação e apresentação dos objectos.

O projecto do *Glenbow Museum* foi concebido para ir ao encontro dos interesses de diferentes públicos. Neste sentido, pretendia-se apresentar, em espaços fisicamente próximos, as diferentes componentes do sistema, de forma a facilitar a gestão da sua relação física e funcional. Exposições, colecções de estudo acessíveis ao público, recursos educativos relacionados com as colecções, salas de estudo para acesso controlado às colecções que, por razões museológicas, não são adaptáveis a colecções de estudo, e áreas votadas ao pessoal do museu são entendidos como espaços a articular entre si do ponto de vista da sua funcionalidade no sistema. Nesta realização distinguem-se, formalmente, diferentes níveis de acesso. As exposições, as colecções de estudo de acesso público e as colecções de acesso controlado.<sup>55</sup> Pretende-se que os diferentes espaços funcionais se articulem entre si de forma a possibilitar não só o acesso físico às colecções, mas também o acesso intelectual, disponibilizando informação sobre as peças recuperável num terminal informático, providenciando uma área de informação introdutória e facilitando o contacto com o pessoal do museu.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> AMES, Michael – *De-schooling the museum : a proposal to increase public access to museums and their resources*. In *Museums, the public and anthropology : a study in the anthropology of anthropology*. Vancouver: University of British Columbia Press, [s.d.], p. 60.

<sup>55</sup> CAMERON, 1983, p. 90-95.

<sup>56</sup> Duncan Cameron introduz aqui uma diferenciação conceptual importante distinguindo acesso físico de acesso intelectual. O acesso físico corresponde a um primeiro nível, um pré-requisito para o acesso intelectual. Este só ocorre mediante a disponibilização de informação que permita o entendimento do significado das colecções. CAMERON, 1983, p. 85.

Dennis Slater, do *Glenbow Museum* reflecte sobre esta experiência duas décadas depois.<sup>57</sup> Considera a concepção da possibilidade de acesso à totalidade das colecções em três níveis distintos uma experiência original. Ainda assim, as reservas visitáveis, quando vistas isoladamente perdem inteligibilidade. Não constituem uma exposição e distanciam-se também do armazenamento clássico, tornando-se um espaço incompreensível por parte do público. Na sua óptica, as experiências de Vancouver e Glenbow, apesar de controversas, permitiram ir ao encontro de informações cruciais, ao colocarem a tónica nas questões do acesso, da informação e da aprendizagem.<sup>58</sup>

Como o sistematizou Paul Thistle, o modelo da reserva visitável radica no ideal de democratização das colecções do museu dos anos 60 e 70, segundo o qual se entendia o público como o verdadeiro possuidor das colecções e, como tal, deveria ter acesso total aos recursos do museu. O conceito de reserva visitável é desta forma entendido como uma saída radical do modelo de museu contemporâneo, representa um esforço em abrir ao público todos os recursos do museu.<sup>59</sup> A proposta do *Glenbow Museum* ilustra preocupações didácticas para com o público na exploração da informação e na construção do conhecimento, ao conduzir, gradualmente, os visitantes à utilização de recursos informativos.<sup>60</sup>

Ainda na década de 70 realiza-se a primeira conferência internacional dedicada às reservas que decorre em Washington, em 1976. Tanto a conferência como a publicação resultante desta centram-se, sobretudo, nos aspectos da conservação e da segurança das

---

<sup>57</sup> SLATER, Dennis – *L'entrepotage visible : l'expérience de Glenbow*. In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 13-17.

<sup>58</sup> SLATER, 1995, p. 17

<sup>59</sup> THISTLE, Paul C. – *Visible storage for the small museum*. In *Care of collections*. London; New York: Routledge, 1994 (Leicester Readers in Museum Studies), p. 189.

<sup>60</sup> GOUVEIA, 2003, p. 246.

colecções em reserva.<sup>61</sup> No entanto, aborda-se igualmente a questão da documentação, pela estreita ligação que estabelece com esta problemática. Ao nível da identificação e registo dos objectos, estabelecendo-lhes uma identidade e significação próprias. Não deixam, os autores, de fazer uma referência à emergência do contexto informático e às novas possibilidades que neste âmbito se desenham no que respeita ao acesso e à troca de informação sobre as colecções.<sup>62</sup>

Os anos de 80 e 90 são profícuos em reflexões, experiências e execuções em torno da problemática das reservas que, em diversas ocasiões, surgem associadas a momentos de transformação ou mudança interna da instituição museológica em que se inserem. As reservas servem, muitas vezes, de mote a um trabalho de estruturação e organização interna mais vasto e profundo, uma vez que se prendem com vectores tão importantes como a política de aquisição e a própria missão do museu, reflectindo-se na programação e arquitectura.

Não podemos, no entanto, esquecer que se trata de uma área cuja existência é ignorada pela grande maioria do público<sup>63</sup> e, como tal, está particularmente sujeita aos efeitos desta falta de visibilidade externa quando se trata de gerir recursos limitados. Yani Herreman, arquitecto e membro do Comité Consultivo da publicação periódica *Museum international*, considerava em 1995, que os espaços de armazenamento das colecções constituíam, ainda nesta data, um ponto fraco dos projectos arquitectónicos e um problema para os responsáveis pelas colecções. Da mesma forma, também os conservadores identificam, sistematicamente, problemas de deterioração e perda nas colecções

---

<sup>61</sup> *Éditorial* In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 3.

<sup>62</sup> JONHSON, E. Verner ; HORGAN, Joanne – *La mise en réserve des collections de musée*. Paris : UNESCO, 1980. (Protection du patrimoine culturel. Cahiers techniques : musées et monuments, n.º 2), p. 9.

<sup>63</sup> JAOUL, Martine – *Des réserves, pour quoi faire ?* In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 4.

acondicionadas em reserva relacionados com as condições de conservação e com a insuficiência da documentação. Ainda assim, o trabalho desenvolvido por uma série de profissionais ligados aos museus tem vindo a permitir uma clara melhoria da gestão das reservas.<sup>64</sup> Nas últimas duas décadas, em particular, somam-se exemplos na direcção contrária apontando no sentido de um novo entendimento desta realidade. A noção de reserva ultrapassa o mero local de acomodação de peças, assumindo-se cada vez mais como um espaço estruturado que procura responder às exigências identificadas pela conservação preventiva, às necessidades concretas de restauro progressivamente mais específicas, sem nunca perder de vista as solicitações para aceder aos objectos e à sua informação, cujo significado e exigência ganha novos contornos numa sociedade marcada pela informação.

Como a experiência de Glenbow o havia já indicado, o novo contexto tecnológico abre novas e importantes perspectivas ao nível das reservas. A conjugação das mais-valias proporcionadas pelas ferramentas informáticas articuladas com novas formas de organização das reservas dos museus, tendo em vista a rentabilização do espaço disponível, abrem novos horizontes quanto à forma de concretizar o acesso ao potencial informativo dos museus.<sup>65</sup>

A utilização de mobiliário móvel capaz de aumentar significativamente a densidade de ocupação do mesmo espaço de reserva, quando comparado com o mobiliário convencional, mantendo um fácil acesso às colecções, apresenta-se como uma opção interessante.<sup>66</sup> Reduzem-se as exigências de espaço e por consequência o investimento

---

<sup>64</sup> HERREMAN, Yani – *L'entreposage des collections dans les réserves : problème non résolu*. In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 8-9.

<sup>65</sup> GOUVEIA, 2003, p. 247.

<sup>66</sup> TERRONES, Abigail – *Here's what to consider in selecting high-density storage*. In *Care of collections*. London; New York: Routledge, 1994 (Leicester Readers in Museum Studies), p. 176.

financeiro, pelo que, soluções desta ordem traduzem uma opção orientada por critérios de gestão.

Este tipo de opção por reservas compactas ou reservas de alta densidade, equipadas com mobiliário móvel, apresentam-se, neste contexto informático, como uma alternativa a outro tipo de escolhas como sejam as reservas visitáveis, que pelas suas características, têm maiores exigências de espaço e conservação.<sup>67</sup> A escolha deste tipo de soluções, no presente estado de desenvolvimento das aplicações informáticas para museus e da sua difusão e utilização no contexto da sociedade de informação actual, permite a gestão do acesso ao potencial informativo dos museus de uma forma faseada. O acesso faz-se, numa primeira etapa, através da exploração virtual dos sistemas de documentação e só depois se concretiza o acesso presencial. De igual forma, dentro desta mesma óptica de gestão, podem ainda entender-se a deslocação das reservas para áreas afastadas dos centros urbanos, onde normalmente se situam as instituições museológicas, e até, a definição cada vez mais exigente de políticas de incorporação com vista à gestão rigorosa dos custos das incorporações a longo prazo.

Em Paris, a construção de uma nova reserva no subsolo do *Muséum d'Histoire Naturelle* no âmbito da renovação da grande galeria de Zoologia e a concepção e construção das novas reservas do *Musée des Arts et Métiers*, em Saint-Denis, ambas inscritas nos “grands travaux” do Estado em 1985, testemunham opções desta ordem.

As reservas subterrâneas do *Muséum*, dispostas por três andares, comportam cerca de 45 Km de estantes compactas especialmente concebidas para acolher as espécies

---

<sup>67</sup> As reservas visitáveis apresentam, como vimos, uma série de desvantagens que deverão ser pensadas aquando da ponderação desta hipótese, a par com os obstáculos inerentes às outras alternativas possíveis. GOUVEIA, 2003, p. 248. Entre estas alternativas contam-se, como sugere Paul Thistle, a concepção de sistemas estratificados (reservas fechadas, exposições tradicionais e salas de estudo); reservas a par de um laboratório de pesquisa; soluções tecnológicas com imagens de alta qualidade e bases de dados textuais ou ainda, a opção, parcial, pelas reservas visitáveis. THISTLE, 1994, p. 193.

zoológicas, a par da renovação da área pública, a grande galeria da evolução. O inventário geral informatizado das colecções é delineado no sentido de vir a permitir o armazenamento de dados, a sua gestão e disponibilização para benefício comum.<sup>68</sup>

O caso do *Musée des Arts et Métiers* é particularmente exemplificativo de uma estrutura multifacetada criada a partir de uma necessidade concreta de acomodação de objectos. As reservas desenvolvidas no âmbito da renovação do *Musée des Arts et Métiers* são concebidas como um elemento dinâmico e vivo, tidas mesmo como um pulmão indispensável à vida do museu.<sup>69</sup> São antes de mais um local de protecção dos objectos, mas também um espaço cómodo e personalizado de acolhimento. Não para o grande público, mas para os visitantes especializados, que já tiveram ocasião de identificar o objecto da sua pesquisa na base de dados construída, e que têm depois oportunidade de aceder aos objectos em reserva, acompanhados por um elemento da equipa do museu.<sup>70</sup>

O edifício concebido de raiz para o efeito comporta uma diferenciação entre as áreas das reservas propriamente ditas e as áreas contíguas de recepção e expedição, conservação e restauro, de estudo, documentação e reunião que, aliás, o arquitecto François Deslaugiers pretendeu traduzir no exterior através de um tratamento arquitectónico diferenciado.<sup>71</sup>

---

<sup>68</sup> TAQUET, Philippe – *Les collections dans le domaine des sciences de la nature, un enjeu stratégique*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 146-154.

<sup>69</sup> FERRIOT, Dominique ; JACOMY ; Bruno - *Problématique d'une rénovation : Musée des Arts et Métiers*. In SCHIELE, Bernard ; KOSTER, EMLYN H. - *La révolution de la muséologie des sciences : vers les musées du XXI<sup>e</sup> siècle?* Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 1998, p. 23.

<sup>70</sup> DESLAUGIERS, François M. – *Introduction à la visite des réserves du Musée des Arts et Métiers à Saint-Denis* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 82-90.

<sup>71</sup> O volume da área das reservas em madeira, aço inoxidável e aço galvanizado, a paleta de materiais dos objectos que alberga, não apresentando aberturas visíveis, faz simbolicamente a ligação com a sua função de cofre, a par do “módulo de vida”, como o designa o arquitecto. DESLAUGIERS, 1995, p. 88-90.

A transferência dos objectos do *Conservatoire*, no centro de Paris, para as novas reservas, terminadas em 1994, implicou a estruturação e actualização do inventário, realizado em suporte informático, a limpeza e a embalagem das peças. O trabalho de sistematização da informação, em curso há vários anos, tem vindo a revelar--se um instrumento fundamental para o trabalho interno de diversos sectores, mas também para a disponibilização de informação ao público acerca das colecções.

Em alguns casos a constituição de espaços de reservas fora dos centros urbanos reúne diversos museus na exploração de um mesmo edifício vocacionado para este intuito. Foi neste sentido a opção feita pela *Smithsonian Institution* que, em 1983, inaugura um centro de apoio aos seus museus de diferentes áreas disciplinares.<sup>72</sup> Da mesma forma outros grandes museus europeus têm vindo a tomar opções idênticas. É esse o caso da reserva dos pequenos e médios objectos do *Science Museum* que o museu partilha com o *British Museum* e o *Victoria and Albert Museum*, um edifício de seis andares adaptado à conservação e preparado para o acesso às colecções.<sup>73</sup> Em França, este tipo de solução de reservas comuns a vários museus, ainda que mais tardia, foi implementada pelo *Musée des Arts Décoratives* e pelo *Musée de la Mode*. Idêntica hipótese chegou a ser pensada aquando da renovação do *Musée des Arts et Métiers*, ponderando-se, então, a construção de reservas

---

<sup>72</sup> Trata-se de uma estrutura especializada no acondicionamento de objectos a par de um sector de investigação e restauro que congrega laboratórios e outras áreas de trabalho. O centro é formado por edifícios dispostos em ziguezague com duas áreas individualizadas: um espaço de armazenamento e um espaço de investigação e estudo. Procura, assim, responder às diferentes necessidades de condições ambientais da área da reserva, onde são acondicionados os objectos, e da área de trabalho, onde a presença humana é uma constante. Os blocos da reserva incorporam uma série de sistemas de conservação e segurança, nomeadamente de climatização, filtragem de ar, dispositivos de protecção, detecção e videovigilância e estão equipados com estantes concebida para o efeito. WILCOX, U. Vincent – *Le centre de services techniques de la Smithsonian Institution*. In *Museum international*, n.º 188, p. 18-22.

<sup>73</sup> KEENE, Suzanne – *Study collections: the heart of a museum*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 29-30.

comuns com o *Palais de la Découverte*, projecto este que não foi concretizado dado tratarem-se de vocações distintas.<sup>74</sup>

Olhar as reservas museológicas numa óptica de gestão, com temos vindo a fazer, gerindo e ponderando custos, implica também definir o crescimento das colecções. Nesta medida, a política de incorporação dos museus revela-se de importância central, gerindo o equilíbrio entre a possibilidade de enriquecimento das colecções e os recursos disponíveis da instituição, à luz de critérios de gestão. A necessidade de controlar o crescimento das colecções reveste uma particular importância no casos em que a legislação do país prevê um carácter inalienável para as colecções museológicas, conduzindo, em alguns casos, a políticas de aquisição mais restritas.<sup>75</sup>

Face ao estado das soluções alcançadas, em grande medida proporcionadas pelas aplicações informáticas na exploração dos sistemas de documentação dos museus, surge a necessidade de proceder à descodificação dos documentos de registo no sentido de aumentar a acessibilidade aos conteúdos. Enquadram-se deste âmbito as experiências de reservas abertas<sup>76</sup> desenvolvidas por alguns grandes museus, como o *Canadian Museum of*

---

<sup>74</sup> *Débat*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 78.

<sup>75</sup> COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 39-43, 45-48.

Numa tentativa de responder a este problema que, aliás, se coloca de forma particular aos museus de ciência e técnica, seja pela dimensão de alguns dos seus objectos, seja pelo ritmo de incorporação exigido pelo avanço tecnológico, Pierre Piganiol apresentou uma proposta alternativa para o *Musée des Arts et Métiers*. Este autor propunha a criação de um espaço de acolhimento de objectos que não seriam logo incorporados, mas antes conservados a título temporário, até ser feita uma escolha fundamentada de quais viriam a ser conservados definitivamente. Chamar-se-ia este espaço, purgatório. PICARD, Élise - *Les réserves, base stratégique du musée*. In *La revue : Musée des Arts et Métiers*, n.º 28-29 (Mar. 2000), p. 27.

<sup>76</sup> Na terminologia portuguesa, a expressão reserva aberta é utilizada para designar uma situação alternativa, com afinidades às reservas visitáveis. GOUVEIA, 2003, p. 242. SEMEDO, Alice - *Acesso e reservas abertas : experiências em Liverpool*. In *Boletim dos Amigos do Museu D. Diogo de Sousa*. Vol. n.º5 (1996), p. 15-17.

*Civilization*, tendentes a elucidar o público acerca do funcionamento das suas retaguardas.<sup>77</sup>

De igual modo, outros museus vêm desenvolvendo experiências a este nível.

O processo de reacomodação dos objectos em reserva dos *Oxfordshire Country Museums* conduziu à descoberta das potencialidades das reservas, inspirando novos usos para as colecções. Surgem, assim, uma série de projectos de animação das colecções de reserva no sentido de as aproximar do público. Entre estas iniciativas contam-se os “dias abertos” destinados ao público em geral que, promovendo a visita a este espaço, pretendem levar o público a compreender o trabalho realizado em torno das colecções de reserva. Esta actividade articula-se com outras que compreendem a saída de alguns dos objectos do museu, indo ao encontro do público no sentido de promover o encontro da comunidade com estas colecções.<sup>78</sup> Também o *Scienceworks, Museum of Victoria* da Austrália implementou um circuito de visita às reservas para o público. Após a disponibilização do acesso físico às colecções e da promoção do acesso intelectual através da consulta das bases de dados, a realização destes circuitos destinados ao público tem objectivos distintos. Visam sobretudo centrar-se na apresentação de alguns objectos em particular, bem como dar a conhecer alguns dos princípios básicos de gestão das colecções.<sup>79</sup>

O colóquio internacional sobre reservas realizado em 1994, em Paris, na altura da inauguração das novas reservas do *Musée des Arts et Métiers* marca uma etapa importante na afirmação da problemática das reservas, pela diversidade de situações

---

<sup>77</sup> GOUVEIA, 2003, p. 248.

<sup>78</sup> HULL, Karen – *Rehousing and rediscovering the reserves*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 62-64.

<sup>79</sup> LEVESON, Ruth – *Recent development in storage projects at the major museums in Australia*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 137-138.

apresentadas e pelo debate produzido.<sup>80</sup> No decurso dos trabalhos são analisadas três grandes linhas de abordagem desta problemática.

Primeiramente, as reservas como “tesouro” do museu, o “coração” da instituição como o local onde se concentram a maioria das colecções. Nesta perspectiva, foi referido o progressivo aumento das colecções em reserva que, em alguns casos, podem chegar a representar 90 ou até 95 por cento da totalidade.<sup>81</sup> Estas alterações, parecem ter agudizado a situação, implicando o investimento em estruturas e profissionais no sentido de possibilitar o uso destas colecções, considerando-as como uma fonte de informação e base de investigação e, assim, superando a visão de “objectos preciosos”.<sup>82</sup> A ideia, quase mítica, das reservas junto do público, a crença romântica num “tesouro” desfaz-se aquando da visita, diz Annie Caubet do *Musée du Louvre*. Como sintetiza a autora, “nem tesouro, nem arrecadação”.<sup>83</sup> Por outro lado, reafirma-se a necessidade de definir uma política de aquisição que sustente a política de reservas e regule o seu crescimento e gestão.

Outro aspecto em análise foi a abordagem das reservas como meio de ensino e investigação. As comunicações vão no sentido de referir o trabalho realizado internamente como a base sustentada que possibilita a abertura das reservas a estudantes e investigadores dentro de condições muito específicas e protegidas. Assim acontece no Departamento de Artes Orientais do *Musée du Louvre*<sup>84</sup> ou no *Musée National des Arts et Traditions*

---

<sup>80</sup> FERRIOT, Dominique – *Les réserves dans les musées : un colloque international*. In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 39.

<sup>81</sup> KEENE, [1995], p. 25 ; MORRIS, Martha – From vision to reality : planning for collection storage. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 35-36 ; CAUBET, Annie – *Les réserves du Département des Antiquités Orientales du Musée du Louvre*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 105.

<sup>82</sup> KEENE, [1995], p. 27-28.

<sup>83</sup> Na expressão original da autora : “Ni trésor, ni débarras”. CAUBET, [1995], p. 114.

<sup>84</sup> CAUBET, Annie, [1995], p. 111.

*Populaires*, onde as reservas foram desde a sua concepção entendidas como local de investigação e formação pedagógica, em colaboração com escolas e universidades.<sup>85</sup>

A terceira grande temática em análise deteve-se na problemática da relação entre as reservas, as colecções e as bases de dados. Face à importância que constituiu a documentação de um objecto para a sua compreensão e estudo, a aposta no acesso à informação sobre os objectos apresenta-se como crucial para o trabalho interno e para o público. Bruno Jacomy do *Musée des Arts et Métiers* referiu a conservação, a investigação e a difusão das colecções como os objectivos a atingir através da base de dados concebida para este museu, reconhecendo neste sistema de informação uma forma de disponibilizar ao público as colecções e um instrumento de trabalho e gestão.<sup>86</sup> A este propósito Dominique Ferriot não deixa de referir que estes sistemas de informação virtual constituem uma forma de ir ao encontro de diferentes públicos a que os museus não podem ser alheios, ainda que não substituam o contacto directo com o objecto.<sup>87</sup>

Diversos projectos vêm assim demonstrando que as reservas se desenvolvem a par dos outros sectores do museu. Entendidas não apenas como local de acumulação de objectos não expostos, as reservas vão muito além, articulando-se com diversos sectores e actividades do museu. Da documentação à conservação e restauro, da segurança à gestão, e em estreita ligação com os sectores educativo, de investigação e exposição. Assim

---

<sup>85</sup> JAOU, [1995], p. 114-127.

<sup>86</sup> JACOMY, Bruno – *Un système d'information multimédia pour la conservation, la recherche et le rayonnement des collections* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 183-193.

<sup>82</sup> FERRIOT, Dominique – *Débat* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 202.

<sup>83</sup> JAOU, 1995, p.7.

<sup>84</sup> JAOU, [1995], p. 127 ; CASPAR, Pierre – *Débat* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 159.

concebidas são locais menos estáticos que as salas do museu e compreendem uma dimensão de experimentação, descoberta e pesquisa.

Como Martine Jaoul notou, parece ficar claro que a questão das reservas é um dos elementos centrais da museologia nos anos mais próximos.<sup>88</sup> Por outro lado, face à constatação da complexidade da “reserva” e das diferentes áreas que a envolvem, quase um “complexo”, o termo “reserva” para a designar permanece aquém de um conceito mais enriquecido. A ideia de “retaguarda”, como Georges Henri Rivière a apresentava surge, na opinião de alguns autores, como uma proposta a reter.<sup>89</sup> Em todo o caso não poderemos aqui deixar de sublinhar, à luz, aliás, do que atrás foi sendo referido que o sector da reserva, tem vindo a assumir, no panorama museológico actual, uma dimensão pública, ao possibilitar um contacto directo com o público. E, nesta medida, ultrapassa o sentido de “retaguarda” tal como apresentado por Rivière.

## Capítulo 2 – Realidade portuguesa

O período setecentista, que a historiografia museológica portuguesa convencionou denominar por primeiro período da museologia portuguesa, corresponde à individualização desta área do conhecimento, com uma metodologia e técnicas próprias, e também, à sua autonomização institucional. Datam de então os primeiros estabelecimentos que, com propriedade, se podem assim denominar.

Os museus setecentistas passam a introduzir critérios de organização dos testemunhos da História Natural que traduzem princípios de sistematização da realidade que documentam.<sup>90</sup> Os testemunhos da Natureza, incorporados nas instituições museológicas, carecem, assim, de uma ordenação susceptível de elucidar a construção racional do mundo. Neste sentido se prescreve nos *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*, a propósito do arranjo das colecções do Museu de História Natural.<sup>91</sup> Idênticos princípios seriam equacionados por Vandelli para o Real Museu de História Natural da Ajuda, muito embora, limitações de ordem espacial pareçam ter restringido a execução da ordenação taxonómica. A ciência dos museus vai-se constituindo com o seu objecto e metodologia específicos.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Museologia e etnologia em Portugal, instituições e personalidades*. Lisboa: [s.n.], 1997. Tese de Doutoramento em Antropologia - Área de Museologia apresentada à Universidade Nova de Lisboa. p. 31-35.

<sup>91</sup> “Para recolher os Productos Naturaes, que por qualquer via adquirir a Universidade, haverá huma Sala com a capacidade, que requer hum Museu, ou Gabinete digno da mesma Universidade. E estará dividida em tres Repartimentos, cada hum delles destinado aos Productos de hum dos Reinos da Natureza; procurando-se quanto for possível, que os mesmos Productos se ordenem methodicamente pelas suas Classes, generos e especies.” *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Livro III. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972. Edição facsimilada, p. 265.

<sup>92</sup> BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. (Textos Universitários de Ciências Sociais), p. 305-306.

É neste contexto que se torna possível destrinçar as primeiras referências a distintas formas de tratamento dos espécimes de História Natural consoante se destinem à exposição pública ou a materiais de estudo, perspectivando-se um princípio de separação das colecções que se traduz na sua instalação espacial diferenciada e na concepção de mobiliário com dualidade funcional.<sup>93</sup> No caso particular do Museu da Ajuda é possível identificar, num inventário realizado no final da centúria onde se descreve a arquitectura interna do espaço e a exposição, uma dependência referenciada com a designação própria de “armazém de reserva”.<sup>94</sup>

No decurso do século XIX uma série de novos estabelecimentos museológicos são criados, alargando-se a variedade tipológica do panorama português. Na década de 30, os museus de Arte, ligados às Academias de Belas Artes do Porto e de Lisboa e dos Conservatórios de Artes e Ofícios, nestas mesmas cidades, iniciam esta abertura. O início e estabelecimento destas instituições não será fácil, muito particularmente no casos dos Conservatórios que acabariam por ser extintos.<sup>95</sup>

No que respeita aos museus de História Natural, aqueles que transitam da centúria anterior, vão acompanhar as sucessivas alterações verificadas ao nível do ensino superior. Assim, o Museu de História Natural da Ajuda é integrado, primeiramente, na Academia de Ciências, sendo depois, em 1858, os gabinetes de Zoologia e Mineralogia incorporados na Escola Politécnica. Concretiza-se desta forma, a concentração de todos os museus de História Natural sob a tutela de estabelecimentos de ensino superior.<sup>96</sup> A evolução subsequente destas instituições museológicas irá acompanhar a autonomização

---

<sup>93</sup> GOUVEIA, 2003, p. 242-243.

<sup>94</sup> BRIGOLA, 2003, p. 294.

<sup>95</sup> GOUVEIA, 1997, p. 39-44.

<sup>96</sup> GOUVEIA, 1997, p. 49.

disciplinar dos diversos campos do saber, à medida que estes se vão definindo e institucionalizando.

Igualmente, na segunda metade do século, assinala-se a constituição de museus de âmbitos disciplinares que se vão afirmando e autonomizando. O caso do Museu Arqueológico do Carmo, promovido pela Associação de Architectos Civis, que terá uma importante influência regional, assim como o domínio da etnografia e da antropologia se intensificam no curso da década de 80.<sup>97</sup> No período final da centúria destaca-se a criação de dois museus nacionais, o de Belas Artes e o Museu Etnológico Português.

As instituições museológicas oitocentistas, como temos vindo a observar, ficarão marcadas pela afirmação do carácter científico e pela tendência para a especialização.

Seria preciso esperar a entrada do novo século para que, entre nós, fosse possível identificar repercussões das tendências que se vinham impondo no panorama internacional ao nível da estruturação e organização internas. É na literatura ligada à História Natural que vão surgir as primeiras referências à necessidade de reorganizar as colecções museológicas em função dos objectivos da instituição, com o inerente impacto ao nível do entendimento do sector das reservas.

É num relatório sobre museus de História Natural apresentado ao Congresso Nacional de Ciências Naturais, em Junho de 1941, e publicado ainda nesse mesmo ano, que Arthur Ricardo Jorge, então Director do Museu Bocage, introduz a abordagem da separação das colecções, no âmbito da organização dos Museus de História Natural.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> GOUVEIA, 1997, p. 62, 91.

<sup>98</sup> JORGE, Arthur Ricardo – *Museus de História Natural*. In *Arquivos do Museu Bocage*, n.º 12 (1941). Lisboa: Museu Nacional de História Natural, p. 79-112.

Conhecedor da realidade europeia, relata a evolução ocorrida desde o século XIX que conduziu à separação das colecções públicas para exposição, das colecções de estudo. Assim, defende que no estado de evolução em que os Museus de História Natural se encontram, estes deviam cumprir uma dupla missão, simultaneamente, como “institutos científicos” e como “centros de vulgarização científica”. Nesta medida, urge adaptar as colecções a esta “dupla finalidade” científica e educativa, separando-as e organizando-as para este efeito. Enquanto as colecções públicas têm um objectivo didáctico que se cumpre através da exposição e explicação, já as “colecções científicas ou principais”, constituídas com objectivos científicos e muito mais vastas, devem ser acondicionadas, tendo em conta as condições óptimas de conservação e um acesso fácil, em “dependências absolutamente diversas das de exposição”.<sup>99</sup>

Face aos princípios expostos, afirma não existir, à data, em Portugal, um museu de História Natural, no sentido em que se tem vindo a referir. As colecções encontram-se dispersas, em instalações não satisfatórias e confundidas entre as de estudo e as de exposição.<sup>100</sup> De resto, a situação ao nível dos museus de História Natural não chegará a sofrer modificações significativas. Cerca de vinte anos depois, o então responsável pelo Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico, também conhecido como Museu Bocage, descreve os museus de ciências portuguesas como “os antigos museus” em que se expunha

---

<sup>99</sup> Referindo-se à organização das colecções em reserva de forma a que cumpram a sua finalidade, o autor sistematiza os aspectos que se prendem com a sua preparação, documentação, conservação e ordenação. JORGE, 1941, p. 82-86.

<sup>100</sup> “(...) em Portugal não existe actualmente um único Museu de História Natural digno desse nome; não o podem arrogar-se legitimamente as colecções – aliás preciosas – dispersas pelos cantos das Faculdades de ciências de Lisboa e do Porto ou por edifícios da Universidade de Coimbra destinados a múltiplas serventias; colecções com instalações que não satisfazem às modernas exigências, e em que se encontram confundidas, como era uso há mais de 50 anos, as de estudo e as de exposição (...)” JORGE, 1941, p. 98.

tudo quanto se possuía.<sup>101</sup> Então, continuava-se a aguardar a construção de um novo edifício que possibilitasse uma transformação desta ordem.

Paralelamente, ao nível da museologia da arte, vão surgindo opiniões e reflexões que traduzem uma nova orientação no arranjo e apresentação das colecções, com as inerentes implicações no sector da reserva.

É o museólogo João Couto quem, em 1946, aborda muito claramente esta questão ao referir-se ao tipo de exposição apresentada no Museu Nacional de Machado de Castro. Numa publicação dedicada ao fundador e antigo director deste museu, António Augusto Gonçalves, afirma ser necessário implementar modificações, alterando a forma de exposição. Com efeito, conforme escreve, muitas alterações tiveram lugar entre o período em que o museu foi organizado e o momento museográfico em que escreve, e especifica “o momento a partir das publicações do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual”, traduzindo, assim, a influência que estas publicações não deixaram de exercer no pensamento museológico português.<sup>102</sup>

O museólogo refere-se à mudança entretanto ocorrida, “a situação actual é diversa”, urge agora proceder a uma selecção do que se expõe, não mais é possível manter uma apresentação de todas as peças que, no momento da organização do Museu, foram para aqui remetidas como forma de as salvaguardar. E sugere, ou as obras passam para as “arrecadações” ou para as “galerias de estudo, que constituem concepção vantajosíssima da moderna museologia”.<sup>103</sup> E assim, muito embora não seja possível identificar realizações neste âmbito, ao teor do texto está subjacente a defesa de um princípio de dupla

---

<sup>101</sup> “Os antigos museus (e os museus portugueses de ciências portuguesas [s]ão desta tipo) expunham tudo quanto possuíam (...)”. SERRA, J. A. – *Acerca dos Museus de “História Natural”*. In *Revista Portuguesa de Zoologia e Biologia Geral*. Vol. 3, n.º 1/2 (1961), p. 32.

<sup>102</sup> COUTO, João – *O professor António Augusto Gonçalves fundador do Museu Machado de Castro*. Coimbra: Coimbra Editora, 1946. Separata de *O Instituto*. Vol. 108.º, p. 11.

<sup>103</sup> COUTO, 1946, p.13.

apresentação das colecções quando se sugere a concepção de “galerias de estudo”. Em termos formais, destringem-se duas situações neste quadro, “arrecadações” e “galerias de estudo” e reconhecem-se as vantagens desta última.

Idênticas concepções serão retomadas e divulgadas, na década seguinte, por António Manuel Gonçalves, num texto de divulgação dedicado justamente a esta temática.<sup>104</sup> Fazendo uma análise desta problemática, muito à semelhança da sistematização que Alfred Stix havia realizado a este propósito, identifica, por um lado, um entendimento do espaço de reserva que existiu desde sempre, inerente a uma situação de acumulação de colecções; e, por outro, uma nova conceptualização, com outras exigências.

Segundo o autor é tempo de ultrapassar a “exibição maciça que atordoava o visitante”, baseada numa tal preocupação de enriquecimento das colecções que implicava, ainda assim, remeter objectos para “depósitos de reserva”. A esta situação sucedeu a hipótese de criar colecções de estudo, a par da exposição para o “visitante comum”, concebida de forma qualitativa e não quantitativa, que o autor define assim: “expor pouco, expor bom, expor bem”. Assim, para os objectos não seleccionados configura-se uma situação de reserva, isto é, de não exposição pública. Esta poderá comportar uma situação meramente administrativa, ou, se tal for possível, dar origem a colecções de estudo, sendo que, nas palavras de António Manuel Gonçalves, à primeira se atribui “a guarda dos objectos inacessíveis ao público” enquanto que esta última é “semi-pública”. A tónica reside, portanto, no grau de acesso às colecções por parte do público, uma vez que as

---

<sup>104</sup> GONÇALVES, António Manuel – *Arrecadações nos museus*. Lisboa: [s.n.], [1958], p. 19-26. Separata do *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. IV, n.º 1 [1958].

exigências de conservação face às colecções expostas e não expostas deverão ser idênticas, valorizando por igual a totalidade das colecções.<sup>105</sup>

Nesta mesma ocasião, o autor refere-se ainda às condições de arrumação e ordenação das colecções em reserva no Museu Nacional de Arte Antiga, mencionando o critério de arrumação por tipologias e os respectivos dispositivos de acomodação. Aliás, uma descrição mais detalhada destes aspectos é feita pouco tempo depois numa publicação dedicada a estas “arrecadações”, então retratadas como espaços de conservação e trabalho interno, portanto, com um diminuto grau de acessibilidade. Ainda assim, a autora acalenta a hipótese de estes espaços poderem ser substituídos por uma “galeria moderna de estudo e de reserva” que abriria periodicamente ao “público interessado”.<sup>106</sup>

Quase contemporaneamente, João Couto, referindo-se à questão das reservas dos museus, detém-se também no caso do Museu Nacional de Arte Antiga. Desde logo esclarece que o número de espécies em reserva não é tão avultado quanto se supõe e, por outro lado, elucida que os objectos em reserva são expostos durante as exposições temporárias e as exposições itinerantes organizadas pelo museu. Traduz desta forma uma preocupação na articulação destas colecções em reserva com as colecções expostas permanentemente ao público.<sup>107</sup>

A par destas concepções assiste-se à implementação de um projecto que alcança entre nós um significado particular. Delineado com uma tripla função de servir como

---

<sup>105</sup> GONÇALVES, 1958, p. 19-21.

<sup>106</sup> MENDONÇA, Maria José de – *As arrecadações de arte ornamental e de escultura do Museu Nacional de Arte Antiga*. Separata da Revista *Museu*. II série, n.º 5 (1963), p. 9.

<sup>107</sup> (...) o Museu, devido ao intenso movimento de exposições temporárias que mantém, necessita de ter em reserva muitos objectos destinados à decoração das salas a este fim destinadas. Ainda, como sucedeu na última exposição de Oeiras, o Museu organiza Exposições itinerantes que só poderão ser postas de pé com objectos não expostos, guardados nos depósitos.” COUTO, João – *Reservas dos museus*. In *Viriatis: arte, arqueologia, museologia*. Boletim do Museu Grão Vasco. Viseu: Museu de Grão Vasco. Vol. IV (1960), p. 42-43.

instrumento de cultura geral, investigação científica e ensino, o programa concebido por Manuel Heleno para o Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos prevê um triplo escalonamento. As colecções são, assim, distribuídas entre as salas de exposição permanente destinadas ao público, as salas de exposição permanente para especialistas e estudantes com as colecções de estudo e os depósitos que acolhem o material científico.<sup>108</sup>

Ora, uma opção desta natureza em que se acresce uma proposta intermédia destinada a um público especializado corresponde, na implementação prática, a uma ampliação da exposição, pelo que podem ser estabelecidas analogias com o formato da galeria de estudo proposta pelo *Musée National des Arts et Traditions Populaires* que tivemos ocasião de analisar no capítulo anterior.<sup>109</sup>

Entre o final da década de 70 e o início da década seguinte vimos surgir entre nós as primeiras repercussões relacionáveis com as experiências canadianas ao nível das reservas visitáveis. É no âmbito dos museus de Etnologia, instituições congéneres daquelas, que se identificam as primeiras reflexões e experiências de implementação em redor desta alternativa. Como o refere Henrique Coutinho Gouveia em 1980, o Instituto-Museu de Antropologia de Lisboa procedia então à transformação das suas reservas em galerias acessíveis ao público, destacando-se neste âmbito a reserva de etnologia portuguesa, quase inteiramente dedicada à alfaia agrícola, onde a disposição dos objectos, próxima da dos antigos museus desta especialidade, possibilita o acesso visual imediato, ainda que se preveja condicionado por questões de segurança. De igual forma, no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra reflecte-se sobre a possibilidade de criação de reservas

---

<sup>108</sup> HELENO, Manuel – *Programa para a instalação do Museu Etnológico do D.<sup>or</sup> Leite de Vasconcelos na Cidade Universitária de que foi relator o Prof. Doutor Manuel Heleno*. In *Ethnos: revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*. Lisboa. Volume IV (1965), p. 67-74.

<sup>109</sup> GOUVEIA, 2003, p. 245.

visitáveis, prevendo-se, à partida, um acesso condicionado a este sector do museu por limitações orçamentais e das instalações.<sup>110</sup>

A ideia de vir a constituir reservas visitáveis no Museu Nacional de Etnologia que, na ausência de uma exposição permanente, se articulassem com as exposições temporárias, surge contemplada logo no projecto inicial do museu. No entanto, a sua concretização só será possível no final da década de 90, fruto de uma longa intervenção que não só compreendeu a criação de espaços próprios com condições de conservação adequadas, mas também o estudo, a documentação e a informatização das colecções abrangidas por este projecto.<sup>111</sup>

Então, impunha-se um novo contexto tecnológico. Neste, como em tantos outros museus procedia-se à informatização dos sistemas de documentação, pensando-se não só no tratamento da informação dos acervos dos museus, mas também na sua difusão, promovendo o seu acesso junto do público.

Registe-se que também ao nível legislativo, a lei quadro dos museus portugueses de 19 de Agosto de 2004 não deixará de reflectir no seu texto a preocupação em garantir o acesso aos bens culturais guardados em reserva, bem como à sua documentação.<sup>112</sup> Em todo o caso, a realidade portuguesa no que respeita a esta temática

---

<sup>110</sup> GOUVEIA, Henrique Coutinho – *A organização de reservas visitáveis em Museus de Etnologia*. Coimbra: MLAUC, 1980. Relatório de trabalho apresentado no decurso do Seminário do Curso Intensivo para Conservadores de Museu, p. 11- 16.

<sup>111</sup> *Colecções*. In *Museu Nacional de Etnologia*. Disponível na *world wide web* em: <<http://www.mnetnologia-ipmuseus.pt/framesMNE.asp>>. Acedido a 2004.10.08.

<sup>112</sup> O artigo 60º, relativo ao acesso às reservas consagra no ponto 1: “O acesso aos bens culturais guardados nas reservas e à documentação que lhe está associada constitui um princípio orientador do funcionamento do museu, especialmente nos casos relacionados com trabalhos de investigação”. *Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto: aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses* In *D.R. I Série. N.º 195 (2004-08-24)*, p. 5386.

surge manifestamente desfasada face à situação internacional que tivemos ocasião de analisar.<sup>113</sup>

Feita esta incursão pela realidade portuguesa, acompanharemos em seguida o panorama do sector das reservas nos museus de Coimbra.

---

<sup>113</sup> GOUVEIA, 2003, p. 228.

## II PARTE – Estudo de casos

### Capítulo 3 - Reservas de museus da cidade de Coimbra: situações de continuidade

Da variedade de instituições museológicas incluídas nesta análise, cuja enumeração completa se fez no capítulo introdutório, algumas não possuem reservas. Tal facto poderia, desde logo, constituir um elemento de exclusão deste trabalho, sem outras considerações. Identificada a ausência deste sector, optou-se, ainda assim, por as considerar, na perspectiva de se poder vir a lançar sobre a problemática das reservas mais um ponto de análise. Assim, a nossa análise deter-se-á, primeiramente, sobre a Casa Museu Bissaya Barreto, o Museu da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, o Museu de Arte Sacra da Universidade de Coimbra, o Museu do Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e aquele que parece ter ficado conhecido como Museu de Arte Sacra da Confraria da Rainha Santa Isabel.

Se a análise de cada uma destas situações, que em seguida passamos a detalhar, nos permitiu constatar a inexistência deste sector, não poderemos, por outro lado, deixar de registar a ausência de programação museológica de que inferem algumas destas instituições. Situação esta que, em alguns casos, é passível de ser relacionada com a inexistência deste sector.

De igual forma, em outras instituições, idênticas fragilidades ao nível da programação e definição dos objectivos da instituição parecem determinar, a montante, algumas importantes limitações identificadas neste sector. Assim sendo, julgamos oportuno

considerar, neste seguimento, algumas instituições cujos sectores de reserva, embora existentes, comportam significativas restrições.

Não deixaremos, entretanto, de analisar aquela que nos parece constituir uma situação singular na perspectiva geral, considerando a natureza da instituição e as opções feitas. A situação do Exploratório.

Trataremos em seguida aquele que se nos afigura, à partida, um núcleo importante, aquele que é formado pelos museus universitários. Por um lado, por constituírem um número significativo entre as instituições com reserva consideradas, por outro, pela longa experiência museológica que estas instituições representam, mesmo no panorama nacional. Assim, analisaremos os museus que constituem as quatro secções do recriado Museu de História Natural (Museu Antropológico, Museu Botânico, Museu Geológico e Mineralógico e Museu Zoológico) e pelo Museu de Física, dada a sua origem histórica comum, vocações e percursos muitas vezes semelhantes.

### 3.1 Museus sem sector de reserva

A Casa Museu Bissaya Barreto foi residência do médico e cirurgião, Bissaya Barreto, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, que se destacou como promotor de uma singular obra de assistência pública centrada na cidade de Coimbra e na sua região. Ainda em vida cria uma fundação com fins de assistência que recebe o seu nome que será regulamentada em 1958 com estatutos próprios.<sup>114</sup> Alguns meses após a sua morte, em 1974, o Presidente da Fundação oficializa a intenção de adaptar a residência do

---

<sup>114</sup> *Diário do Governo. III Série. N.º 277 (1958-11-26), p. 2603.*

fundador a Casa Museu.<sup>115</sup> A Fundação Bissaya Barreto, instituição particular de assistência, herdeira universal de todos os bens do seu fundador, providenciará nesse sentido, vindo o edifício a ser adaptado a Casa Museu e, finalmente, inaugurada e aberta ao público em Janeiro de 1986.<sup>116</sup>

As colecções apresentadas constituem o núcleo central das obras de arte coleccionadas por Bissaya Barreto ao longo da sua vida.<sup>117</sup> A Casa Museu apresenta as suas colecções de arte integralmente expostas, como recheio desta casa, outrora residência, não tendo sido considerado um espaço de reserva.

O espaço museológico da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, hoje comumente designado Museu da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, apresenta ao público o acervo museológico da instituição reunido ao longo da sua história. O percurso expositivo actual integra, além das salas de exposição, a passagem por espaços funcionais do edifício, como a capela, a sacristia ou a torre do relógio.

Aquando da celebração dos 500 anos da fundação desta Misericórdia, criada por diploma régio de D. Manuel de 12 de Setembro de 1500, os responsáveis pelas comemorações incluíram no programa a realização de uma exposição. Pretendia-se que esta desse a conhecer a história da instituição com intuítos pedagógicas e de estímulo ao seu estudo,<sup>118</sup> ponderando-se, já então, o prolongamento da vocação deste espaço enquanto

---

<sup>115</sup> BESSA, José dos Santos – *Notas sobre a vida e a obra médico-social do Doutor Bissaya Barreto. A Casa Museu e o prémio medicina social.* In *Revista da Fundação Bissaya Barreto*. Vol. 1, n.º 1 (Dez. 1986), p. 22-23.

<sup>116</sup> *Casa Museu Bissaya Barreto está aberta aos visitantes.* In *Diário de Coimbra*. (16 Jan. 1986), p. 2.

<sup>117</sup> *Casa Museu Bissaya Barreto: [desdobrável].* Coimbra: Casa Museu Bissaya Barreto, [s.d.].

<sup>118</sup> “... a finalidade essencial que, desde o primeiro momento, quisemos dar-lhe - a de ser uma história visível da Instituição, numa dimensão pedagógica primordial que representasse, ao mesmo tempo, um incentivo e um apelo a quantos queiram contribuir para desvendar o conhecimento científico do seu glorioso passado...”

“núcleo museológico”.<sup>119</sup> Desde então, o intitulado Museu da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra vai-se surgindo, progressivamente, no seio da instituição, muito embora sem que exista um documento programático susceptível de definir um projecto museológico para a instituição.

A actual apresentação expõe ao público a totalidade do acervo da instituição, à excepção de um pequeno número de peças de ourivesaria que, por questões de segurança, se guarda em cofre próprio. O acervo artístico, entre obras de pintura, escultura, paramentaria e ourivesaria, reunido pela Santa Casa ao longo do tempo não é, aliás, vasto.<sup>120</sup>

O Museu de Arte Sacra da Universidade de Coimbra surge, no contexto das medidas legislativas laicizadoras republicanas, como instituição museológica na qual se fazem integrar os objectos e as alfaias do tesouro da Capela de S. Miguel que, desde 1537, era pertença da Universidade. Quando em Abril de 1911 se faz publicar a *Lei da separação do Estado das igrejas*, aqui se ordena que os bens mobiliários e imobiliários da Igreja Católica transitem para a propriedade do Estado. Muito embora este mesmo documento legislativo prescreva que os objectos de culto religioso se mantenham nos templos, no estritamente necessário, alude-se também à organização de museus de arte regionais.<sup>121</sup> Face às circunstâncias, e de forma a evitar a perda deste acervo para outra instituição, é

---

*Memórias da Misericórdia de Coimbra: documentação & arte: catálogo.* Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000, p. 6-8.

<sup>119</sup> Por outro lado, estamos certos de que ela [exposição] constituirá um excelente núcleo museológico que, neste espaço renovado (...) a prolongará para além do tempo em que se mantiver aberta ao público. *Memórias da Misericórdia de Coimbra...*, 2000, p. 8-9.

<sup>120</sup> “O espólio artístico da Misericórdia não é vasto nem transmite sinais de opulência.” *Memórias da Misericórdia de Coimbra...*, 2000, p. 116.

<sup>121</sup> *Lei da separação do Estado das igrejas.* In *Diário do Governo.* N.º 92 (1911-04-21), p. 1621

criado um museu que possibilite a manutenção do tesouro da Capela da Universidade.<sup>122</sup> E assim, conforme se lê no *Decreto com força de lei de 21 de Janeiro de 1911*, o culto na capela é extinto, passando esta a albergar o “museu de arte” ao qual se afecta o tesouro da Capela.<sup>123</sup>

Nas décadas seguintes à sua criação, o museu permanece fechado, sem limpeza ou quaisquer cuidados de conservação, conforme se pode ler no parágrafo introdutório do novo instrumento legal, publicado em 1934, com a intenção de reorganizar o museu.<sup>124</sup> Neste decreto perspectiva-se o museu como um meio para a educação estética e artística dos estudantes, apresentando-se, ao mesmo tempo, como um meio de prestígio para a instituição universitária e um atractivo turístico. Determina-se que na capela se exponham “os objectos que fôr de uso estarem nos templos”, enquanto que os restantes objectos se devem apresentar na sacristia, na sala de antecoro e restantes dependências.

O Museu, com o arranjo que apresentava quando encerrou a 30 de Outubro de 1999, foi aberto ao público em Dezembro de 1972.<sup>125</sup> À colecção do tesouro da Capela juntaram-se, nesta ocasião, alguns objectos vindos da Reitoria e do Arquivo da Universidade<sup>126</sup> que passaram a integrar a exposição ao longo das quatro salas criadas e da Capela. Face à dimensão circunscrita do acervo do Museu tornava-se possível, nesta exposição, apresentar ao público todos os objectos reunidos ao longo do tempo.

---

<sup>122</sup> SERRA, Carlos – *Em torno do Museu de Arte Sacra da Universidade*. Coimbra: [s.n.], 1998. Trabalho para o Seminário de Gestão Museológica apresentado no âmbito do Curso de Mestrado de Museologia e Património da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 18.

<sup>123</sup> *Decreto com força de lei de 21 de Janeiro de 1911*. In *Diário do Governo*. N.º 18 (1911-01-23), p. 277.

<sup>124</sup> “Conserva-se fechado o edificio, sem os cuidados de limpeza e de conservação necessários; e as alfaias e restantes objectos pertencentes à capela (...) estão guardados longe das vistas de toda a gente” *Decreto-Lei n.º 23.625*. In *Diário do Governo*. I Série N.º 51. (1934-03-03), p. 304.

<sup>125</sup> PEREIRA, Maria Helena da Rocha – *Museu de Arte Sacra: pequeno roteiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, [1972].

<sup>126</sup> SERRA, 2002, p. 21-22.

Aquando da reforma pombalina da Universidade é criado, no âmbito da Faculdade de Medicina, um novo estabelecimento destinado ao ensino prático, o Teatro Anatómico para exame dos cadáveres. No próprio texto da criação deste estabelecimento se esclarece que “sendo a Anatomia a base de toda a Cirurgia, e Medicina: E não sendo possível que ella se ensine, nem aprenda verbalmente nas Aulas, porque necessariamente requer hum exercicio contínuo de Demonstrações feitas nos Cadaveres”.<sup>127</sup>

Por ocasião das comemorações do primeiro centenário da reforma pombalina na Faculdade de Medicina, em 1872, Bernardo Mirabeau, no texto que então dedica a este assunto, atribui a Francisco António Alves, primeiro professor da cadeira de Anatomia Patológica, a iniciativa do Gabinete de Anatomia Patológica. O autor refere-se a este gabinete dizendo que “desde os primeiros fundamentos até ao estado em que hoje se encontra, é obra sua, e devida unicamente á perseverança dos seus esforços.”<sup>128</sup> No entanto, sabemos que a partir de 1822, Carlos José Pinheiro, director do Teatro Anatómico, iniciou a preparação de peças anatomopatológicas, dando início à constituição de uma colecção e, inclusivamente, fez publicar o *Inventário Scientifico de peças e preparados do Teatro Anatómico da Universidade de Coimbra*.<sup>129</sup> Com a sua saída, em 1834, este estabelecimento passa por uma fase de alguma decadência, e dos exemplares desta colecção poucos restam em 1860, três anos antes da criação da cadeira de Anatomia Patológica. Em 1865 publica-se um catálogo do Gabinete de Anatomia Patológica com perto de duas centenas de exemplares que serviam para o ensino.<sup>130</sup> Com o avanço da cirurgia, o Museu

---

<sup>127</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1972, p. 120.

<sup>128</sup> MIRABEAU, Bernardo António Serra de – *Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina nos cem annos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872, p. 221.

<sup>129</sup> *Catálogo do Museu de Anatomia Patológica da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. 5.

<sup>130</sup> MIRABEAU, 1872, p. 222.

atravessa depois um período de enriquecimento com a incorporação de peças operatórias e exemplares provenientes de autópsias. O espólio que hoje se apresenta foi completado, em 1990, por Renato Trincão, director do Instituto que tutela o Museu. O acervo é constituído essencialmente por espécimes de lesões em patologia humana e animal, mas também por alguns modelos de patologia humana em cera. No actual contexto do ensino médico, a utilização desta colecção visitável circunscreve-se a uma visita anual dos alunos da Faculdade e a visitas pontuais de escolas. A sua dimensão permite a exposição, na totalidade, numa única sala afecta a esta função desde a ocupação deste edifício pela Faculdade de Medicina.

Aquele que parece ter ficado conhecido como Museu de Arte Sacra da Confraria da Rainha Santa Isabel,<sup>131</sup> surgiu da iniciativa do Presidente da Confraria, Sousa Gomes, que ocupou o cargo entre 1893 e 1903, o qual terá fundado este “Museu de alfaias religiosas, aproveitando para isso o rico espólio litúrgico do extinto Convento”.<sup>132</sup>

A Real Confraria da Rainha Santa Isabel foi instituída em meados do século XVI, sendo o seu primeiro Compromisso impresso em 1560. A Confraria assume particular importância no período após a Restauração, tendo, inclusivamente, D. João IV mandado inscrever o seu nome, o da sua esposa e do Príncipe nesta Confraria. Mas, a sua história não deixará de ser marcada também por períodos críticos.<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> Ainda na recente publicação dedicada aos museus portugueses aparece assim designado. *Inquérito aos Museus em Portugal*, 2000, p. 223.

<sup>132</sup> VASCONCELOS; António de – *Doutor Francisco José de Sousa Gomes: a sua benemerência na administração da Confraria da Rainha-Santa Isabel*. Coimbra: Tipografia da Gráfica de Coimbra, 1931, p. 27.

<sup>133</sup> Na segunda metade do século XVIII, a Confraria atravessava um período de grande decadência que terá levado a Abadessa de as religiosas de Santa Clara a dirigirem-se ao monarca, solicitando providências. E assim, a procissão ter-se-á realizado de novo em 1772. Novamente, no início de oitocentos, a Confraria decaiu em virtude da agitação política que se fazia sentir, só se recuperando as festividades em honra da Rainha em

Na sequência da extinção das Ordens Religiosas e após a morte da última freira, em 1886, o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova passa para a tutela da Congregação de S. José de Cluny que aqui fará instalar um colégio missionário, cabendo à Confraria da Rainha Santa, a casa do capelão e as hospedarias. Quando este colégio é extinto em 1910, transitam para a Confraria, o templo, os dois coros e o claustro.<sup>134</sup> Posteriormente a esta data, são instalados nos coros vitrines e armários-expositores onde se passam a acomodar alfaias litúrgicas e outros bens móveis, espaços visitáveis a que se passa a chamar museu.<sup>135 136</sup>

Presentemente, parte deste espólio encontra-se distribuído pelos espaços visitáveis do Convento tutelados pela Confraria (igreja, coro-baixo e sacristia), ainda que não seja possível descortinar quaisquer intenções ou preocupações de cariz museológico.

Registe-se, no entanto, uma recente iniciativa da Confraria da Rainha Santa Isabel no sentido de “criar condições para a salvaguarda dos espólios e a definição de um programa museológico que oriente e justifique o projecto de reabilitação das áreas do edifício que lhe pertencem”.<sup>137</sup> É neste âmbito que é susceptível de se enquadrar o trabalho de inventariação e conservação dos espólios realizado a partir de 2001.<sup>138</sup>

---

1852. *Terceiro Compromisso da Real Confraria da Rainha Santa Isabel protectora de Coimbra. Instituída no meado do século XVI na igreja do mosteiro de Santa Clara da mesma cidade (1891)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892. p. 7-10.

<sup>134</sup> CORREIA, Virgílio; GONÇALVES, Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra. II*. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1947, p. 76.

<sup>135</sup> ALARCÃO, Adília; PEREIRA, Helena – *Os legados da Rainha Santa: notas para um percurso museológico*. In *Monumentos: revista semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 18 (Março 2003), p. 91.

<sup>136</sup> Já na década de 40, Sant' Anna Dionísio descreve assim este espaço: “Subindo ao coro de cima, convertido em museu privativo do mosteiro, apreciam-se algumas peças de arte religiosa. A par de diversos retábulos e altares, obras de talha de decadência e armários com numerosas peças...” DIONÍSIO, Sant' Anna – *Convento de Santa Isabel*. In *Guia de Portugal. Vol. III: Beira I – Beira Litoral*. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. (1ª edição, 1944), p. 324.

<sup>137</sup> ALARCÃO; PEREIRA, 2003, p. 89.

<sup>138</sup> Estas acções, realizadas, a par, de verificação de registos, a partir de um inventário existente, e de limpeza e desinfestação dos objectos permitiram fazer uma “primeira avaliação das potencialidades museológicas das colecções móveis” que desde 1910 se acomodavam nos coros da igreja. A este propósito, defendem as autoras do trabalho a que nos temos vindo a referir que um projecto museológico para a edificação de Santa Clara-a-Nova não deverá restringir-se aos espólios e espaços tutelados pela Confraria, sendo necessário relacioná-los

### 3.2 Museu Militar de Coimbra

O Museu Militar de Coimbra foi criado por despacho 5 de Dezembro de 1985, como órgão do Quartel General da extinta Região Militar do Centro. É inaugurado, oficialmente, a 6 de Dezembro de 1985, no âmbito das Comemorações do VIII Centenário da morte de D. Afonso Henriques. É criado com a missão de “promover a valorização, o enriquecimento e a exposição do património histórico militar à sua guarda.”<sup>139</sup>

O Museu encontra-se instalado no Convento de Santa Clara-a-Nova, ocupado desde 1911 por diversas unidades militares e onde hoje se instala o Batalhão do Serviço de Saúde. O Museu distribui-se ao longo de diversas salas do rés-do-chão e primeiro andar.<sup>140</sup>

O acervo do Museu é constituído, sobretudo, por armas, fardas e equipamentos militares dos séculos XIX e XX, mas integra também outros objectos de alguma forma relacionados com a vida militar e com a sua história. A exposição está organizada por núcleos temáticos onde se apresentam os diversos objectos que constituem o acervo do Museu. Acontece, em alguns casos pontuais, existirem objectos idênticos, por exemplo, no caso de algumas armas, em que o acervo comporta dois objectos de um mesmo exemplar, existindo, neste sentido, uma “duplicação”. Nestes casos, expõe-se apenas um dos objectos, acomodando-se o outro exemplar em reserva e assegurando-se a sua manutenção e conservação, à semelhança do que acontece com os objectos expostos. A reserva consta de

---

com todo o conjunto conventual e até conjugá-los com outros lugares e bens da cidade. Não deixando de registar algumas dificuldades, sugerem um “percurso de visita museografado” pelas diversas dependências onde se apresentam as peças do acervo. Por outro lado, defendem a criação de um centro de estudos claristas e franciscanos, à luz da personalidade de Santa Isabel e da sua obra, em alternativa ao modelo museu. ALARCÃO; PEREIRA, 2003, p. 89-91.

<sup>138</sup> *Museu Militar de Coimbra*. In *Exército Português*. Disponível na *world wide web* em : <<http://www.exercito.pt/portal/exercito>>. Acedido a 2005.01.18.

<sup>139</sup> *Museu Militar de Coimbra*. In *Roteiro dos Museus Militares*. Lisboa: Ministério da Defesa, 1999, p. 24.

um pequeno espaço onde os objectos se acomodam em estruturas de madeira adaptadas para o efeito.

Estes objectos conservados em reserva são, pontualmente, cedidos a outras instituições, a título de empréstimo temporário, a fim de integrarem exposições, encenações históricas ou teatrais. Tal como todos os outros objectos que integram as colecções do Museu, os objectos em reserva constam de um inventário geral sumário. Perspectiva-se, para breve, um investimento na área da documentação que passa pela inventariação detalhada de cada um dos objectos, em suporte informático, fruto da consciencialização, por parte da instituição, das vantagens de dispor de um registo informativo sobre a suas colecções, nomeadamente ao nível da gestão da reserva.

### 3.3 Museu Académico de Coimbra

Embora a ideia do Museu Académico de Coimbra pareça remontar a uma data bastante anterior, a concretização desta aspiração é de 1951, fruto da iniciativa da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra e da Comissão Central da Queima das Fitas de 1950.<sup>141</sup> No entanto, só em 1987 foi possível acomodar o Museu em instalações próprias, no primeiro andar do Colégio de S. Jerónimo. A funcionar sob patrocínio da Universidade, o Museu definiu como missão “reunir, preservar e difundir os valores sociais, artísticos e culturais da comunidade académica no âmbito das suas tradições e da sua história.”<sup>142</sup> O Museu foi regulamentado em 1990 através do *Protocolo de instalação do Museu Académico de Coimbra* que previa a realização dos estatutos do Museu no prazo de seis meses, documento que permanece por implementar.

Os objectos que aqui foram sendo reunidas sob a temática da vida académica abarcam uma grande variedade de tipologias, entre colecções de cerâmica, medalhística, torêutica, ourivesaria, têxteis, pintura e escultura, mas também colecções discográficas, fotográficas e documentais.

Na actualidade, o Museu apresenta ao público uma exposição semipermanente que pretende ilustrar o percurso e a dinâmica da vida académica, exposição esta que integra algumas salas temáticas. Dispõe ainda de duas salas onde se apresentam os trofeus académicos, dispostos numa estrutura em forma de bancada e em vitrines concebidas com

---

<sup>141</sup> MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Lembrança duma exposição: o Museu Académico de Coimbra*, Coimbra: [s.n.] 1951, p. 5-6.

<sup>142</sup> *Museu Académico de Coimbra*. Coimbra. Disponível na *world wide web* em :<[http://www.uc.pt/prospecto/museus/mus\\_acad.html](http://www.uc.pt/prospecto/museus/mus_acad.html)>. Acedido a 2004.12.09.

esta finalidade expositiva. Embora estas salas não estejam integradas no circuito público do Museu, localizam-se na área dos serviços, podem ser visitadas mediante solicitação.

As colecções conservadas em reserva distribuem-se por diversos espaços do Museu, em função das disponibilidades. São normalmente reunidas por tipologias e acomodadas em mobiliário adaptado para este efeito, uma vez que as restrições orçamentais da instituição não possibilitam outro tipo de opções.

Por manifesta falta de espaço, o Museu enfrenta grandes restrições na realização de exposições temporárias que possam integrar estas colecções.

No que respeita à documentação, importa referir que só o acervo incorporado após a instalação do Museu se encontra inventariado, estando por realizar o inventário retrospectivo. Este registo é realizado em suporte papel, não se perspectivando a sua informatização para próximo por manifesta falta de meios informáticos. As consultas dos investigadores são feitas em interacção com os funcionários da instituição que localizam os objectos, bem como a sua informação. Os investigadores que aqui desenvolvem trabalhos, sobretudo no âmbito de dissertações académicas, têm acesso à biblioteca e ao arquivo documental. Este último, tratado na totalidade, constitui um núcleo importante do ponto de vista da procura por parte dos investigadores. No entanto, não poderemos deixar de registar que o facto de parte do inventário estar por realizar e as limitações materiais existentes, trazem importantes restrições ao nível do sector da reserva.

### 3.4 Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva

O Museu Nacional da Ciência e da Técnica está profundamente ligado a Mário Silva, seu criador, fundador e director durante quase toda a primeira década de vida do Museu. Quando no Outono de 1925, em Paris, onde então iniciava a preparação da sua dissertação de doutoramento no Laboratório Curie, conhece, ocasionalmente, o *Conservatoire National des Arts et Métiers*, logo se interroga porque não existe em Portugal um espaço semelhante a este.<sup>143</sup> Terminada a dissertação, regressa a Coimbra quatro anos depois, vindo mais tarde a ser afastado da docência na sequência da sua participação política.

É em 1971 que surge a oportunidade da criação do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, ideia que renasce da remota visita que, em 1925, fizera ao *Musée National des Arts et Métiers*.<sup>144</sup> Por despacho de 3 de Fevereiro de 1971, é criada a Comissão de Planeamento do futuro Museu Nacional da Ciência e da Técnica que nomeia Mário Silva para presidente.

Nesse primeiro ano de vida as instalações do Museu resumiam-se a um gabinete no edifício do Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra. No ano seguinte, o Museu arrenda o Palacete Sacadura Botte em Coimbra que passará, a partir de então, a funcionar como sede do Museu. Este edifício não só a receberá os objectos que vão sendo

---

<sup>143</sup> No dia da inauguração oficial do Museu, em Julho de 1976, Mário Silva recorda assim esse momento: “(...) hoje aqui o faço, e talvez pela última vez, recordar a origem desta casa, deste Museu. Como é que tudo isto aconteceu. A história é longa. Posso dizer que resultou de um sonho da minha juventude, que tem mais de meio século, pois tudo começou em Outubro de 1925. (...) data em que tive a sorte de visitar o Conservatoire National des Arts et Métiers. Depois de visitar este Conservatório, perguntei com grande surpresa: Porque não haverá um Conservatório de Artes e Ofícios em Portugal ? (...)” DINIZ, Cruz – *Duas palavras de abertura*. In *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, n.º 6 (1976), p. 10.

<sup>144</sup> DINIZ, 1976, p. 12.

incorporados na instituição, como também acolherá a primeira exposição que integra a colecção de maquetes de inventos de Leonardo da Vinci.<sup>145</sup>

Com a crescente necessidade de espaço, nos anos seguintes, o museu vai distribuir-se por uma série de outros edifícios, organizando-se por áreas temáticas ou secções.<sup>146</sup> De igual forma, e na sequência da ideia de criar núcleos regionais, ainda em 1971, iniciam-se os contactos neste sentido, por um lado, com os C.T.T., negociando-se o edifício da malaposta para aí se instalar o Museu dos Transportes Terrestres,<sup>147</sup> por outro, com a Casa Museu Egas Moniz em Avanca, vindo a concretizarem-se ambas as integrações.<sup>148</sup>

Entretanto, o Museu continua a funcionar sem qualquer diploma legal, facto que só virá a acontecer em 1976. Em 1971, uma vez criada a Comissão de Planeamento e prevendo-se sempre, para breve, um diploma legal, inicia-se a recolha de objectos e, logo nesse ano, edita-se o primeiro número do periódico *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica* que será publicado até 1979. Na apresentação do primeiro número das referidas *Publicações*, datada de 8 de Maio de 1971, Mário Silva fala de “um Museu novo”, definindo-o como “um centro activo de ensino, catalisador e animador de investigações técnico-científicas, de difusão e de divulgação de conhecimentos teóricos e práticos”, prevê a criação de núcleos regionais em todo o território nacional, continental, insular ou ultramarino, a par de um edifício central ainda por escolher.<sup>149</sup>

---

<sup>145</sup> CAETANO, Eduardo – *Mário Silva: professor e democrata*. Coimbra: Coimbra Editora, 1977.

<sup>146</sup> Em 1974 instala-se num piso térreo da Avenida Afonso Henriques a secção de artes gráficas. Em outros dois edifícios da Alta da cidade, próximos da sede, instalam-se a colecção de cerâmica da Rua da Ilha, com exposição sobre esta temática e a secção de medicina no edifício da Rua Fernandes Tomás.

<sup>147</sup> *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*. Coimbra: Museu Nacional da Ciência e da Técnica, n.º 5 (1975), p. 36.

<sup>148</sup> SILVA, Mário – *Notas breves sobre o 1.º ano de vida do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*. In *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*. Coimbra: Museu Nacional da Ciência e da Técnica, n.º 2 (1972), p. VI.

<sup>149</sup> Relativamente ao novo Museu nacional da Ciência e da Técnica, Mário Silva refere ainda, neste mesmo artigo: “Definidas, como ficam, as características do futuro Museu Nacional da Ciência e da Técnica, podemos dizer que nunca existiu, entre nós, uma Instituição cultural deste género. Entre nós, claro, porque lá

Em termos institucionais, durante estes cinco anos em que o Museu funciona sem diploma legal, a instituição é dirigida por uma Comissão de Planeamento criada pelo referido despacho de 3 de Fevereiro de 1971. Esta é constituída por um presidente, Mário Silva, e três vogais que em conjunto se propunham coordenar diversas secções no curso das actividades do Museu.

Após cinco anos de actividade, o Museu Nacional da Ciência e da Técnica é oficializado pelo Decreto-Lei n.º 347/76 de 12 de Maio, criado na dependência do Ministério da Educação e Investigação Científica. É oficialmente inaugurado a 5 de Junho desse ano. A história desta instituição é marcada, desde o início, por uma grande instabilidade institucional que não deixará de se repercutir na actividade museológica.<sup>150</sup>

Actualmente, o Museu dispõe de quatro espaços físicos distintos, um cumprindo apenas funções administrativas e os restantes três albergando espólio.

Destes três, dois cumprem, exclusivamente, funções de acomodação de peças de maiores dimensões. Trata-se de um piso térreo amplo, num prédio no centro da cidade e de

---

fora, em todos os países progressivos existem, há dezenas de anos, Instituições similares. É o caso, em certa medida, do Science Museum, de Londres, do Museum of Science and Industry, de Chicago, do Museo Nazionale della Scienza e della Tecnica, de Milão, do Palais de la Découverte ou do Conservatoire des Arts et Métiers, de Paris, etc.” SILVA, Mário – *Duas palavras de apresentação. Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*. Coimbra: Museu Nacional da Ciência e da Técnica, n.º1 (1971), p.[5-7].

<sup>150</sup> O Decreto-Lei n.º 498-C de 21 de Dezembro de 1979 vem integrar o Museu na Secretaria de Estado da Cultura, ficando na dependência da Direcção Geral do Património Cultural, para logo em seguida passar a serviço técnico e administrativamente dependente do Instituto Português do Património Cultural por Decreto-Lei n.º 1/84 de 2 de Janeiro e, na sequência do desmembramento deste organismo transita para o Instituto Português de Museus em 1991.

O Decreto-Lei n.º 379/99 de 21 de Setembro inaugura uma nova fase na vida do Museu. Passa então a revestir a natureza de uma instituição pública de investigação e desenvolvimento na área da investigação da história da ciência e da tecnologia, regendo-se pelo regime jurídico regulador das instituições de investigação e desenvolvimento. Pela natureza da sua actividade, a tutela do Instituto de História da Ciência e da Técnica/ Museu Nacional da Ciência e da Técnica, designação por que passará a ser denominada a instituição, transita do Ministério da Cultura para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Instituto de História da Ciência e da Técnica/ Museu Nacional da Ciência e da Técnica é extinto três anos depois, criando-se em seguida o Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva, enquanto serviço do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, conforme determinado na lei orgânica deste Ministério, o Decreto-Lei n.º 205/2002 de 7 de Outubro e mais recentemente, por Decreto-Lei n.º 10/2005 de 6 de Janeiro é integrado no Museu do Conhecimento, estrutura que não chega a ser regulamentada.

um edifício da antiga mala-posta, na localidade de Carquejo, a cerca de 20 Km da cidade, adquirido, de início, para aqui se instalar o Museu dos Transportes Terrestres, como já tivemos ocasião de referir.

Um terceiro edifício, o Colégio das Artes, um antigo colégio jesuíta, significativamente alterado na segunda metade do século XIX para servir como hospital universitário, acolhe os espaços expositivos e de trabalho museológico e o sector de reserva dos objectos de pequena e média dimensão. O Museu ocupa o piso térreo do referido Colégio, distribuindo-se os diversos espaços em redor de um claustro recreio. Apesar de algumas obras pontuais, as limitações impostas pelo espaço arquitectónico nas necessidades diárias do museu são significativas.

O acervo do Museu Nacional da Ciência e da Técnica abrange áreas científicas e técnicas tão diversas como a medicina, a física, a química, o cálculo e automação, passando pelas tecnologias domésticas, as tecnologias de imagem e som, a imprensa ou a cerâmica. No entanto, por uma série de circunstâncias, o museu não possui, ainda hoje, um inventário total e sistemático dos objectos que conserva. O inventário em curso, que vem sendo desenvolvido desde o período em que o Museu passa para a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e que está a ser implementado numa base de dados concebida para o efeito com uma preocupação de estruturação da informação, assume um carácter essencialmente retrospectivo.

O Museu não dispõe, desde alguns anos, de uma exposição permanente, assumindo as exposições de carácter temporário que têm vindo a ser realizadas nos últimos anos, oportunidade única para a divulgação do acervo.

Neste contexto, o sector das reservas revela-se de uma importância central no acolhimento, conservação e acesso aos objectos que, de momento, se prende com os trabalhos internos de inventariação e preparação de futuras exposições.

Vimos já que este sector se encontra repartido por três edifícios distintos. O primeiro critério de organização das reservas que podemos identificar, prende-se, antes de mais, com a dimensão dos espécimes conservados. Os objectos de maiores dimensões conservam-se em dois edifícios, que já tivemos ocasião de descrever, os quais, pelas suas características arquitectónicas possibilitam a acomodação deste tipo de objectos. No entanto, ambos os espaços apresentem importantes problemas do ponto de vista da conservação decorrentes do grau de degradação física dos edifícios.

Os restantes objectos de pequena e média dimensão encontram-se distribuídos por diversos espaços do Colégio das Artes, estando progressivamente a ser acomodados nas salas destinadas a reservas à medida que o inventário avança e vai sendo possível criar condições e adquirir mobiliário para o efeito. Até ao momento, o critério seguido neste edifício tem consistido, antes de mais, na separação dos objectos que foram intervencionados ou sofreram operações de limpeza numa sala de reserva distinta,<sup>151</sup> organizados, dentro do possível, por grandes áreas temáticas. Em qualquer dos casos, a sua localização espacial precisa é inserida no sistema informático, aquando da sua inventariação, de forma a facilitar a sua localização e acesso sempre que necessário, uma vez que se pretende que cada objecto tenha o seu espaço definido em situação de reserva.

---

<sup>151</sup> Entre Outubro de 2000 e Janeiro de 2002, o Museu em parceria com o Centro de Formação Profissional do Artesanato organizou um curso de técnico de restauro de património científico e tecnológico com intuito de formar mão-de-obra especializada nesta área particular.  
Ver fotos 39 a 41 em anexo.

A base de dados do acervo, revela-se para já um instrumento de trabalho interno, na perspectiva da sistematização e recuperação da informação, muito embora esteja subjacente, no futuro, a disponibilização ao público. Em todo o caso, o processo de inventário em curso está ainda longe de identificar a totalidade do acervo. Por outro lado, como, aliás, já atrás se referiu, muito embora exista um esforço continuado para a constituição de espaços adequados de reserva, à medida que o inventário avança, as instalações actuais, pelas suas características, e as restrições funcionais existentes apresentam-se limitadoras das necessidades exigíveis a um Museu com este tipo de acervo. Neste quadro, não podemos ainda deixar de sublinhar a continuada ausência de programação deste Museu ao longo da sua história.<sup>152</sup>

No momento presente, acresce a esta realidade, descortinar em que sentido se desenvolverá a possível articulação com a Universidade, no quadro da Fundação gestora do projecto do Museu das Ciências da Universidade de Coimbra.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> Dez anos passados sobre o início da sua actividade, em 1981, face à inexistência de um programa museológico do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, foi criada uma comissão de reestruturação do Museu neste sentido. *Despacho n.º 30/81*. In *Diário da República. II Série. N.º 74*. (1981-03-30), p. 2546.

<sup>153</sup> No âmbito do futuro Museu das Ciências da Universidade de Coimbra está prevista uma “possível articulação” entre o Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva e a Universidade de Coimbra. *Museu das Ciências da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Reitoria da Universidade de Coimbra, [2004], p. 5.

<sup>153</sup> GIL, Victor M. S. – *Interactive science centres and the case of the Exploratório “Henry, the Navigator”*, in *Museums of science and technology*. Lisboa: Fundação Oriente, 1998, p 174.

### 3.5 Exploratório Infante D. Henrique

O Exploratório Infante D. Henrique constituiu-se, em 1995, como uma associação sem fins lucrativos, fruto da iniciativa do Centro de Iniciação Científica da Universidade de Coimbra, embora a sua origem radique em 1991, ano em que integra um projecto de criação de uma rede de centros interactivos em Portugal. Entre 1992 e 1995, o centro desenvolve algumas iniciativas, até que, em finais de 1995, abre ao público uma primeira exposição permanente constituída por 60 módulos interactivos.<sup>154</sup>

Em 1998, o Exploratório passa a integrar a rede de Centros de Ciência Viva, constituída por espaços interactivos de divulgação científica e tecnológica. O centro vai, progressivamente, alargando a sua actividade ao espaço envolvente, estendendo-se ao jardim, e aumentando o número de módulos interactivos, sempre, desenvolvendo a sua actividade em estreita relação com o sistema escolar.

Pela natureza específica desta instituição, que se insere no movimento dos centros de ciência, os objectos aqui integrados revestem um carácter interactivo, de divulgação, na medida em que foram concebidos para apresentar os princípios da ciência, através da sua manipulação por parte dos visitantes. Incluem-se, portanto, num tipo distinto de objectos daqueles que são incorporados numa instituição museológica após cumprirem a função para a qual foram construídos. Actualmente, a exposição permanente do Exploratório integra cerca de 150 módulos interactivos distribuídos pelo espaço interno e pelo jardim. A par destes, existe um pequeno núcleo de módulos que correspondem a duplicações de módulos expostos, que são conservados para empréstimo a outras instituições, para exposições itinerantes ou outras actividades. Estes módulos derivam de

---

candidaturas a programas e actividades específicas que implicavam a construção de módulos idênticos aos existentes. Nestes casos, optou-se por conservar os módulos já existentes para empréstimo, expondo-se os módulos interactivos de construção mais recente. Em qualquer dos casos, todos os módulos se encontram inventariados, situação que parece não ser comum no caso de objectos de divulgação como estes.<sup>155</sup> Desta forma, a documentação vem também corroborar a individualização de cada módulo de forma objectiva, destringendo os que integram a exposição permanente interactiva dos que não a integram.

---

<sup>155</sup> LOURENÇO, Marta – *Museus de ciência e técnica: que objectos?* Lisboa: [s.n.], 2000. Tese de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 113.

### 3.6 Museu de História Natural e Museu de Física

O actual Museu de História Natural da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra radica a sua origem na reforma pombalina da Universidade. Conforme explicitaremos em seguida, com a criação do Gabinete de História Natural, aqui se fazem representar “os três reinos da natureza”. Entretanto com os avanços científicos operados e a progressiva especialização disciplinar, o Museu tenderá a acompanhar este processo, dando origem a secções distintas. Porém, mais recentemente, o Museu de História Natural é de novo “recriado”, em 1991, aquando da reorganização da Faculdade de Ciências e Tecnologia, surgindo como unidade orgânica da qual fazem parte quatro secções, a saber: o Museu Antropológico, o Museu Botânico, o Museu Mineralógico e Geológico e o Museu Zoológico, hoje, novamente, instituídos como secções do Museu de História Natural. O Museu de Física, ainda que parte do Departamento de Física, é equiparado a estas secções.<sup>156</sup>

A regeneração que se pretendia empreender, e que há anos vinha sendo pensada, desenha-se a partir de 1772, no sentido da aplicação dos ideais racionalistas e experimentalistas ao ensino universitário. Levada a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Ministro do Reino, conta, em Coimbra, com a colaboração do Reitor D. Francisco de Lemos. A reforma abrange as várias áreas do saber de então, a Teologia, a Jurisprudência e as Ciências Naturais ou Filosóficas. É justamente no âmbito desta última área que engloba a Faculdade de Medicina e as novas Faculdades de Matemática e de Filosofia que serão criados um conjunto de estabelecimentos científicos

---

<sup>156</sup> *Regulamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. In Diário da República. II Série. N.º 263 (1991-11-15).*

para o ensino. E assim, conforme se destina nos *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*, são instituídos, como estabelecimentos pertencentes à Faculdade de Filosofia, um Gabinete de História Natural, um Jardim Botânico, um Gabinete de Física Experimental e um Laboratório Químico.<sup>157</sup> Aqui se estipula que o Museu de História Natural acolha uma colecção de produtos naturais dos três reinos da natureza, providenciando que “os mesmos produtos se ordenem methodicamente pelas suas classes, generos e especies” de forma a que sirvam ao estudo da natureza.<sup>158</sup> O Jardim Botânico funcionará como um complemento deste Gabinete no que respeita às produções do reino vegetal, mostrando-se aqui as plantas vivas.<sup>159</sup> O Gabinete de Física acolherá uma colecção de máquinas, aparelhos e instrumentos para demonstrações. O Laboratório Químico fica destinado não só à demonstração de experiências, mas também à produção de compostos que possam servir ao uso médico.<sup>160</sup>

O Marquês providenciará no sentido da construção destes estabelecimentos, mas também do seu apetrechamento. Achando-se liberto o Colégio de Jesus, por motivo da expulsão dos jesuítas, o Rei ordena que este seja ocupado com os novos estabelecimentos da Universidade.<sup>161</sup> E assim, far-se-ão as transformações necessárias à adaptação do edificio às suas novas funções segundo os planos do militar inglês Guilherme de Elsdén, nomeado Director das Obras da Universidade. Neste edificio instala-se o Gabinete de Física

---

<sup>157</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra 1772. Livro III. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1972. Edição facsimilada, p. 264-270.*

<sup>158</sup> *Estatutos da Universidade ...*, 1972, p. 265.

<sup>159</sup> *Estatutos da Universidade ...*, 1972, p. 266.

<sup>160</sup> *Estatutos da Universidade ...*, 1972, p. 268-270.

<sup>161</sup> GOMES, Joaquim Ferreira – *Pombal e a Reforma da Universidade*. Lisboa, 1982. Separata da *Revista Brotéria*. Vol. 114, n.º 5-6 (Mai./Jun. 1982), p. 10-11.

Experimental e o Museu de História Natural, em frente do qual se fará erguer o Laboratório Químico, construído a partir do risco desde mesmo arquitecto.<sup>162</sup>

O acervo inicial do Museu de História Natural tem origem na aquisição de colecções particulares de História Natural. A colecção do italiano Domingos Vandelli, professor das cadeiras de Química e de História Natural, proveniente de Pádua, acrescida da colecção reunida na Ajuda, e a colecção pertencente ao militar Joseph Rollem Van-Deck.<sup>163</sup> A partir de então, as colecções vão progressivamente aumentando ao longo do tempo através de compras, doações e recolhas.

No relatório sobre o estado da reforma na Universidade, feito em 1777, por Francisco de Lemos, aquando da subida ao trono da Rainha D. Maria I após a morte de D. José, os Gabinetes de História Natural e de Física Experimental são dados por terminados e o edificio do Laboratório Químico está praticamente concluído. O Jardim Botânico possui já terreno na cerca dos Bentos, procedendo-se a obras de regularização que permitam iniciar as plantações.<sup>164</sup>

Surgido como estabelecimento da instituição universitária, o Museu de História Natural, a esta permanecerá ligado, acompanhando a especialização dos diferentes ramos do saber que, então, vinham evoluindo no sentido da autonomização disciplinar, conforme o deixam transparecer as sucessivas reformas dos planos de estudo.<sup>165</sup> Nesse sentido se

---

<sup>162</sup> FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa – «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*»: o valioso álbum da Reforma Pombalina. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, 1983, p. 6-8.

<sup>163</sup> BRIGOLA, 2003, p. 147; *Gabinete de História Natural: revivências*. Coimbra: Museu de História Natural. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2000, p. 12-13.

<sup>164</sup> LEMOS, Francisco de - *Relação geral do estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1980, p. 128-132.

<sup>165</sup> A autonomização é iniciada em 1791 com a criação da cadeira de botânica e agricultura. No diploma de 10 de Dezembro de 1836, refere-se explicitamente no parágrafo inicial: “Attendendo a que os rapidos e multiplicados progressos que tem feito os estudos superiores especialmente nos ramos das Sciencias naturaes depois da ultima reforma geral da Universidade de Coimbra tornam summamente urgente uma nova organização dos cursos scientificos (...) por maneira que estejam completamente em harmonia com o estado actual dos conhecimentos (...)”. *Diário do Governo*. N.º 293. (1836-12-10), p. 1369. De novo, em 1844,

determina na *Carta de lei de 2 de Julho de 1885* que o Museu de História Natural passe a compreender quatro secções distintas, a de botânica, a de zoologia, a de mineralogia e geologia e a de antropologia pré-histórica, ficando cada uma destas sujeita a uma direcção independente e separada, assegurada pelo professor da respectiva cadeira.<sup>166</sup> A partir de então, cada uma destas quatro secções, as herdeiras dos “três Reinos da Natureza” e a secção de antropologia, iniciam, formalmente, um percurso autónomo enquanto instituições museológicas.

### 3.6.1 Museu Antropológico

A secção de antropologia do Museu de História Natural, partilha o espaço do Colégio de Jesus com as restantes secções até à sua transferência para instalações independentes, no Colégio de S. Boaventura, já na segunda década do século XX. No novo edifício, o Museu e Laboratório Antropológico – nova denominação que passará a designar este e os restantes museus universitários enquanto estabelecimentos anexos da nova Faculdade de Ciências<sup>167</sup> – passa a apresentar as suas colecções em exposição pública, à semelhança dos demais museus universitários.<sup>168</sup> A presença junto do público é interrompida em 1949, quando é demolido o edifício do Colégio de S. Boaventura no curso

---

reformulam-se os planos curriculares para dar continuidade a esta actualização. [*Lei de 24 de Setembro de 1844*] In *Diário do Governo*. N.º 230. (1844-09-28), p. 1109.

<sup>166</sup> “Art.º 2º - O museu de história natural da universidade compõe-se de quatro secções; a saber: secção de botânica, secção de zoologia, secção de mineralogia e de geologia, e secção de anthropologia prehistórica. & 1º - A cada uma dessas secções pertence uma direcção independente e separada, exercida pelo professor da respectiva cadeira.” *Carta de lei de 2 de Julho de 1885*. In *Diário do Governo*. N.º 149. (1885-07-09), p. 1845.

<sup>167</sup> “Cada uma das Faculdades de Sciencias deve ter annexos: (...) Um laboratório de physica; Um laboratório chimico; Um museu e laboratório mineralógicos; Um museu e laboratório geológico; Um jardim, museu e laboratório botanicos; Um museu e laboratório zoológicos; Um museu e laboratório anthropológicos.” [*Lei de 12 de Maio de 1911*] In *Diário do Governo*. N.º 112 (1911-05-15), p. 1967.

<sup>168</sup> AREIA, M. L. Rodrigues – *A exposição. O museu*. In *Memória da Amazônia: Alexandre Rodrigues Ferreira e a viagem philosophica pelas Capitánias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá, 1783-1792*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1991, p. 11.

das obras da cidade universitária. O Museu e Laboratório Antropológico vai, então, ocupar o Colégio de S. Bento, edifício que virá a ser adaptado às novas funções, no início da década de 60, e finalmente inaugurado em 1966. Durante este período de obras as colecções são acomodadas no Museu Zoológico.<sup>169</sup>

Em 1974, na sequência da ocupação de parte das suas instalações, o Museu vê-se privado dos seus espaços de exposição, área de que só virá a dispor quase vinte anos mais tarde. Com efeito, só no início da década de noventa, o Museu passará a contar com uma galeria pública de exposições que funcionará, a partir de então, como galeria de exposições temporárias para o público em geral, destinando-se as colecções organizadas sob a forma de reservas visitáveis a estudiosos.<sup>170</sup>

Refira-se que desde os finais da década de 70 se vinha preparando uma “reestruturação dos depósitos”, no sentido de criar uma “reserva visitável” que passasse a constituir o “cerne do Museu”.<sup>171</sup> Como foi abordado na primeira parte deste trabalho, esta corresponde, no quadro nacional, a uma das primeiras experiências ao nível das reservas visitáveis.<sup>172</sup> Por outro lado, com o intuito de responder às necessidades do meio no qual o

---

<sup>169</sup> AREIA, M.L. Rodrigues; ROCHA, M.A. Tavares; MIRANDA, M. Arminda – *O Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra*. In CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE, Coimbra, 1990. Coimbra: Comissão de Coordenação do Congresso História da Universidade, 1991, vol. 2, p. 92-98.

<sup>170</sup> “Apostando na sua abertura ao público, optámos por organizar as colecções sob a forma de reservas visitáveis por [sic] estudiosos, deixando para o público em geral, a galeria de exposições temporárias, só recentemente devolvida ao Museu e Laboratório Antropológico” AREIA, 1991, p. 11.

<sup>171</sup> “Assim, projecta-se, logo que para tal existam as possibilidades materiais e técnicas indispensáveis, proceder à reestruturação dos depósitos, criando uma reserva visitável, que irá praticamente transformar-se no cerne do Museu. Indissolivelmente ligados a este propósito-base, surgem a reorganização do sector de identificação e registo, já em curso, e a criação dum laboratório de conservação e restauro, para o que também se deram os primeiros passos.” GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Museu e Laboratório Antropológico 1772-1978: exposição temporária*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico, 1978, p. 3-4.

<sup>171</sup> GOUVEIA - *A organização de reservas visitáveis em museus de etnologia*, 1980, p. 11-19

<sup>172</sup> GOUVEIA, 1978, p. 4.

Museu se insere, procede-se à constituição de colecções etnográficas portuguesas, sobretudo da região centro, e preparam-se exposições temporárias e itinerantes.<sup>173</sup>

Quase contemporaneamente com a abertura desta galeria pública de exposições, é publicado um novo regulamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra que altera a orgânica desta e por consequência dos museus universitários. O Museu de História Natural é recriado enquanto unidade orgânica desta Faculdade, passando a integrar os diferentes museus como secções, votado à preservação, estudo e divulgação do património, mas também ao apoio do ensino e investigação.<sup>174</sup>

Presentemente, o Museu Antropológico mantém uma linha de actuação idêntica. Não existindo uma exposição permanente, a galeria pública funciona como espaço vocacionada para as exposições temporárias de carácter temático.

Por outro lado, um dos três espaços de reserva que acolhem as colecções etnográficas estrutura-se como reserva visitável.<sup>175</sup> Aberta ao público escolar mediante marcação prévia, com acesso condicionado em função das aulas, da preparação de exposições e do trabalho interno do Museu. Esta reserva organiza-se segundo um critério geográfico-temático, centrando-se aqui o núcleo mais significativo das colecções africanas e brasileiras. Os objectos encontram-se dispostos em vitrines horizontais e estantes fechadas de madeira e vidro e em painéis verticais forrados. Os primeiros módulos referidos correspondem ao mobiliário construído na década de 60, na sequência da adaptação do edifício do Colégio de S. Bento a Instituto de Antropologia, então concebidos

---

<sup>174</sup> Este regulamento consagra como unidades orgânicas da Faculdade, o Departamento, o Instituto e o Museu. Neste caso importa registar a definição de Departamento como “unidade permanente de ensino e investigação...” e de Museu como uma unidade que “visa preservar, enriquecer, estudar e divulgar o património cultural e científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, bem como apoiar o ensino e promover a investigação”. *Regulamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, artigo 9º*. In *Diário da República. II Série*. N.º 263 (1991-11-15).

<sup>175</sup> Ver fotos 1 a 3 em anexo.

com a funcionalidade de equipar o “Museu Didáctico”.<sup>176</sup> Já os painéis verticais correspondem a uma solução posterior.

Se do ponto de vista funcional não foram, entretanto, realizadas alterações a este mobiliário, importa registar que, por motivos de conservação, as superfícies de vidro foram protegidas com filtros consoante os materiais apresentados em cada móvel.<sup>177</sup>

Nos outros dois espaços de reserva, um no primeiro andar e outro no sótão, acomodam-se as restantes colecções etnográficas, às quais é facultado o acesso, quando no âmbito de um trabalho ou preparação de uma exposição é necessário consultar um objecto determinado que aí se acomoda. O espaço de reserva do primeiro andar foi concebido e mobilado para cumprir esta função aquando da adaptação do edifício às actuais funções. Assim, o mobiliário foi idealizado e construído com a intenção específica de desempenhar funções de “depósito de colecções etnográficas”.<sup>178</sup> É constituído por estantes de madeira fechadas por portas de dois batentes, dispostas costas contra costas, em filas ao longo da sala. A reserva de colecções etnográficas do sótão resulta de obras realizadas posteriormente neste piso, fruto das necessidades de espaço decorrentes de novas

---

<sup>176</sup> A concepção e realização deste mobiliário destinado a equipar o “Museu Didáctico” correspondeu à última fase da elaboração do mobiliário para o Instituto de Antropologia, havendo por isso a preocupação de o harmonizar com as restantes peças concebidas para o edifício. O processo decorre entre 1965 e 1967, data da recepção definitiva. O mobiliário vai sendo desenhado pelo arquitecto Álvaro da Fonseca, a partir das determinações do director do Instituto, Barros Neves, até à definição de uma versão final. Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra – *Processo 603. Instituto Antropológico. Mobiliário para o Museu Didáctico*, 1965-1967. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra. Ver documentos 4, 5 e I em anexo.

<sup>177</sup> Neste espaço é também garantido o registo de humidade e temperatura e os respectivos sistemas de controlo destes valores.

<sup>178</sup> O mobiliário foi desenhado pelo arquitecto Álvaro da Fonseca, segundo as indicações do director do Instituto, Alberto Xavier. *Concurso público para arrematação da empreitada de fornecimento e assentamento de mobiliário de madeira - 1ª fase – para o Instituto de Antropologia da Cidade Universitária de Coimbra*, 1964. In Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra – *Processo 577. Instituto de Antropologia. Mobiliário. 1ª fase*. 1963-1964. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra. A este propósito veja-se, em anexo, documento 3.

<sup>178</sup> Ver fotos 6 e 7 em anexo.

incorporações (colecções etnográficas portuguesas).<sup>179</sup> Este espaço é equipado com mobiliário metálico aberto, onde os objectos se dispõem ao longo das prateleiras. À semelhança dos outros espaços de reserva, existem equipamentos de registo de temperatura e humidade, controlo de temperatura e detectores de fumo. No entanto, dada a sua localização junto da cobertura, este espaço apresenta alguma amplitude térmica, razão pela qual houve a intenção de escolher as colecções materialmente menos susceptíveis para acomodar aqui.<sup>180</sup>

No que respeita à documentação das colecções etnográficas, esta é disponibilizada em função das necessidades de informação dos utilizadores. O catálogo das colecções em suporte papel abrange a totalidade destas, estando em curso a sua transposição para uma base de dados informática. Consoante as situações assim se disponibiliza um ou outro instrumento.

No âmbito da Antropologia Biológica, o Museu Antropológico possui três colecções osteológicas humanas identificadas de reconhecido valor científico internacional e ainda uma colecção de instrumentos antropométricos. A primeira colecção osteológica identificada é proveniente do Museu Anatómico da Universidade de Coimbra e das Escolas Médicas de Lisboa e Porto e foi reunida entre 1896 e 1903 por Bernardino Machado, professor da cadeira de Antropologia e director do Museu Antropológico. As outras duas colecções - a *Colecção de Esqueletos Identificados* e a *Colecção Trocas Internacionais* foram organizadas por Eusébio Tamagnini, sucessor de Bernardino Machado à frente da instituição.<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> Relativamente a este espaço são visíveis alguns sinais de infiltrações ao nível da cobertura.

<sup>180</sup> ROCHA, Maria Augusta – *Les collections ostéologiques humaines identifiées du Musée Anthropologique de l'Université de Coimbra*. In *Antropologia Portuguesa*, n.º 13 (1995), p. 7-21.

Dada a sua reconhecida importância científica, estas colecções têm sido usadas por especialistas portugueses e estrangeiros ao longo do tempo, continuando, no presente, a serem bastante utilizadas com fins de investigação. Estes espécimes osteológicos acomodam-se em reserva distinta da destinada às reservas etnográficas, organizados por colecção.<sup>182</sup> O espaço da reserva e o mobiliário foram concebidos com este intuito específico, na passada década de 60, aquando da remodelação do edifício, a que já aludimos. Nesta altura, não só foi delineado o mobiliário para acomodar estas colecções osteológicas, como foi devidamente planeada a sua distribuição espacial nesta área do sótão. O mobiliário é constituído por armários de madeira com portas envidraçadas e caixas rectangulares de madeira que em conjunto com a respectiva estrutura de suporte modular, funcionam como gavetas.<sup>183</sup>

Neste momento, o espaço das reservas osteológicas situado, recordamos, no sótão, atravessa uma fase de mudança motivada por um problema de excesso de peso no pavimento.<sup>184</sup>

O acesso a estas colecções é facultado a especialistas mediante a especificação da finalidade científica e das observações a realizar, existindo a este propósito um conjunto de normas escritas que orientam este procedimento. Uma vez autorizado o acesso a estas

---

<sup>182</sup> Ver fotos 8 a 10 em anexo.

<sup>183</sup> Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra – *Processo 577. Instituto de Antropologia. Mobiliário. 1ª fase. 1963-1964.* Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.

<sup>184</sup> Na sequência da entrada em vigor do *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, no qual se prevê que a escavação de necrópoles onde se presume poder vir a encontrar-se espólio antropológico, só é autorizada caso seja garantida a colaboração de especialistas em Antropologia Física, e face à existência de vários especialistas desta área no Departamento, aqui aflui o material osteológico decorrente das escavações onde participaram alunos e professores que acompanharam os trabalhos. Veja-se *Decreto-Lei n.º 270/99. In Diário da República. I Série. N.º 163 (1999-07-15)*, p. 4414.

Face a esta abundância de material osteológico, acondicionado em caixotes de cartão, que tem vindo a ser colocado neste espaço de reserva e áreas de acesso, à medida que é limpo e identificado, surgiu um problema de excesso de peso que implicará a realização de obras para a redistribuição de peso neste sector. Ainda assim, enquanto as obras não se iniciam, houve que movimentar o mobiliário no espaço, alterando a sua distribuição espacial original.

colecções, é também facultada a respectiva documentação que, presentemente, assume a forma de fichas em suporte papel, perspectivando-se a sua informatização.

### 3.6.2 Museu Botânico

O Museu Botânico, enquanto instituição, acompanha o percurso dos restantes museus cuja origem remonta ao Gabinete de História Natural. Quando em 1873 a “aula de Botânica” é transferida para o edifício do Colégio de S. Bento, de forma a que o ensino desta ciência ficasse mais próximo do Jardim Botânico, as colecções do “reino vegetal” abandonam definitivamente o Colégio de Jesus. É também nesse ano que Júlio Henriques passa a ocupar o lugar de Professor de Botânica e Director do Jardim, iniciando uma fase de renovação neste domínio científico que desde a morte de Brotero vivia um período de declínio.<sup>185</sup> Como o relata o próprio Júlio Henriques, neste edifício instalam-se não só a “aula de botânica”, mas também o herbário e o Museu Botânico. Sabemos que à data deste relato, em 1888, o Museu distribuí-se por duas salas, uma delas o antigo refeitório, ao longo das quais se expõem “objectos que se referem ou derivam do reino vegetal” e, a par destes, “o modelo da planta ou da flor ou a própria planta secca”.<sup>186</sup> Paralelamente, promoverá diversas actividades no âmbito da ciência botânica, entre as quais cumpre destacar, pela repercussão que terão para o futuro, a fundação de uma sociedade de estudos botânicos, a Sociedade Broteriana; a constituição de laboratórios devidamente equipados e a revitalização do herbário e Jardim Botânico. No decreto republicano de 1911, reformador da instrução superior, a que já tivemos ocasião de aludir, unifica-se, num mesmo

---

<sup>185</sup> DWARKASING, Ana Leonor Pereira – *O espírito científico contemporâneo na Universidade de Coimbra. Júlio Henriques*. In CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE, Coimbra, 1990. Coimbra: Comissão de Coordenação do Congresso História da Universidade, 1991, vol. 1, p. 348

<sup>186</sup> HENRIQUES, Júlio – *Universidade de Coimbra: Museu Botânico*. In *Anuário da Universidade de Coimbra: anno lectivo de 1887 a 1888*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888, p. V-IX.

estabelecimento anexo à Faculdade de Ciências, o Jardim, o Museu e o Laboratório botânicos que depois, cumulativamente, assumem a designação de Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques.

Esta estrutura manter-se-á até 1991, altura em que as relações orgânicas entre estas unidades se alteram. O Museu Botânico é instituído como secção do Museu de História Natural, cabendo a sua coordenação a um professor do Departamento de Botânica, enquanto o Jardim e o Herbário passam a constituir unidades de apoio do Departamento. Ao Jardim cabem, não só actividades de ensino e investigação, mas também de divulgação, ao Herbário cumpre “manter, conservar e implementar as colecções existentes”, proporcionar condições para as actividades de docência e investigação científica.<sup>187</sup>

O Museu vocaciona-se sobretudo para a divulgação do património cultural e científico à sua guarda. Presentemente, tem patente ao público uma exposição permanente intitulada *Biologia, evolução e biodiversidade no mundo vegetal* que se desenvolve ao longo de uma galeria em redor de um pátio central fechado, nas instalações que o Museu ocupa desde as obras de adaptação e ampliação do Instituto Botânico, no âmbito das obras da cidade universitária, em meados do século passado. Aliás, o mobiliário e a sua distribuição por este espaço da galeria mantêm-se, desde então, sem alterações significativas.<sup>188</sup>

O acervo é constituído por uma variedade de colecções, entre as quais modelos didácticos representando flores e frutos, amostras de produtos vegetais e madeiras de diversas proveniências, frutos secos ou conservados em álcool, artigos manufacturados

---

<sup>187</sup> *Regulamento do Departamento de Botânica*. In *Diário da República. II Série*. N.º 256. (1993-11-21).

<sup>188</sup> Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra – *Processo 576. Empreitada de fornecimento e assentamento de mobiliário complementar do Instituto Botânico*. 1961-1963. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra. Ver os documentos 1 e 2, em anexo, com os desenhos do mobiliário que ainda hoje integra a área expositiva.

produzidos a partir de matérias de origem vegetal e ainda um núcleo de equipamento laboratorial antigo.

Os espécimes que integram a exposição foram escolhidos em função da temática expositiva, pretendendo patentear a diversidade de organização dos seres vivos e a sua evolução. Os restantes, quantitativamente, a maioria encontram-se em reserva devidamente organizados por classificação sistemática. Uma parte conserva-se na própria galeria de exposição, acomodados na área inferior do mobiliário expositivo. Os restantes espécimes em reserva encontram-se acomodados ao longo dos corredores de circulação do primeiro e segundo andares, em mobiliário disponível, aproveitado para o efeito.<sup>189</sup> Estes espécimes integram, por vezes, exposições temporárias, mas também são cedidos para aulas quando solicitados e a alunos para estudo. O inventário, em suporte papel, abrange a totalidade do acervo.

O Jardim Botânico estende-se hoje por cerca de 13 hectares e meio, compreendendo duas zonas principais, uma mais elevada, talhada em socalcos, e a área vulgarmente conhecida por mata, que se desenvolve em declive até ao sopé da elevação. O Jardim foi crescendo ao longo do tempo até atingir, em meados do século passado, a extensão e o desenvolvimento que apresenta na actualidade. O terraço inferior dos seis existentes, o quadrado central, corresponde à área inicial setecentista a partir da qual o jardim se foi ampliando. Nos restantes terraços cultivam-se plantas agrupadas sistematicamente.<sup>190</sup>

---

<sup>189</sup> Ver fotos 11 a 17 em anexo

<sup>190</sup> *Jardim Botânico*. Coimbra: Departamento de Botânica, [1997], p. 1-6.

A par da área técnica e de reprodução de espécies, o Jardim possui ainda estufas que possibilitam a criação de condições de humidade e temperatura de acordo com as exigências naturais de determinadas espécies, as quais podem ser visitadas.

Do Jardim sabemos que cedo passa a abrir a um público mais alargado que não só o estudantil, desenhando-se outras vocações para este espaço a par da função didáctica.<sup>191</sup> Hoje, a par das tradicionais actividades de ensino e investigação, esta estrutura liga-se também à divulgação e prestação de serviços junto de um público mais vasto.<sup>192</sup> Aberto ao público diariamente, da sua área total, a que já tivemos ocasião de nos referir, é vedado o acesso à zona da mata por questões que se prendem com a falta de recursos que permitam o tratamento e manutenção deste espaço, embora, pontualmente, sejam organizadas visitas guiadas.

Além destas colecções vivas, o Jardim dispõe ainda de um banco de sementes. Este é constituído pelas sementes de plantas do Jardim e ainda por muitas outras colhidas na natureza, não só originárias da flora portuguesa, mas também da flora exótica. Anualmente, a relação das espécies disponíveis para fins científicos, permutáveis com outras instituições congéneres em todo o mundo, é actualizada sob a forma de catálogo, o *Index seminum et sporarum*.<sup>193</sup>

---

<sup>191</sup> BRIGOLA, 2003, p. 143-144.

<sup>192</sup>No Regulamento do Departamento de Botânica, artigo 8º, ponto 1 pode ler-se: “O Jardim Botânico, como parte integrante do Departamento, e tradicionalmente ligado às suas actividades de ensino e investigação constitui, também, uma estrutura que, pela sua própria natureza, está especialmente vocacionada para o desenvolvimento de actividades de divulgação e de prestação de serviços à comunidade.” Esta parece ser, aliás, a tendência actual dos jardins botânicos que desde as décadas finais do século passado vêm redefinindo a sua missão, conforme o refere a actual responsável do Jardim Botânico. “Além de centros de conhecimento e conservação das colecções, os jardins botânicos devem produzir investigação científica e ser agentes de educação...” TAVARES, Ana Cristina Pessoa – *Jardim Botânico: uma ponte entre o passado e o futuro*. In Caderno temático de *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 8 (Abril 2005), p. 12.

<sup>193</sup> Este catálogo de sementes do Jardim, vocacionado para a troca de sementes com instituições congéneres, teve a sua primeira publicação em 1868, por iniciativa do director do Museu e Jardim Botânico, Antonino Vidal. COUTINHO, António Xavier Pereira – *Index seminum: o catálogo de sementes do Jardim*. In Caderno temático de *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 8 (Abril 2005), p. 8. A partir de

As colecções reunidas pelo Herbário, à semelhança do que acontece com as do banco de sementes, são conservadas com fins científicos e de apoio à actividade de docência, pelo que o acesso e utilização se circunscreve a investigadores da instituição e de instituições congéneres, portuguesas e estrangeiras, mediante um sistema de consulta e empréstimo de material, devidamente regulado por normas escritas.<sup>194</sup> De igual forma, para efeitos de trabalho científico os utilizadores do Herbário dispõem, para consulta, de uma biblioteca básica e de ficheiros relativos aos exemplares conservados pela instituição.<sup>195</sup> O Herbário hoje existente foi iniciado por Júlio Henriques que não só participou em expedições científicas, como encorajou outras expedições, promoveu a permuta de plantas com outros Herbários e procedeu a aquisições. A partir de então, foi sucessivamente enriquecido, fruto da actividade dos seus responsáveis, mas também de diversos investigadores e colaboradores. No presente, reúne cerca de 800 mil exemplares, plantas que foram prensadas, secas, montadas em folhas de cartolina e devidamente identificadas. As colecções, acondicionadas em mobiliário próprio,<sup>196</sup> encontram-se arrumadas por áreas

---

1997, o *Index* passou a estar disponível *on line*, podendo ser consultado em <http://www.uc.pt/botanica/indexse.htm>

A propósito do banco de sementes podem ver-se, em anexo, as fotos 20 a 24.

<sup>194</sup> SALES, Fátima – *O Herbário do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra (COI)*. In *Anuário da Sociedade Broteriana*, n.º 65 (1999), p. 62-65.

<sup>195</sup> SALES, 1999, p. 62.

<sup>196</sup> O mobiliário destinado a equipar o herbário foi construído com esta especificidade, entre outro mobiliário realizado para outras áreas do Instituto Botânico. Na proposta de estudo do projecto do mobiliário, datada de Março de 1951, escreve assim o arquitecto Lucínio Cruz: “Os móveis a construir para o Instituto Botânico foram estudados de acordo com o programa fornecido e explicações verbais dadas pelo Director do Instituto. (...) Nos móveis destinados ao armazenamento de plantas (herbários) têm um depósito nas couceiras e batentes para preservar de poeiras ou insectos os objectos arrecadados. As portas são de uma maneira geral envidraçadas e por detrás do vidro leva contraplacado de cedro para não deixar passar a luz”. *Mobiliário do Instituto Botânico. Cidade Universitária de Coimbra*, Março de 1951, p. 1. In Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra – *Processo 324. Instituto Botânico. Estudo do mobiliário*, 1951. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra. Ver documento II em anexo.

geográficas em função da sua proveniência, distribuídas por salas do rés-do-chão e do primeiro piso do edifício do Departamento.<sup>197</sup>

### 3.6.3 Museu Mineralógico e Geológico

As colecções de mineralogia e geologia do Museu de História Natural institucionalmente autonomizadas enquanto secção do Museu de História Natural em 1885, vinham já sofrendo um processo de individualização, de que é ilustrativa a constituição, primeiro, do Gabinete de Mineralogia, depois, do Gabinete de Metalurgia, e mais tarde ainda, do Gabinete de Mineralogia e Concheologia.<sup>198</sup> Às colecções iniciais viriam juntar-se, ao longo do século XIX, exemplares recolhidos por professores e investigadores da Faculdade, diversas colecções particulares e amostras adquiridas na Europa e nos Estados Unidos a casas especializadas.<sup>199</sup>

Com a reforma republicana o Museu autonomiza-se, inicialmente desdobrado, como Museu e Laboratório Mineralógico e Museu e Laboratório Geológico, surgindo, em 1922, congregados como um único estabelecimento anexo à Faculdade de Ciências. O Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico passará, entretanto a dispor de um quadro de investigadores, técnicos e auxiliares, dirigindo a sua actuação para o ensino e investigação.<sup>200</sup> Esta concepção do Museu e Laboratório como estabelecimento anexo à Faculdade de Ciências, de resto comum aos demais estabelecimentos desta natureza,

---

<sup>197</sup> SALES, 1999, p. 55-59.

<sup>198</sup> FERREIRA, M. Portugal – *O Museu de História Natural da Universidade de Coimbra (Gabinete ou Secção de Mineralogia) desde a Reforma Pombalina (1772) até à República (1910)*. In CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE, Coimbra, 1990. Coimbra: Comissão de Coordenação do Congresso História da Universidade, 1991, vol. 2, p. 71.

<sup>199</sup> GOMES, Maria Fernanda Daniel Lopes – *Os museus e o ensino das Ciências Naturais: o Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: edição da autora, 1999. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 86-100.

<sup>200</sup> GOMES, 1999, p. 109.

manter-se-á nas sucessivas reformas implementadas ao longo das décadas seguintes.<sup>201</sup> Nesta perspectiva, o novo regulamento da Faculdade de 1991, que já tivemos ocasião de referir, inicia uma nova fase, uma vez que volta a reunir, numa mesma unidade orgânica, as diferentes secções do Museu de História Natural. Então, o Museu Mineralógico e Geológico, que durante um período significativo de novecentos parece ter vivido uma época de alguma indefinição, surge agora com um papel mais activo na divulgação e no ensino, muito em especial dos alunos do ensino básico e secundário.<sup>202</sup>

Actualmente, o Museu apresenta ao público três salas de exposição: a galeria José Bonifácio d'Andrada e Silva, a sala Paul Choffat e a sala Carlos Ribeiro.

A galeria é dedicada à mineralogia e aqui se apresenta uma selecção de espécimes representativos dos diferentes grupos de minerais hoje identificados, expostos de acordo com a classificação seguida. Desde a segunda metade do século XIX que este espaço funciona como galeria de mineralogia, vocacionada para o ensino, permanecendo o discurso expositivo sem alterações significativas até ao início da década de 90 do século XX. Só então, depois da recriação do Museu de História Natural, a galeria é reformulada, no sentido de ir ao encontro do grande público, abrindo em 1995 com uma exposição de minerais seleccionados a partir das colecções existentes.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> Na sucessivas reformas da Faculdade de Ciências, Faculdade de Ciências e Tecnologia a partir de 1911, cada um dos museus surge associado a um laboratório. Assim se pode ler no diploma de 1934: "Museu e laboratório mineralógico e geológico; Museu, laboratório e jardim botânico (Instituto Júlio Henrique); Museu e laboratório zoológico; Museu e laboratório antropológico." *Regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Diário do Governo. I Série. N.º 197 (1934-08-22)*, p. 1611-1612. As reformas de 1972 e de 1982 mantêm esta mesma forma de estruturação destes estabelecimentos anexos. *Decreto-Lei n.º 259/72. In Diário da República. I Série (1972-07-28)*, p. 973 e *Decreto-Lei n.º 190/82. In Diário da República. I Série. N.º 112 (1982-05-18)*, p. 1279.

<sup>202</sup> GOMES, 1999, p. 138.

<sup>203</sup> *Catálogo da Galeria de minerais José Bonifácio d'Andrada e Silva*. Coimbra: Museu Mineralógico e Geológico. Museu de História Natural. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1999, p. 14-19.

A sala que herda o nome de Paul Choffat é hoje dedicada à cartografia geológica e apresenta uma exposição sobre esta temática. A sala Carlos Ribeiro é votada às rochas que afloram em Portugal e às suas aplicações e aqui se apresenta uma exposição intitulada *Portugal de pedra e cal*, aberta ao público em 2003, concebida para um público jovem.<sup>204</sup>

É também nestes espaços, ou pelos menos em parte deles, que se conservam os espécimes em reserva. Na verdade, se a sala da cartografia geológica se encontra inteiramente dedicada à exposição, nas duas outras salas, foi feita outra opção. Tanto na galeria de minerais, como na sala dedicada às rochas de Portugal, a par da exposição pública, vamos encontrar os espécimes em reserva, partilhando na sua acomodação o mesmo mobiliário. Os espécimes em exposição apresentam-se ao longo dos armários de madeira envidraçados, na base dos quais se conservam os espécimes em reserva, devidamente identificados dentro de caixas, mas sem que sejam visíveis a quem segue o percurso expositivo. Neste sentido, a opção feita na acomodação das colecções, não deixa de traduzir, na utilização ambivalente do mobiliário, uma concepção de reserva. Esta forma de organização é, aliás, idêntica nestas duas salas, no entanto, na sala das rochas de Portugal existe ainda uma segunda sequência de armários, numa galeria superior com acesso por escada, onde se conservam também espécimes em reserva. Aqui, como os armários são inteiramente dedicados a esta função, uma vez que a exposição não integra este espaço, os vidros foram substituídos por material opaco.<sup>205</sup>

No Museu Mineralógico e Geológico vamos ainda encontrar outro núcleo de espécimes em reserva, a Galeria Ultramarina, onde se concentram os exemplares da Paleontologia. Ao contrário das situações anteriores, os fósseis são conservados numa sala

---

<sup>204</sup> *Portugal de pedra e cal*. In *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 1 (Jun. 2003), p. 18-19.

<sup>205</sup> Ver fotos 25 a 28 em anexo.

não integrada no circuito público, dado não existirem condições materiais que permitam a sua transformação para a abertura pública. Assim, os espécimes da Paleontologia, acomodados em armários, estão ordenados por grandes períodos geológicos e por áreas geográficas, uma vez que não se encontram classificados.

Os espécimes encontram-se inventariados em fichas de papel. Os minerais e rochas classificados, ao contrário do que acontece com os fósseis, conforme anteriormente referido.

#### 3.6.4 Museu Zoológico

À semelhança do Museu Mineralógico e Geológico, também o Museu Zoológico permaneceu sempre, ao longo da sua história, no espaço físico destinado ao Gabinete de História Natural à data da sua fundação, o Colégio de Jesus, ainda que sofrendo as necessárias transformações e ampliações. Destas, importa destacar as obras realizadas em meados de oitocentos, aquando da transferência do Hospital para o vizinho Colégio das Artes, altura em que se procederam a alterações no primeiro andar do Colégio de Jesus. Este momento constituiu uma oportunidade de alargamento e melhoria do espaço destes dois museus que acaba por definir a configuração actual.<sup>206</sup> O Museu Zoológico passa, a partir de então, a ocupar a ala poente, aumentando o seu espaço.

Como vimos acontecer com os restantes museus, o Museu Zoológico acompanhou a evolução da Faculdade que o integrou, à medida que esta se transformava em função das novas exigências impostas pelas mudanças culturais e científicas.

Às colecções iniciais do Gabinete de História Natural adquiridas a Vandelli e

---

<sup>206</sup> LOPES, Sandra Andreia Dias Madeira – *Museu Mineralógico e Geológico: a herança de um património esquecido*. Coimbra: [s.n.], 1999. Trabalho realizado no âmbito do Seminário de Património Cultural do Mestrado de Museologia e Património Cultural da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 10.

Joseph Rollen Van-Deck, a que já tivemos ocasião de nos referir, foram-se juntando, ao longo do século seguinte, colecções particulares, umas oferecidas, outras adquiridas, outras ainda, foram compradas a casas especializadas ou adquiridas por via de expedições científicas.<sup>207</sup>

Depois de ter fechado em 1988 para obras no edifício e renovação da exposição permanente, o Museu Zoológico abriu ao público com uma recriação de um Gabinete de História Natural e a exposição temática *A Natureza e o Homem: jogo de equilíbrios*. Se durante dois séculos de existência procurou responder ao trabalho científico e didáctico-pedagógico da instituição universitária, transformações de diversa ordem entretanto ocorridas, conduziram a que assumisse também uma função pública.<sup>208</sup>

Dada a época da sua criação, o Museu reflectia na sua estrutura e arranjo das colecções uma organização pautada, predominantemente, por critérios sistemáticos, onde os espécimes descritos e classificados se ordenavam do ponto de vista da taxonomia e sistemática. Este tipo de estruturação, que se manteve praticamente até à actualidade, traduz um entendimento do Museu organizado primordialmente em função dos especialistas, professores, investigadores e alunos, capazes de interpretar uma apresentação desta ordem. Neste espaço museológico confluíam os objectivos de ensino e investigação e a exposição.<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> *Gabinete de História Natural: revivências*, 2000, p. 27-79.

<sup>208</sup> *Gabinete de História Natural: revivências*, 2000, p. 7

<sup>209</sup> “Criado na sequência do período lineano, o Museu reflectiu na sua estrutura, atmosfera e conteúdo das colecções uma organização orientada por critérios sistemáticos (...) Esta estrutura, que persistiu praticamente até à actualidade, traduz a função do Museu entendido como “armazém do conhecimento, não existindo qualquer contradição entre o conteúdo das colecções, objectivos de ensino e investigação e a exposição” BAPTISTA, Maria Teresa de Almeida Martins – *Proposta-programa para a instalação das reservas no Museu Zoológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*. Coimbra: [s.n.], 1998. Trabalho realizado no âmbito da cadeira de Arquitectura de Museus do Curso de Pós-graduação em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 10-11.

No curso do século XX as áreas científicas da taxonomia e sistemática perderam importância face a outras áreas de investigação científica menos ligadas ao Museu, isto a par da crescente carência de recursos humanos e financeiros. No final dos anos 70, o Museu vive uma situação particularmente complexa motivada pela degradação do espaço físico.<sup>210</sup> Parece ser a partir deste momento que se perspectiva o processo de reestruturação deste espaço museológico que se irá estender no tempo. O programa de renovação que orienta esta nova fase do Museu opta por uma organização de salas temáticas, ainda que em algumas salas se apresente o confronto entre as ideias modernas de evolução (expositores inferiores e individuais com exposição temática) e o conceito da exposição sistemática tradicional (expositores superiores de acesso reservado).<sup>211</sup> Esta opção permite também articular as limitações de espaço.

No que às reservas respeita e face ao que atrás ficou dito acerca da origem e evolução do Museu Zoológico, este processo de renovação corresponde, para este sector, a um momento novo, uma vez que até então, o Museu expunha todas as suas colecções.<sup>212</sup> É no âmbito deste processo de renovação da exposição e após as obras de intervenção no edifício que se procede à instalação do sector da reserva. Aqui se passam a acomodar, de forma estruturada, colecções destinadas a serem utilizadas por um público especializado. Sempre que pertinente este momento foi ocasião para a actualização do inventário.

O espaço consagrado a este sector compreende quatro salas contíguas, a primeira, funcionando como área de trabalho de conservação e desinfestação, à qual se seguem três salas onde se acondicionam as colecções. Face à forma de tratamento e

---

<sup>210</sup> BAPTISTA, 1998, p. 11.

<sup>211</sup> BAPTISTA, 1998, p. 11-13. Ver fotos 29 e 30 em anexo.

<sup>212</sup> “(...) se até aqui o Museu expôs, ou melhor, mostrou as suas colecções na globalidade, hoje, no nosso conceito de expor, não faz sentido apenas mostrar, mas antes educar (...)” BAPTISTA, 1998, p. 12.

diferente tipo de conservação destes espécimes em reserva, houve a necessidade de os destrinçar. Assim, a reserva compreende uma área para espécimes conservados em meio seco e outra destinada aos espécimes que se conservam em meio líquido (formol e álcool).

Na reserva seca acondicionam-se, entre outras, a colecção de malacologia e a colecção de entomologia. Esta última constitui uma das melhores colecções do Museu, não só por apresentar um grande número de exemplares representados, mas também por se encontrar estudada e classificada. Os espécimes acondicionam-se em pequenas caixas identificados e organizados por classificação dentro de mobiliário metálico adquirido para esta função. Outras colecções acomodam-se em mobiliário adaptado para o efeito, face à impossibilidade de adquirir mobiliário específico para toda a reserva. Na sala destinada ao acondicionamento de espécimes conservados em meio líquido, os frascos contentores distribuem-se por armários envidraçados de madeira. Estes armários, que outrora integravam a exposição, foram reutilizados, uma vez não ter sido possível adquirir outro mobiliário, devidamente adaptado a esta função.<sup>213</sup> Esta sala votada a reserva húmida, está longe de reunir as condições ideais, não só por se encontrar num espaço físico não isolado das restantes áreas contíguas, mas também pelo tipo de mobiliário utilizado, permanecendo como um sector particularmente sensível do ponto de vista da segurança, resultado dos condicionalismos de ordem orçamental e pelas restrições impostas por um edifício histórico. A este propósito importa referir uma interessante proposta-programa desenvolvida no sentido de superar as limitações de um espaço físico com estas características. Este trabalho, ponderando a problemática em causa, propunha a construção da reserva húmida sob a forma de uma estrutura subterrânea, no pátio interior do edifício,

---

<sup>213</sup> Ver fotos 31 a 34 em anexo.

de forma a garantir condições de elevada segurança.<sup>214</sup> Muito embora não tenha sido possível concretizar este projecto, importa aqui registar o carácter inovador desta proposta que, pertinentemente, concilia os requisitos de segurança e conservação exigíveis a uma reserva com espécimes conservados em meio líquido inflamável com a sua inserção espacial e funcional no interior deste edifício histórico em que funciona o Museu, sem interferir, visualmente, com este.

Do ponto de vista da documentação, registe-se que as colecções se encontram inventariadas, estando em curso a informatização do catálogo.

### 3.6.5 Museu de Física

O actual Museu de Física da Universidade de Coimbra é herdeiro das colecções do Gabinete de Física Experimental criado em 1772 no âmbito da reforma pombalina da Universidade. Instituído originalmente como funções didácticas, adquire com o tempo uma outra natureza.

A regência da cadeira de Física Experimental, assim como a direcção do Gabinete foi entregue ao italiano Dalla Bella que, vindo do Colégio dos Nobres para a Universidade, transporta consigo a colecção de máquinas e aparelhos de Física que equipavam o Gabinete daquele Colégio e que hoje conhecemos por intermédio do catálogo manuscrito que redigiu, o *Index Instrumentorum ad Physicam experimentalem pertinentium quae in Museo Conimbricensi modo reperiuntur*.<sup>215</sup>

Se os dois directores do Gabinete que sucedem a Dalla Bella mantêm o Gabinete na sua forma primitiva, actualizando o inventário com o novo material entretanto

---

<sup>214</sup> BAPTISTA, 1998, p. 25-28.

<sup>215</sup> *O engenho e a arte: colecção de instrumentos do Real Gabinete de Física*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 13.

adquirido, instalando-o numa sala contígua, semelhante à pombalina; os directores seguintes inverterão esta tendência de conservação. Desde logo, ignora-se o inventário existente, altera-se a distribuição dos aparelhos nas estantes, produz-se nova numeração, verificando-se também o desaparecimento de material. Em 1911, por iniciativa do director do Laboratório de Física, a Faculdade autoriza a venda de tudo o que se encontrasse partido. E o leilão far-se-á, à porta do Laboratório.<sup>216</sup> O rumo inverter-se-á em 1937, quando, por iniciativa do então director do Laboratório de Física, Mário Silva, se inicia um trabalho de recuperação do que restava do Gabinete de Física Experimental. Não só congregando esforços para a recuperação do material existente no Laboratório, mas também readquirindo os objectos localizados na posse de particulares.

À luz do já citado *Regulamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra* de 1991, o Museu de Física é considerado parte do Departamento de Física, sendo equiparado às secções do recriado Museu de História Natural.<sup>217</sup> O Museu abre ao público em 1997. Hoje, na exposição permanente do Museu está patente a colecção de instrumentos do século XVIII dispostos na sala primitiva, sala Dalla Bella, e na sala contígua apresenta-se uma colecção de instrumentos do século XIX. Estes últimos correspondem a uma escolha dos instrumentos mais significativos da colecção desta época.

A candidatura a um contrato-programa e a atribuição de um espaço físico, na cave do Departamento de Física, para instalar as reservas do Museu permitiu, a partir de 1999, o desenvolvimento deste sector. Assim, desde então, foi possível realizar obras neste espaço que possibilitaram a instalação de uma oficina de restauro, de uma área de trabalho

---

<sup>216</sup> SILVA, Mário Augusto da – *O Museu Pombalino de Física da Faculdade de Ciências de Coimbra*. In *Seara Nova*, n.º 14114 (Agosto de 1963), p. 199-201.

<sup>217</sup> “artigo 10º(... )5. O Museu de Física é parte do Departamento de Física (...) artigo 51º O Museu do Departamento de Física designado “Museu de Física da Universidade de Coimbra” é equiparado às secções do Museu de História Natural”. *Regulamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra*. In *Diário da República. II Série*. N.º 263 (1991-11-15).

e secretariado e de uma sala de desinfestação e tratamento, a par da sala de reserva. De igual forma, procedeu-se, entretanto, à aquisição de mobiliário específico para a acomodação dos instrumentos e máquinas do acervo.

Muito embora esta localização não corresponda a uma situação ideal face às desvantagens inerentes à localização numa cave,<sup>218</sup> a estruturação do sector da reserva do Museu permitiu a concentração das máquinas e instrumentos do acervo, até então dispersos por diversos locais, num espaço dedicado a esta funcionalidade. O acervo aqui reunido, máquinas e instrumentos dos séculos XIX e XX, está organizado de forma temática. Encontra-se acomodado em mobiliário metálico concebido para este efeito que, sendo fechado para protecção das peças, permite ao mesmo tempo a sua visualização através das portas de vidro.<sup>219</sup>

Paralelamente a este processo de organização, foi sendo realizado o inventário do acervo do Museu sob a forma de fichas em ficheiros de texto, uma vez que a base de dados adquirida para o efeito não está, para já, a ser utilizada de forma sistemática. Esta documentação que serve ao trabalho interno é disponibilizada sempre que investigadores de História da Ciência ou outros especialistas desenvolvem trabalhos no âmbito do acervo do Museu, sendo igualmente facultado o acesso aos objectos em reserva.

No momento, as disponibilidades de espaço não permitem que o Museu possua uma área vocacionada para exposições temporárias. Mas, acontece, por vezes, que os

---

<sup>218</sup> A utilização de caves como locais de reserva tem vindo a ser abordada por diversos autores, pois, se por um lado apresentam a vantagem de suportarem grandes cargas, permitindo uma grande densidade de ocupação, por outro, quando não são construídas com esta finalidade, apresentam importantes desvantagens a considerar ao nível das condições ambientais, nomeadamente, a ventilação insuficiente, o excesso de humidade e os riscos de inundação. Entre outros autores, referem-se a esta problemática JONHSON; HORGAN, 1980, p. 15. e HILBERRY, John D. ; WEINBERG, Susan K. – *Museum collections storage. In Care of collections*. London; New York: Routledge, 1994 (Leicester Readers in Museum Studies), p. 156-157.

<sup>219</sup> Ver fotos 35 a 38 em anexo.

objectos conservados em reserva sejam cedidos temporariamente para integrarem exposições desenvolvidas por outras instituições; ou, que os objectos expostos sejam emprestados e os objectos em reservas integrem a exposição permanente, existindo neste sentido, alguma renovação.

Globalmente, no que respeita aos museus de ciências da Universidade, a que nos temos vindo a referir, importa registar que a superação das limitações que foram sendo referidas, seja ao nível da acomodação e conservação, seja ao nível da documentação, perspectiva-se, no curto a médio prazo, poder vir a passar pelo projecto do Museu das Ciências, projecto este que detalharemos em seguida. Em todo o caso, e independentemente desta situação, importa, desde já, destacar o facto da concepção de reserva passar a estar presente, assumindo-se a importância deste sector no contexto da instituição museológica. Pontualmente, é mesmo possível identificar algumas situações de inovação que foram sendo referidos ao longo do texto e que teremos ocasião de sistematizar no final.

## **Capítulo 4 – Reservas de museus em definição e transformação:**

Foi nossa intenção destrinçar os Museus em que nos deparamos com processos de definição, renovação ou transformação significativas em curso, analisando a forma como a questão das reservas está a ser pensada e resolvida. Ainda assim, e após termos analisado no capítulo anterior o caso dos museus que representam situações de continuidade, não poderemos deixar de sublinhar a importância que a questão das reservas vem adquirindo, desde logo, entre estes museus de continuidade.

Passemos, então, à análise dos museus com processos de transformação em curso.

### **4.1 Museu das Ciências da Universidade de Coimbra**

O desencadear do processo para a constituição de um Museu das Ciências da Universidade de Coimbra parece poder situar-se em 1994, com a redacção de um primeiro documento pela Reitoria a este propósito.

Quando, no ano seguinte, a Reitoria da Universidade promove um concurso de ideias para a elaboração de um plano arquitectónico de reconversão de edifícios e espaços da alta universitária, este não deixa de contemplar, no âmbito do reforço da relação da Universidade com a comunidade, uma componente de valorização do património

museológico, à qual afecta uma área destinada ao “novo Museu das Ciências”.<sup>220</sup> O projecto do Museu das Ciências da Universidade de Coimbra, hoje em curso, surge enquadrado no programa de renovação do pólo histórico da Universidade, ao qual não é, evidentemente, alheio o potencial museológico das colecções científicas reunidas sob a sua tutela. Coincide este momento com a definição dos novos pólos da Universidade (pólos II e III) e com o início do processo de transferência de alguns departamentos da Faculdade de Ciência e Tecnologia, perspectivando-se, assim, a libertação de espaços até então afectos ao ensino e investigação.

Com o intuito de desenvolver este projecto de museologia científica é criada, em 1999, pelo então reitor, uma comissão para a elaboração do programa para o Museu das Ciências.<sup>221</sup>

Volvida quase uma década desde o início do processo, o Museu das Ciências define a sua vocação, na qual são susceptíveis de se identificar duas vertentes. Por um lado, a intenção de reunir as colecções existentes, pertencentes a diferentes departamentos e estabelecimentos da Universidade, no Colégio de Jesus, edifício significativamente transformado na segunda metade do século XVIII, para aqui se instalar o Museu de História Natural. Por outro lado, manifesta-se o objectivo de criar “um pólo nacional de difusão das ciências aberto à sociedade”.<sup>222</sup>

---

<sup>220</sup> *A alta de volta: concurso para o plano de reconversão dos espaços dos Colégios de S. Jerónimo, das Artes, Laboratório Químico e área envolvente*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 1997, p. 12.

<sup>221</sup> A comissão, a funcionar sobre alçada da Reitoria, é presidida pelo museólogo Michel Van Prætt e dela fazem ainda parte Gonçalo Byrne, João Rui Pita e Paulo Gama Mota, docentes da Universidade. O projecto de arquitectura é da responsabilidade do arquitecto João Mendes Ribeiro, existindo ainda uma equipa dedicada à museologia, da qual fazem parte Pedro Casaleiro e Maria Fernanda Cardoso. *Museu das Ciências da Universidade de Coimbra*, [2004], p. 23.

<sup>222</sup> *Museu das Ciências da Universidade de Coimbra*. [2004], p. 5.

Como atrás oportunamente se referiu, a propósito do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, está ainda prevista a possibilidade deste projecto do Museu das Ciências se poder vir a articular com aquele estabelecimento.

A um projecto desta natureza afectam-se dois edificios universitários, espaços arquitectónica e historicamente muito significativos pelo facto de se conservarem até hoje como testemunho do desenvolvimento da investigação experimental, o Colégio de Jesus e o Laboratório Químico.

Simultaneamente, estes dois espaços correspondem também a duas fases de desenvolvimento do projecto do Museu das Ciências. A primeira prende-se com a renovação do Laboratório Químico para acolhimento de uma “exposição de prefiguração” relacionada com conceitos da Química, Física e Astronomia. A segunda fase prevê-se mais longa e complexa, uma vez que nesta se enquadra a renovação do edificio do Colégio de Jesus para instalação de um complexo museológico que possa acolher as diferentes colecções passíveis de integrarem o projecto. As colecções do Museu de História Natural, do Museu de Física, mas também as de Astronomia, Farmácia e Medicina Assim, o Colégio de Jesus perspectiva-se vir a ser o espaço, por excelência, de acomodação das colecções reunidas, com as áreas de reserva e as oficinas de restauro.<sup>223</sup>

O Laboratório Químico, cujas obras de transformação para a sua nova função museológica estão em curso, foi edificado contemporaneamente à transformação operada no Colégio de Jesus, no âmbito da reforma pombalina, estando terminado em 1777. Espaço singular, construído para responder à necessidade de uma estrutura especializada decorrente da introdução da experimentação no processo científico. Este Laboratório destinava-se, como se explica nos *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*, não só à realização de

---

<sup>223</sup> *Museu das Ciências da Universidade de Coimbra*. [2004], p. 7-8, 11.

“experiências relativas ao Curso das Lições”, mas também para neste se fazerem “as preparações, que pertencem ao uso das Artes em geral, e da Medicina em particular.”<sup>224</sup>

Ainda que sofrendo algumas modificações ao longo do tempo que separa a sua criação da actualidade, o Laboratório Químico mantém-se ocupado praticamente até à actualidade com funções de docência. Quando, em 1975, o Departamento de Química liberta as instalações, aqui se vem instalar o Departamento de Engenharia Química.<sup>225</sup>

O espaço sofreu obras significativas, no final do século XIX, edificando-se novos laboratórios e gabinetes. Ao longo da centúria seguinte, erguem-se uma série de anexos em redor do corpo do edifício que procuravam responder às necessidades de espaço sentidas. Em todo o caso, esta área, que abrange o Laboratório e o fronteiro Colégio de Jesus, ficará fora da grande área demolida na década de 40 do século XX, aquando das obras de construção da cidade universitária, permanecendo como testemunhos da reforma do ensino operada em setecentos. Curiosamente, no curso das obras da cidade universitária, perspectivando-se a libertação deste laboratório decorrente da construção do novo edifício da Física e da Química, ponderou-se destinar este espaço a funções museológicas e de divulgação cultural.<sup>226</sup> Esta ideia, hoje bastante reflectida e detalhada, parece ter emergido

---

<sup>224</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, 1972, p. 265.

<sup>225</sup> *Museu das Ciências da Universidade de Coimbra*. [2004], p. 14.

<sup>226</sup> Em meados da década de 50 chega a ser elaborado um projecto arquitectónico de adaptação do Laboratório Químico a sala de conferências, exposições temporárias e Museu Histórico. No início de 1955, o Ministro das Obras Públicas refere, em despacho de 23 de Março, não considerar urgente a remodelação do edifício do Laboratório Químico. O assunto é retomado mais tarde pelo director do Laboratório, Coteló Neiva, em carta dirigida ao presidente da Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, datada de Outubro de 1965. Nesta, faz referência ao início da construção dos novos Laboratórios de Física e Química, prevendo a futura transferência do Laboratório para estas novas instalações. E, em seguida, expõe: “O Laboratório Químico deixará livre um edifício relativamente pequeno, de traça pombalina, onde o Conselho Escolar da Faculdade muito apreciaria ver instalado um Museu da Ciência.

Tem a Faculdade nas suas diversas secções, muita aparelhagem antiga que muito bem ficaria num Museu de Ciência, a que o edifício do antigo Laboratório Químico daria ambiente apropriado”.

A carta é remetida para Lisboa, ao Engenheiro Director Delegado da Comissão de Obras. Em nota manuscrita, à margem do texto dactilografado pode ler-se: “Não só não há dotações no Plano Intercalar de

algumas décadas atrás, já então, reflectindo a consciência acerca do potencial deste edifício do ponto de vista da sua utilização para fins museológicos.

Em Abril de 2004 é assinado um memorando de entendimento no sentido da constituição de uma estrutura de gestão, onde se inclui uma proposta de criação de uma Fundação para o Museu das Ciências, envolvendo neste projecto, não só a Universidade, mas também a Câmara, os Ministérios da Cultura e do Ensino Superior e entidades privadas. Nesta mesma ocasião foi adjudicada a empreitada para a remodelação do Laboratório Químico.<sup>227</sup>

Iniciam-se, então, as obras neste edifício para as suas novas funções. Procede-se à demolição de uma série de dependências recentemente construídas, em redor do Laboratório para cumprir necessidades funcionais diversas. Por outro lado, foi programada uma intervenção arqueológica de acompanhamento do processo de remodelação que pretende minimizar possíveis efeitos negativos, seja ao nível da cota negativa, como positiva. No espaço envolvente do Laboratório Químico, foram mantidas duas pequenas construções relacionadas com a estrutura da muralha da cidade, uma a nascente estabelecida sobre o que se julga ser uma torre e outra, muito próxima do ângulo NE do edifício do Laboratório, implantada, provavelmente, num ângulo da muralha.<sup>228</sup>

Esta primeira fase do Museu das Ciências, dita de prefiguração, pretende funcionar como experimentação de um modelo de gestão museológica das colecções

---

Fomento para se encarar a realização da mesma, mas também se terá de aguardar a construção do edifício da Física e Química para o que é”.

Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra - *Processo 392 Universidade de Coimbra. Adaptação do Laboratório Químico a Sala de Conferências e Exposições Temporárias e Museu Histórico*, [1954] - 1965. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.

<sup>227</sup> SANTOS, Fernando Seabra – *Anexos com nexo*. In *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 4 (Abr. 2004), p. 4

<sup>228</sup> FILIPE, Sónia; MORGADO, Paulo – *Intervenção no Laboratório Chimico: descobertas arqueológicas na alta universitária*. In *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 6 (Out. 2004), p. 21

universitárias susceptível de demonstrar a cada museu as vantagens da adesão a este projecto.

À luz da filosofia expositiva definida, pretende-se articular os objectos a integrar com elementos de carácter interactivo e participativo ao longo da exposição programada intitulada *Enigmas da matéria: das estrelas aos átomos*.<sup>229</sup> Este espaço foi pensado, sobretudo, como área de exposição e divulgação científica, reduzindo ao mínimo, as áreas não públicas. Ainda assim, consta deste projecto de intervenção no Laboratório Químico uma área de reserva destinada a uma colecção de Química, um conjunto de objectos que outrora equiparam este laboratório. Trata-se de uma colecção identificada, de cerca de setecentas peças, conservada no Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva, entre 1976 e 2002, ano em que voltou novamente para a tutela da Universidade com o intuito de ser integrada neste projecto.

O espaço que, no âmbito desta remodelação do Laboratório Químico, se pretende afectar a reserva é a casa, dita de Tollens.<sup>230</sup> Um edifício de planta rectangular, de reduzidas dimensões, com dois pisos amplos. Para aqui está prevista a constituição de uma área de trabalho no piso térreo e um espaço de acomodação no andar superior.<sup>231</sup> Para este efeito será construído mobiliário específico, uma vez que a hipótese de adaptar o mobiliário

---

<sup>229</sup> *Museu das Ciências da Universidade de Coimbra*. [2004], p. 17-21.

<sup>230</sup> Joaquim Augusto Simões de Carvalho, no trabalho histórico que dedica à Faculdade de Filosofia, aquando dos cem anos da reforma pombalina, refere-se ao “dr. Tollens” como sendo o “chefe de trabalhos práticos” do Laboratório Químico. Neste mesmo texto, ao descrever as diversas dependências do Laboratório faz também referência ao facto de este químico ter habitado uma casa neste espaço: “... no fim do jardim uma pequena casa, que serve de casa de vestir ao director ou professores que se entregam mais particularmente aos trabalhos químicos (...) Esta casa serviu ultimamente de habitação ao dr. Tollens; mas é muito pequena para habitação, sem chaminé, e é inteiramente indispensável para o fim que acima mencionei.” CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de - *Memória histórica da Faculdade de Philosophia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872, p. 185-189.

<sup>231</sup> Ver foto 54 em anexo.

existente no Laboratório Químico não era viável dadas as suas grandes dimensões, face ao espaço disponível nesta construção.

Este espaço de reserva é encarado como de carácter provisório, até à definição do projecto para o Colégio de Jesus. Aqui, como já referimos, há a intenção de vir a constituir uma área importante de reserva, cujas características e especificações estão por definir em função do desenrolar do processo, desde logo, a identificação das colecções a envolver. À partida, são consideradas passíveis de integrar o Museu das Ciências, as colecções do Museu de História Natural, do Museu de Física, mas também as de Astronomia, de Farmácia e de Medicina, como atrás já se referiu. Face à impossibilidade presente de identificar, rigorosamente, as colecções a afectar, uma análise mais detalhada do sector das reservas, desta segunda fase do projecto, não poderá ser feita no imediato. Está em aberto, nomeadamente, a inclusão ou não das colecções científicas osteológicas tuteladas pelo Museu Antropológico. Dadas as características deste projecto museológico, nomeadamente, no que se relaciona com o modelo de gestão e com o envolvimento de diversas partes haverá que aguardar para ser possível definir, em concreto, como se estruturará o sector das reservas no contexto da concretização programática do Colégio de Jesus. Pois, logicamente, a estruturação deste sector implica o conhecimento das colecções a albergar,<sup>232</sup> mas também a precisão dos objectivos a alcançar no quadro do projecto museológico.

No que respeita à primeira fase deste projecto, a intervenção no Laboratório Químico, pretende-se que funcione como uma experimentação de um modelo de gestão

---

<sup>232</sup> A este propósito registre-se a recente candidatura ao *Programa Operacional da Cultura* por parte da Universidade com o projecto *Museu Virtual do Museu das Ciências* para uniformização da informação das colecções e informatização, a disponibilizar *on line*. (Veja-se *Convite à Apresentação de Candidaturas às Acções 1 e 3 da Medida 2.2: quadro 1 geral*, p. 2. Disponível em <http://poc.min-cultura.pt/new>. Acedido a 2005. 04. 21.)

Para já, incluem-se nesta candidatura as colecções tuteladas por instituições museológicas.

museológica das colecções universitárias. Neste caso, está identificada uma colecção concreta e delimitada, em função da qual se constituirá um espaço de acomodação e conservação. É, aliás, assumido que esta primeira fase se centre na divulgação e difusão das ciências, reduzindo ao mínimo as áreas de serviços e centrando-se nas áreas públicas. Desta forma, no que ao sector das reservas respeita, o projecto de prefiguração do Museu das Ciências – Laboratório Químico - parece apresentar especificações muito próprias que visam o acolhimento e conservação de uma colecção bem definida, historicamente relacionada como o edifício, que houve a oportunidade de fazer integrar nesta fase do projecto. Mas, é também assumido que este é um espaço de reserva temporária que cumprirá esta funcionalidade até à remodelação do Colégio de Jesus.



## 4.2 Museu da Cidade

O Museu da Cidade de Coimbra, concretiza-se com a abertura do Edifício Chiado em 2001. A ideia ter-se-á gerado com o tempo, começando a objectivar-se nesta primeira realização.

Este projecto parece ter-se apresentado, desde sempre, como um projecto polinucleado<sup>233</sup> constituído por núcleos temáticos que dentro do possível, aproveitassem edifícios municipais. E assim, muito embora no curso da evolução do projecto, sejam detectáveis algumas alterações, estas características fundamentais mantêm-se ao longo do evoluir do projecto museológico. Não existindo, desde logo, um documento programático deste projecto, uma vez que só agora está a ser realizado, uma tal caracterização é detectável a partir de alguma documentação parcelar.<sup>234</sup>

Aquando da abertura do Edifício Chiado, este apresentava-se como um entre outros núcleos deste projecto, todos instalados em edifícios municipais considerados significativos.<sup>235</sup> Este edifício, para o qual se perspectivou, inicialmente, o acolhimento de outras colecções, acaba por ser adaptado e renovado para acolher a doação de uma colecção

---

<sup>233</sup> Face à notada ausência de fixação terminológica no contexto museológico português, ao longo do texto, para designar esta realidade, utilizam-se os vocábulos “polinucleado” e “multipolar” em sentido sinónimo, respeitando a terminologia seguida na bibliografia identificada a propósito deste Museu. GOUVEIA, 2003, p. 225-259.

<sup>234</sup> Na publicação editada aquando da abertura ao público do Edifício Chiado escrevia-se assim: “O Museu da Cidade de Coimbra, instalado em edifícios municipais marcantes (...) é um projecto polinucleado.” *Museu da Cidade: Edifício Chiado*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2001, p. 3. Em 2003, data da abertura do segundo núcleo afirmava-se a pretensão do Museu da Cidade de Coimbra “constituir-se como uma instituição multipolar, visando uma vasta e diversificada projecção no espaço urbano, intentando reconverter testemunhos significativos da história da cidade...” Câmara Municipal de Coimbra - *Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Coimbra*. 30/06/2003. Disponível na world wide web em : <<http://www.cm-coimbra.pt/actas/2003.htm>>. Acedido a 2005.04.04.

<sup>235</sup> Torre de Almedina, Refeitório de Santa Cruz, Torre d’Anto, Edifícios da Inquisição, *Rémise* dos Eléctricos e Casa Municipal da Cultura. *Museu da Cidade: Edifício Chiado*, 2001, p. 3-4.

particular feita ao Município de Coimbra.<sup>236</sup> O espaço sofre, então, obras de adaptação para possibilitar o acolhimento desta colecção de arte. Foi exigência dos seus doadores que esta fosse exposta como um todo, pelo que a programação da sua instalação, desde logo, respondeu a esta solicitação, apresentando-se a colecção em espaços contíguos, e não contemplando a existência de reservas. E assim, o acervo, constituído por seis núcleos (pintura, mobiliário, cerâmica, escultura, pratas e diversos), foi distribuído por salas de exposição de três andares do edifício, existindo ainda um espaço no rés-do-chão que acolhe exposições temporárias.

A par deste, o Museu apresenta hoje mais um núcleo aberto ao público, o núcleo da cidade muralhada, e outro em definição que se perspectiva ser o próximo a abrir, o núcleo do Museu dos Transportes.

O núcleo da cidade muralhada concretiza-se em 2003. Programado sob a temática da cidade muralhada envolve duas vertentes distintas. Um centro interpretativo, instalado na Torre da Almedina, onde através de uma maquete, de um painel com um esquema representativo da inserção da muralha na malha urbana e de um painel de projecção de imagens se pretende dar a conhecer o percurso da muralha. A visita assume depois uma outra vertente, no terreno, onde o visitante pode fazer o percurso da muralha, a partir de um roteiro.

Desta feita, e face à natureza do projecto museológico descrito, este núcleo temático do Museu da Cidade, dedicado à cidade muralhada, também não possui reserva.

---

<sup>236</sup> “Originalmente pensado para Centro de Interpretação da cidade de Coimbra, o Edifício Chiado acabaria por receber a colecção particular de Telo de Morais, doada à cidade com a contrapartida de ficar exposta na sua totalidade num edifício municipal centralizado.” INÁCIO, Cláudia Alexandra Santos – *Os museus de cidade em Portugal. O Museu da cidade de Lisboa: estudo de caso*. Évora:[s.n.], 2002. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade de Évora, p. 29.

O núcleo do Museu dos Transportes não está ainda aberto ao público, como se referiu. Afecto a uma companhia de teatro, aqui decorrem, periodicamente, espectáculos. Em todo o caso, o projecto museológico que, de momento, se pensa vir a concretizar neste espaço da *Rémise* dos Eléctricos, não compreende a existência de um sector de reserva.

Assim sendo, perante o que a propósito deste Museu foi apresentado verificamos que, presentemente, nenhum dos núcleos temáticos deste projecto polinucleado inclui um sector de reserva. Como houve oportunidade de explicitar esta situação decorre de circunstâncias específicas. O Edifício Chiado, onde se apresenta a colecção de arte Telo de Morais, não dispõe deste sector por exigência dos doadores quanto à forma de apresentação. No entanto, abstraindo este facto, em teoria, do ponto de vista da programação museológica desta apresentação tal poderia ter sido contemplado. Existiu, portanto, uma circunstância, do ponto de vista da programação da apresentação da colecção, que determinou a inexistência de um sector de reserva.

Já no que se refere ao núcleo temático da cidade muralhada, estamos perante uma situação diversa. A natureza deste núcleo temático, ao qual não se associa uma colecção, assim o justifica.

### 4.3 Museu Nacional de Machado de Castro

O Museu Machado de Castro é criado em 1911, no âmbito da reorganização republicana dos serviços artísticos e arqueológicos. Neste decreto é definido como um “Museu Geral de Arte Geral, organizado principalmente no intuito de oferecer ao estudo publico colleções e exemplares da evolução da história nacional; e que será ampliado com uma secção de artefactos modernos, destinada á educação do gosto publico e á aprendizagem das classes operarias”.<sup>237</sup>

O Museu Machado de Castro surge como um organismo dependente do poder local, no entanto, a sua origem não deixará de estar ligada ao panorama museológico local de então. Desde logo, o próprio texto do decreto relativo à criação do novo Museu, atrás transcrito, traduz, no seu teor, o pensamento de António Augusto Gonçalves, relativamente à questão museológica.<sup>238</sup> António Augusto Gonçalves viria a dirigir o Museu entre 1912 e 1929, dando aqui continuidade ao trabalho que tinha vindo a desenvolver localmente em outras instituições.<sup>239</sup> Personalidade ímpar no contexto museístico de Coimbra, participante em todas as iniciativas museológicas locais do último quartel de oitocentos e defensor convicto, ao longo do seu percurso, do museu como instrumento pedagógico.<sup>240</sup>

---

<sup>237</sup> *Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos, art. 39º. In Diário do Governo. N.º 124 (1911-05-29), p. 2246.*

<sup>238</sup> SERRA, Carlos Manuel Santos – *António Augusto Gonçalves: o percurso museológico*. Coimbra, 2002. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 139.

<sup>239</sup> Como o refere Henrique Coutinho Gouveia “(...) não será de admirar que se procurassem concretizar, neste novo organismo, as concepções museológicas caras ao Mestre, particularmente a da função pedagógica do museu em relação aos agentes do trabalho. (...) Não é, portanto, de estranhar que o plano de organização deste Museu, e o próprio arranjo das salas, se assemelhassem muito a realizações anteriores, particularmente ao Museu de Antiquidades do Instituto (...)” GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Museus de Coimbra: da I Exposição Distrital à organização do Museu Machado de Castro*. Coimbra: Museu Nacional da Ciência e da Técnica, 1980. Separata de *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, p. 27.

<sup>240</sup> SERRA, 2002, p. 170.

Em Fevereiro de 1912, o edifício do paço episcopal de Coimbra é cedido à Câmara Municipal da cidade, para que aqui se pudesse instalar o Museu Machado de Castro.<sup>241</sup> O edifício sofre então obras de adaptação às suas novas funções, para as quais António Augusto Gonçalves conta com a colaboração do arquitecto Augusto Carvalho da Silva Pinto.<sup>242</sup> O Museu viria a ser oficialmente inaugurado a 11 de Outubro de 1913.<sup>243</sup>

Aqui se passam a reunir aquelas que constituem as colecções iniciais do Museu. As provenientes do Museu do Instituto de Coimbra,<sup>244</sup> as do Museu de Arte Sacra da Sé, instituído como secção do Museu Machado de Castro,<sup>245</sup> e ainda o espólio proveniente de casas religiosas, sobretudo de Coimbra e da região, que o próprio Gonçalves identifica como merecedor de ser conservado em museu público.<sup>246</sup>

Três décadas mais tarde, justamente num texto de homenagem ao primeiro director do Museu Machado de Castro, João Couto tece algumas considerações sobre o estado do Museu conimbricense que importa aqui recuperar, mas agora do ponto de vista da análise evolutiva do organismo face à questão em discussão. Refere-se, nesta ocasião, à necessidade de remodelar o Museu no que respeita ao critério de apresentação das colecções. A evolução ocorrida entre o momento da fundação do Museu e a fase museográfica em que escreve não teve, em sua opinião, as repercussões esperadas na exposição deste Museu. Sugere assim que, deste ponto de vista, o arranjo do Museu não se

---

<sup>241</sup> *Diário do Governo*. N.º 36 (1912-02-13), p. 603.

<sup>242</sup> GONÇALVES, António Augusto – *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro*. Coimbra: Tip. de *O Despertar*, 1929, p. 6. Nesta publicação o autor refere as vastas obras efectuadas no edifício do antigo paço episcopal a fim de aqui instalar o Museu.

<sup>243</sup> SERRA, 2002, p. 142.

<sup>244</sup> Na sequência do decreto de criação do Museu Machado de Castro, a Direcção do Instituto acede à solicitação de depósito dos seus objectos de arte e arqueologia no novo Museu. SERRA, 2002, p. 135.

<sup>245</sup> Conforme se refere no ponto 2 do artigo 39º do decreto onde consta a criação do Museu Machado de Castro: “Considera-se uma secção d’este Museu o Museu de Arte Religiosa, instituído junto da Sé Cathedral de Coimbra, cuja direcção se acha, por determinação legal, confiada ao seu instituidor e lhe será mantida”. *Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos, art. 39º*. In *Diário do Governo*. N.º 124 (1911-05-29), p. 2246.

<sup>246</sup> SERRA, 2002, p. 147-149.

encontra muito diferente daquele concebido por António Augusto Gonçalves aquando da fundação.<sup>247</sup>

A este propósito importa aqui reter que das transformações operadas durante a direcção de Virgílio Correia, entre 1929 e 1944, consta a modificação da exposição. As colecções passam a ser organizadas por núcleos temáticos e apresentam-se por ordem cronológica.<sup>248</sup> No entanto, apesar da alteração do percurso e da estrutura expositiva, parece manter-se a exibição de numerosos objectos. Neste sentido, a direcção seguinte, de Reis Santos, entre 1951 e 1967, afigura-se surgir como um período de modernização museográfica durante o qual se adopta uma estrutura expositiva diferente.<sup>249</sup> As importantes obras realizadas nos edifícios que formam o Museu em colaboração com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não terão sido alheias a este programa.<sup>250</sup> Mas, importa aqui registar que, das obras iniciadas no período da direcção de Virgílio Correia, a partir de 1935 e que se estendem por duas décadas,<sup>251</sup> constava a construção de um pavilhão destinado a “arrecadações”.<sup>252</sup>

---

<sup>247</sup> “Porém na necessária remodelação pela qual o Museu tem urgentemente de passar, o critério que se adoptou para a apresentação das colecções, e que muito bem se justificava na época da sua organização, não pode de forma alguma prevalecer. O Museu Machado de Castro, se quiser progredir, não deve esquecer as contribuições modernas em matéria museológica (...) tem, pelo menos de obedecer às regras mais gerais que se estabeleceram: expor sem preocupação da quantidade; expor exclusivamente o que é bom; expor em boas condições (...) Quando Gonçalves organizou o Museu, foi este o local para onde concorreram todos os objectos que houve necessidade de livrar dos perigos do instante (...) O que ficou deste rescaldo foi exposto apressadamente e exposto na totalidade (...) A situação actual é diversa. COUTO, 1946, p. 12.

<sup>248</sup> *Museu Nacional Machado de Castro: 2000 years of culture* [CD-Rom]. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro. Instituto Português de Museus, [2003].

<sup>249</sup> FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa – *Quatro anos na direcção do Museu Nacional Machado de Castro*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, 1984, p. XXVI-XXIX.

<sup>250</sup> *Museu Nacional Machado de Castro: 2000 years of culture*, [2003].

<sup>251</sup> *Museu Nacional Machado de Castro: roteiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2005, p. 13.

<sup>252</sup> Em carta dirigida ao arquitecto chefe da 4ª secção dos Monumentos Nacionais, datada de 4 de Abril de 1939, Virgílio Correia relata as obras realizadas e a realizar. Numa passagem desta carta pode ler-se o seguinte: “Alem destas obras, outra de grande vulto se começou a executar: a construção de um pavilhão contíguo ao portal de S. Tomaz (...) Esse pavilhão destina-se, no andar inferior, a abrigar os Côches episcopais, e no superior, a arrecadações de espécies do Museu.

Para o ano corrente prevê-se a conclusão desse pavilhão” CORREIA, Virgílio - [carta], 1939.04.04. Acessível no Arquivo do Museu Nacional Machado de Castro. Ver documento III em anexo.

O *Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia* de 1965 que atribuiu o estatuto de museu nacional ao Museu Machado de Castro, não deixa de fazer referência às obras aqui realizados, bem como se refere às transformações ocorridas, nestes e em outros museus da tutela, ao nível do arranjo da exposição.<sup>253</sup>

Depois, ao longo dos anos, o Museu foi sendo alvo de repetidas intervenções no sentido de ir respondendo às necessidades da instituição. No entanto, a falta de espaço impediu a criação das áreas funcionais desejáveis, nomeadamente ao nível do sector das reservas. Assim, neste sentido, sucessivas direcções tentaram proceder à aquisição do terreno anexo, a Oeste, parcialmente ocupado por habitações. Apesar da concretização desta aquisição, nos finais da passada década de 80, e decidida a realização de uma intervenção de fundo, esta só viria a ser programada no final do século. O novo programa, reflectido e definido no sentido de responder a estas funcionalidades, conjuga as necessidades do conjunto de edificios e das colecções, o que não só implica obras de fundo nas instalações existentes, mas também a ampliação destas.<sup>254</sup> Nas palavras da directora do Museu, responsável por esta reprogramação: “A complexidade do edificio constituía (...) a maior dificuldade do programa. Mas, simultaneamente, tínhamos consciência da sua valia intrínseca...”<sup>255</sup>

Na verdade, pesa sobre o conjunto edificado que constitui as instalações do Museu o reflexo de dois mil anos de História e de sucessivas intervenções arquitectónicas

---

<sup>253</sup> “... nos edificios do Museu de Machado de Castro realizaram-se e decorrem ainda trabalhos de grande vulto (...). O arranjo da exposição passou por transformações radicais: a acumulação e a amálgama cederam o lugar à selecção, à simplicidade e ao bom gosto...” *Decreto-Lei N.º 46 758*. In *Diário do Governo I Série. N.º 286* (1965-12-18), p. 1697.

<sup>254</sup> ALARCÃO, Adília – *Museu Nacional Machado de Castro: dificuldades e opções de um novo programa*. In *Pedra e Cal: revista do Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico*. Ano II, n.º 12 (Out/Nov. Dez. 2001), p. 14-15.

<sup>255</sup> ALARCÃO, 2001, p. 15.

neste espaço. Face a esta realidade foi definido, por um lado, assumir a especificidade de cada um destes espaços, programando a exposição permanente por núcleos temáticos, nos quais o edifício funciona como elemento integrador; garantindo, por outro lado, a separação entre os circuitos públicos e os reservados.<sup>256</sup>

O Instituto Português de Museus torna possível a intervenção total no edifício em 1999. O projecto, da autoria de Gonçalo Byrne concretiza um aumento muito significativo da área do Museu, entre as construções existentes e as novas edificações. Segundo este projecto, está previsto que o sector das reservas venha a funcionar nas novas áreas a edificar nos terrenos que foi possível adquirir para a expansão do Museu.

Mas, para que uma obra desta dimensão venha a ser executada, houve que fasear o processo de actuação no sentido de preparar a intervenção. Desde logo, desocupar o edifício. E aqui começa então a preparação da remodelação, não só porque a realização de obras a esta escala implicava a saída dos serviços e funcionários do seu espaço habitual de trabalho, mas também a retirada das colecções do Museu para a libertação total do edifício. E, sobretudo esta última tarefa, revela-se exigente.

Inicia-se, então, o processo de saída das colecções e a preparação das reservas temporárias constituídas para albergar as colecções durante o período que medeia entre a realização das obras e a ocupação dos novos espaços de reserva no edifício em transformação. O Museu fecha para desinfectação e desinfestação, procedendo-se também à sensibilização dos funcionários para a conservação preventiva. Por outro lado, esta é também uma ocasião para rever o inventário, peça a peça, até documentando aquelas que nunca haviam sido inventariadas, nomeadamente, as colecções que se encontravam no criptopórtico do Museu. Em outras situações, detalhando as fichas de inventário. Tratando-

---

<sup>256</sup> ALARCÃO, 2001, p. 15.

-se de um Museu tutelado pelo Instituto Português de Museus tem em curso a informatização do seu inventário.

Para a acomodação das colecções preparam-se dois espaços de reservas temporárias.

As colecções de escultura pétreas são acondicionadas em espaço cedido para o efeito pelo Ministério da Defesa, em dois pavilhões, na vertente posterior do edifício do antigo Colégio da Graça. Estes pavilhões foram organizados para aqui se acomodarem as reservas provisórias de escultura e as oficinas de restauro. Num dos pavilhões, o de menores dimensões, as peças encontram-se acondicionadas em embalagens individuais. O outro pavilhão desempenha funções de oficina de restauro e de reserva. Aqui se procede à limpeza das peças e ao seu acondicionamento nas estruturas criadas para o efeito. Distribuem-se por este espaço bancadas de trabalho de restauro, uma área de acondicionamento de materiais de restauro, uma área de carpintaria e um espaço votado ao acondicionamento ocupado por estantes. Neste último, organizam-se as estantes metálicas com uma estrutura de andaimes tubulares e prateleiras de metal perfurado concebidas para suportar o peso das peças pétreas. De igual forma, foram pensados outros aspectos que se prendem com a garantia da manutenção dos valores de temperatura e humidade desejáveis, bem como dos níveis de luminosidade interna. Neste sentido, procede-se ao registo destes valores e à utilização de aparelhos de controlo.

As restantes colecções são conservadas num espaço do próprio Museu que, nesta fase, foi possível isolar e organizar para o efeito: a igreja, agora igreja-contentor.<sup>257</sup> A

---

<sup>257</sup> Trata-se da igreja de S. João de Almedina, entregue ao Museu em 10 de Dezembro de 1914, após um processo atribulado, com o intuito de aqui instalar as colecções de arte sacra. SERRA, 2002, p. 156-161.

individualização e o posicionamento deste edifício face aos restantes que constituem as instalações do Museu, a par do fecho e da selagem da porta de acesso à capela-mor que faz a ligação com o corpo anexo, garante a segurança e o isolamento deste espaço.<sup>258</sup> Ao mesmo tempo, o acesso ao interior e às colecções é garantido através de uma das portas da igreja para o exterior.

No interior da igreja-contentor foi construída uma estrutura de quatro pisos assente sobre o pavimento pétreo. Os pisos estão edificados com base em estruturas de andaimes metálicos tubulares com escoramentos e pisos feitos a partir de cofragens de madeira, vulgarmente utilizados na construção civil e que aqui assumem a forma de pavimento. Os pisos estão ligados entre si por escadas metálicas de circulação, todos eles possuem instalações eléctricas e estão equipados com extintores. No último piso, junto à abóbada da cobertura, foi montado um monta-cargas para transporte dos objectos que assim o exijam.

As colecções foram acondicionadas, ao longo dos pisos, por tipologias. Os objectos mais pesados foram dispostos sobre o pavimento da igreja, onde assenta a estrutura dos quatro pisos montados. A partir daqui distribuem-se, sucessivamente, ao longo destes pisos, as colecções de mobiliário, têxteis, pintura e escultura. No terceiro piso, existe também uma pequena área de trabalho dedicada à documentação.<sup>259</sup>

Em cada piso, os objectos encontram-se acondicionados consoantes as suas necessidades e especificidades. Para todas estas colecções foi posto grande cuidado no seu acondicionamento, à semelhança do que aconteceu com a sua limpeza. Ambas as operações

---

A designação “igreja-contentor” corresponde à expressão utilizada pela Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adíla Alarcão, directora do Museu Nacional Machado de Castro e responsável por esta programação, que aqui utilizamos pela sua particular expressividade.

<sup>258</sup> Ver documento 6 em anexo (a igreja surge assinalada com a nota “restauro”).

<sup>259</sup> Ver fotos 42 a 51 em anexo.

foram tidas como algo importante para a conservação das colecções. Assim, foram escolhidos materiais inertes para este processo de acondicionamento, havendo o cuidado de criar suportes para cada peça. Ainda do ponto de vista da conservação preventiva, foi definida uma estratégia de verificação e registo da humidade e temperatura, bem como formas de actuação para controlar estes valores no espaço em questão. Da mesma forma, tenta-se garantir a ventilação da reserva, o controlo da luminosidade e a segurança do espaço. Para tal foi montado um plano de actuação que conta, não só com instrumentos de registo e controlo destes valores, mas também, com uma importante aposta na participação humana para seguimento e acompanhamento destes aspectos.

As novas reservas a serem organizadas no âmbito das obras de reprogramação do Museu deverão vir a ocupar uma área de ampliação, a construir de raiz nos terrenos contíguos ao Museu, adquiridos para o efeito, conforme atrás se aludiu. O projecto a executar, da autoria de Gonçalo Byrne, arquitecto que ganhou o concurso público, procura integrar os vários edifícios e colecções num sentido unitário. Ao mesmo tempo que se projecta como uma marca inovadora na paisagem urbana, assumem-se os elementos da sua história duplamente milenar e da história da cidade que se pretende o visitante venha a descobrir ao longo dos núcleos expositivos.<sup>260</sup> Também a exposição permanente, organizada por núcleos temáticos, pretende vir a tirar partido dos diferentes espaços do edifício, no sentido em que há a intenção, como o refere Adília Alarcão, de adequar as

---

<sup>260</sup> ALARCÃO, Adília – *Museu Nacional Machado de Castro a caminho de uma nova forma de expressão*. In *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 6 (Out. 2004), p. 23-24.

diferentes colecções expostas em “arquitecturas que museologicamente as recontextualizam”.<sup>261</sup>

É no bloco a erigir a Oeste, junto ao corpo existente, que se prevê a instalação do sector das reservas nos dois pisos da base. Um no subsolo e um seguinte que ficará ao nível da rua, a partir do qual se fará o acesso directo ao interior. Note-se que os dois pisos imediatamente superiores a este são destinados a exposições temporárias, sendo os pisos ligados entre si por áreas internas de circulação para pessoas e para objectos. Por outro lado, este bloco ligar-se-á, por meio de uma passagem, ao bloco administrativo a construir do lado de baixo da rua que delimita a fachada Oeste.<sup>262</sup>

No que respeita às reservas, o piso do subsolo é destinado a reserva das colecções de têxteis, ourivesaria e pintura e outras colecções de pequena dimensão. O piso seguinte é dedicado a reserva das colecções de escultura e aqui funcionarão também as oficinas de restauro.

Assim sendo, e face à área afectada ao sector das reservas é assumido que, apesar do aumento significativo na área total do Museu, continua a faltar espaço para este sector, nomeadamente no que respeita à acomodação das peças de grande porte de escultura pétreas. Perante o diagnóstico desta realidade, é sabido e feito sentir à tutela que a solução passa por construir mais área, uma vez que face à afectação funcional dos espaços, tal como está definida neste projecto, o edifício a construir não chega para todas as necessidades do sector das reservas. A solução passa pela negociação de um prédio anexo, no sentido de concretizar a aquisição do espaço que lhe corresponde para o Museu e para aqui expandir o sector das reservas. Desta forma, parece surgir como claro que o projecto, assim definido,

---

<sup>261</sup> ALARCÃO, 2004, p. 23.

<sup>262</sup> Ver documentos 6 a 9 em anexo (o corpo onde ficarão instaladas as reservas está assinalado com a nota “Ampliação B”).

assume que não comporta espaço suficiente para a construção de toda a área de reservas que seria desejável para a acomodação devida de todas as colecções da instituição. Por isso, a área de reserva no projecto actual é consagrada às colecções mais pequenas, apostando-se na aquisição da área contígua para expansão deste sector e completo cumprimento desta funcionalidade.

Seguindo o desenrolar da transformação em curso no Museu Nacional Machado de Castro parece-nos ser possível registar a atenção prestada ao sector das reservas como área crucial no desenvolvimento de uma remodelação desta natureza. A necessidade de desocupar as instalações para se iniciarem as obras centra, é certo, a questão na criação de uma solução para a acomodação das colecções. Esta passou, como vimos, pela criação de reservas temporárias. Espaços que possibilitassem o acondicionamento das colecções do Museu, dentro das condições de segurança e conservação exigíveis, no espaço de tempo que medeia entre o início da obra e a sua conclusão.

Face à necessidade de fazer deslocar as colecções para estas reservas temporárias, processo por si só exigente, aproveita-se a ocasião, potenciando-a. Por um lado, para intervir do ponto de vista da conservação, com acções de desinfestação, desinfecção, limpeza e acondicionamento com materiais adequados, por outro, para rever o inventário peça a peça. Esta necessidade de movimentar as colecções acaba por possibilitar um momento de trabalho sistemático do ponto de vista da conservação e da documentação, preparando a sua instalação nestas reservas temporárias, mas também, potenciando, globalmente, um conhecimento mais detalhado das colecções.

A reformulação do Museu possibilitará um aumento muito significativo da área do Museu, que sensivelmente duplicará, onde se inscreve uma separação muito clara do

circuito público, com áreas de exposição e áreas de acesso livre, do circuito dos serviços, onde as reservas se inscrevem.

O aumento da área de exposição, em relação à situação actual, permitirá a exposição das principais peças do Museu e a afectação de boas áreas para descanso e convívio neste “novo” Museu que constituirá um elemento de renovação urbana da envolvente.<sup>263</sup>

Aqui, neste novo espaço, as futuras reservas irão ocupar dois pisos do corpo a edificar, mas, que reconhecidamente são insuficientes para acolher todas as colecções. Uma opção consciente, cuja resolução passa por uma nova conquista de espaço que possibilite uma expansão da área de reserva.

---

<sup>263</sup> ALARCÃO, 2004, p. 23.

## CONCLUSÃO

Foi nossa intenção, dado o grande número de instituições envolvidas por esta análise, ir sistematizando alguns dados ao longo deste texto. Mas, importa neste momento, registar algumas ideias que possibilitem organizar, globalmente, o quadro desenhado.

O enquadramento traçado para este sector, ao longo do qual foi possível acompanhar o desenvolvimento da realidade internacional, especificando-se depois o quadro nacional, parece conduzir-nos para uma caracterização deste sector na actualidade como um espaço de confluência de diversas actividades dentro da instituição museológica. Ligadas à conservação e segurança das colecções, mas também à documentação e potencial informativo. As diversas reflexões e experiências realizadas neste âmbito, muito particularmente a partir da segunda metade do século passado, trouxeram importantes contributos à abordagem, significado e potencialidade deste sector, conduzindo também a novas e interessantes questões, como o acesso, a informação e a aprendizagem. As reservas surgem como um aspecto central na museologia actual pela importância que lhe é atribuída no desempenho prestado dentro da instituição, envolvendo-se em diferentes áreas, e mesmo, constituindo-se quase num “complexo”. Tal facto tem levado alguns autores a sugerirem a procura de um novo termo, capaz de designar a complexidade e importância deste sector que, cada vez mais, vem assumindo uma vertente de contacto directo como o público.

Acerca da realidade portuguesa houve ocasião de acompanhar o evoluir desta problemática, através daquelas que nos pareceram ter constituído as reflexões e realizações mais significativas a este propósito que, no entanto, vimos surgirem desfasadas do panorama internacional.

De entre os diversos museus da cidade de Coimbra abarcados por esta análise, julgou-se oportuno considerar dois grupos fundamentais, destrinçando-se os museus em definição ou renovação, dos restantes com histórias institucionais consolidadas e sem alterações significativas em curso que denominámos de continuidade.

Entre estes museus de continuidade e após a identificação de cada um dos casos, constatou-se a existência de um núcleo de museus em que este sector estava ausente. A análise mais detalhada de cada uma destas situações acabou por deixar transparecer a ausência de uma programação museológica objectivada, a montante, susceptível de alicerçar esta opção. Aliás, como tivemos ocasião de referir ao longo do texto, algumas das instituições de continuidade possuidoras de um sector de reserva não deixaram de acusar fragilidades a este nível, relacionáveis com a carência de programação e definição dos objectivos da instituição, a par, muitas vezes também, com restrições materiais e funcionais.

Ainda no que respeita aos museus de continuidade, merecem destaque duas instituições que julgamos traduzirem situações mais significativas: o Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva e o Museu de História Natural da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

No que respeita ao Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva, o futuro parece poder vir a passar pelo projecto do Museu das Ciências da Universidade de Coimbra, através da articulação entre as duas entidades. Mas, esta é ainda uma questão cujo grau de indefinição actual não nos permite perspectivar qual a opção que poderá vir a ser feita ao nível do sector das reservas. Em todo o caso, e independentemente desta situação, merece aqui uma referência o processo de estruturação deste sector, em curso, através do qual não deixa de se assumir a importância desta vertente no contexto da

instituição. Parece-nos, no entanto, pelo que atrás ficou dito, que as instalações do actual Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva não correspondem às necessidades exigíveis a um Museu com estas características. Se no que respeita às peças de menores dimensões vai sendo possível encontrar soluções minimamente adequadas à sua acomodação, conservação e acesso, já no que se refere às peças de maiores dimensões, o problema adensa-se. A esta realidade acresce ainda, a inexistência de um inventário abrangente que permita identificar com rigor o acervo do Museu e, sobretudo, a ausência de um programa museológico que permita fazer o enquadramento de uma estratégia consistente para o sector das reservas.

Relativamente aos museus de ciências da Universidade, cuja já longa história institucional tivemos ocasião de acompanhar, nomeadamente fazendo referência ao novo diploma legal da Faculdade de Ciência e Tecnologia de 1991 que recria o Museu de História Natural, organizando-o em quatro secções, Museu Botânico, Museu Zoológico, Museu Mineralógico e Geológico e Museu Antropológico, às quais se faz equiparar o Museu de Física. Esta nova designação que substituí a de Museu e Laboratório parece corresponder à tendência para individualizar as instituições em Departamentos, enquanto unidades de ensino e investigação, e Museus, unidades de conservação, enriquecimento, estudo e divulgação das colecções que lhe são afectas. É também assumido, à luz do Regulamento do Museu de História Natural, que a actividade científica de cada uma destas secções é realizada em colaboração com os departamentos respectivos, sendo que os museus assumem um papel de promoção de acções culturais e científicas, susceptíveis de se enquadrarem no incremento da componente pública do museu que vai além da tradicional actividade científica e didáctico-pedagógica.

Cada uma das secções vem desenvolvendo estratégias, de acordo com as especificidades das suas colecções e as disponibilidades internas que tivemos ocasião de detalhar, avançando na ligação com o público e demarcando o sector público do não público. Neste processo, o sector das reservas não deixará de se enquadrar nas opções feitas, imbricado que está na instituição.

A propósito da problemática das reservas e perante situações concretas, reflecte-se sobre o tema, reflexão esta que, pontualmente, se traduz mesmo na produção de literatura especializada<sup>264</sup>; mas também, na concretização de situações, algumas das quais apontam no sentido da inovação. Instalando-se a reserva num espaço diferenciado do mobiliário expositivo, numa solução de mobiliário ambivalente, como acontece no Museu Botânico e no Museu Mineralógico e Geológico, numa hábil gestão espacial que encontra nesta tipologia de acondicionamento das colecções uma superação do problema. Constituindo-se como um sector com requisitos específicos de conservação e acesso onde se acondicionam espécimes destinados ao trabalho de um público especializado, como acontece no Museu Zoológico recentemente transformado; com as colecções osteológicas do Museu Antropológico e com as colecções que integram o Herbário e o Banco de Sementes do Jardim Botânico. Também o Museu de Física organiza o sector das reservas, estruturando-o como um espaço de acomodação, conservação e consulta de colecções, concebendo para o efeito mobiliário específico e definindo áreas de documentação e conservação. Em outras situações, como acontece com as colecções etnográficas do Museu Antropológico, estrutura-se como reserva visitável, mediante a adaptação de mobiliário e no espaço disponível, concretizando-se numa iniciativa que vimos ser inovadora mesmo no quadro nacional.

---

<sup>264</sup> GOUVEIA, 1980 ; BAPTISTA, 1998.

Com maiores ou menores restrições materiais e carências funcionais, cujas inerentes implicações ao nível da conservação e documentação das colecções nos referimos, a curto, médio prazo, a perspectiva de alteração destas limitações parece desembocar no projecto do Museu das Ciências da Universidade de Coimbra, na medida em que este possa vir a responder às exigências deste sector. De qualquer forma há a notar que a resolução desta questão, desde logo na programação a efectuar, passa, pertinentemente, pela identificação concreta e conhecimento das colecções, ou seja, pela sua documentação estruturada, objectivada em sistemas de registo. Se é detectável um esforço em curso neste sentido, intenção esta que hoje se tenta implementar a partir de suportes de registo baseados em sistemas informáticos, trata-se, como vimos, de um processo com diferentes níveis de resposta.

Centrando-nos agora nas instituições em mudança, em definição institucional ou renovação significativa, não poderemos deixar de considerar que as transformações em curso nos deixam perspectivar, a curto e médio prazo, um novo momento ao nível das realizações no panorama museológico da cidade de Coimbra, no qual é susceptível de se incluir um contributo para a problemática em análise. Das três instituições museológicas onde estão em curso processos de definição e remodelação, no caso do Museu da Cidade não é possível, pelas características específicas dos núcleos abertos que tivemos ocasião de analisar, e face à ausência de um programa museológico definido, detectar contributos a este nível. Já no caso do Museu Nacional Machado de Castro e do Museu das Ciências da Universidade de Coimbra estamos perante uma situação distinta.

Em qualquer dos casos estamos em presença de realizações ainda em curso, mas, ainda assim, parece-nos ser possível registar aqui alguns pontos de análise relativamente à problemática em causa.

Desde logo, o facto de aos dois projectos ser comum uma importante aposta na área pública, de divulgação e presença junto do público, iniciando-se aqui a intervenção edificada, ao invés de se optar por começar a reestruturação pelas reservas. Embora não descurando a problemática e programação das reservas, este sector parece surgir num segundo momento. No Museu Nacional Machado de Castro a edificação total deste espaço está, à partida sujeita à aquisição de nova área de expansão, no Museu das Ciências, as reservas definitivas estão enquadradas na segunda fase do projecto.

Por outro lado, surge, novamente, como uma característica comum aos dois museus, o facto de se proceder à constituição de reservas temporárias, visando acomodar as colecções até à construção das reservas definitivas. Esta situação é particularmente significativa no caso do Museu Nacional de Machado de Castro, uma vez que estes espaços foram concebidos para conservar a totalidade das colecções do Museu em virtude da realização de obras no edifício que as acomodava.

Como se registou, esta necessidade de fazer movimentar as colecções foi potenciada, tanto ao nível da conservação como da documentação com as mais-valias que daí resultam para a preparação da futura acomodação. No caso das reservas temporárias, a constituir no Laboratório Químico, integradas na fase de prefiguração do Museu das Ciências, foram definidas para acolher uma colecção bem determinada que também ela foi devidamente identificada. Entretanto, desenham-se estratégias que permitam o conhecimento das colecções susceptíveis de virem a integrar o complexo do Colégio de Jesus, onde se prevê constituir um espaço vocacionado para este sector.

Este processo, em curso, nestas instituições acaba por ir ao encontro da ideia de uma “redescoberta” das colecções e das potencialidades das reservas, que tivemos ocasião

de registar, a propósito de experiências recentes no panorama internacional, de mudança e reacomodação das colecções em novos espaços.

Em termos globais, e face à realidade analisada, considerando aqui não só os museus em transformação, mas também a tendência geral entre as situações de continuidade, julgamos ter sido confirmada a importância que vem sendo atribuída a este sector, como espaço estratégico, dinamizador e impulsionador da instituição.

## BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Adília – *Museu Nacional Machado de Castro a caminho de uma nova forma de expressão*. In *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 6 (Out. 2004), p. 23-24.

ALARCÃO, Adília – *Museu Nacional Machado de Castro: dificuldades e opções de um novo programa*. In *Pedra e Cal: revista do Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico*. Ano II, n.º 12 (Out./ Nov. Dez. 2001), p. 14-15.

ALARCÃO, Adília; PEREIRA, Helena – *Os legados da Rainha Santa: notas para um percurso museológico*. In *Monumentos: revista semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 18 (Março 2003), p. 89-91.

ALMAÇA, Carlos – *Museus de Zoologia e investigação científica*. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia, 1985. (Cadernos de Museologia, 2).

ALMEIDA, M. Lopes d' – *Documentos da Reforma Pombalina. Volume I: 1771-1782*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1937.

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis – *Museología y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

*A alta de volta: concurso para o plano de reconversão dos espaços dos Colégios de S. Jerónimo, das Artes, Laboratório Químico e área envolvente.* Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 1997.

ALVAREZ de SOTTOMAYOR, J. – *La transformation du Prado a Madrid.* In *Mouseion*, n.º 2 (Set. 1927), p. 196-200.

AMES, Michael M. – *Visible storage and public documentation* In *Curator*. Vol. 20, n.º1 (1977), p. 65-79.

AMES, Michael M. – *De-schooling the museum: a proposal to increase public access to museum and their resources.* In *Museums, the public and anthropology: a study in the anthropology of antropology.* Vancouver: University of British Columbia Press; New Delhi: Concept Publishing Company, [s.d.].

AREIA, M. L. Rodrigues – *A exposição. O museu.* In *Memória da Amazónia: Alexandre Rodrigues Ferreira e a viagem philosophica pelas Capitánias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá, 1783-1792.* Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1991, p. 9-11.

AREIA, M.L. Rodrigues; ROCHA, M.A. Tavares; MIRANDA, M. Arminda – *O Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.* In CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE, Coimbra, 1990. Coimbra: Comissão de Coordenação do Congresso História da Universidade, 1991, vol. 2, p. 87-103.

BAPTISTA, Maria Teresa de Almeida Martins – *Proposta-programa para a instalação das reservas no Museu Zoológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*. Coimbra.[s.n.], 1998. Trabalho realizado no âmbito da cadeira de Arquitectura de Museus do Curso de Pós-graduação em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BAZIN, Germain – *Les plants du musée : évolution historique et problèmes actuels*. In HUYGUE, René – *Exposition internationale de 1937 : groupe I : classe III : musées et expositions : section I : muséographie : guide illustré*. Paris. Disponível na worl wide web em : <<http://www.crdp.ac-creteil.fr/artecole/de-visu/vitry/vitry-museographie-plans.htm>>. Acedido a 2004.08.09.

BESSA, José dos Santos – *Notas sobre a vida e a obra médico-social do Doutor Bissaya Barreto. A Casa Museu e o prémio medicina social*. In *Revista da Fundação Bissaya Barreto*. Vol. 1, n.º 1 (Dez. 1986), p. 7-25

BORHEGYL, Stephen F. de – *Organisation des magazines des réserves dans un musée d'archéologie* In *Museum*. Vol. V, n.º 4 (1952), p. 251-260.

BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

BUCK, Rebecca A.; GILMORE, Jean Allman – *The new museum registration methods*. Washington: American Association of Museums, 1998.

CAETANO, Eduardo – *Mário Silva: professor e democrata*. Coimbra: Coimbra Editora, 1977.

CAMERON, Duncan F. – *Museum and public access* In LORD, Barry; LORD, Gail Dextor - *Planning our museums*. [s.l.]: National Museums of Canada, 1983, p. 84-101.

CANÊLHAS, Maria da Graça Salvado – *Museus portugueses de História Natural: perspectiva histórica*. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia, 1983. (Cadernos de museologia, 1).

*Carta de lei de 2 de Julho de 1885*. In *Diário do Governo*. N.º 149. (1885-07-09), p. 1845.

CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de – *Memória histórica da Faculdade de Filosofia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1872.

*Casa Museu Bissaya Barreto está aberta aos visitantes*. In *Diário de Coimbra*. (16 Jan. 1986), p. 2.

*Casa Museu Bissaya Barreto: [desdobrável]*. Coimbra: Casa Museu Bissaya Barreto, [s.d.].

CASPAR, Pierre – *Débat* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 159-162.

CASPAR, Pierre – *Les musées : lieux de savoir. La revue : Musée des Arts et Métiers*, n° 28-29 (Mar. 2000).

*Catálogo da Galeria de minerais José Bonifácio d'Andrada e Silva*. Coimbra: Museu Mineralógico e Geológico. Museu de História Natural. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1999.

*Catálogo do Museu de Anatomia Patológica da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

*Catálogo do Museu Machado de Castro. II: secções de Arte e Arqueologia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944.

CAUBET, Annie – *Les réserves du Département des Antiquités Orientales du Musée du Louvre*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 102-113.

*Colecções*. In *Museu Nacional de Etnologia*. Disponível na world wide web em: <<http://www.mnetnologia-ipmuseum.pt/framesMNE.asp>>. Acedido a 2004.10.08.

CONIL-LACOSTE, Michel – *Le futur Musée des Arts et Traditions Populaires. Musées et Collections Publiques de la France et de la Communauté*, nouvelle série, n.º 33 (n.º 81) (Oct./Déc. 1962), p. 207-219.

*Convite à Apresentação de Candidaturas às Acções 1 e 3 da Medida 2.2: quadro 1 geral*, p. 2. Disponível em <http://poc.min-cultura.pt/new>. Acedido a 2005. 04. 21.

CORREIA, Virgílio; GONÇALVES, Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra. II*. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1947.

COUTINHO, António Xavier Pereira – *Index seminum: o catálogo de sementes do Jardim*. In Caderno temático de *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 8 (Abril 2005), p. 8-11.

COUTO, João - *Curso de museologia a estagiários para conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais*. Lisboa : [s.n.], 1965. Separata de *Revista Ocidente*.

COUTO, João – *Reservas de museus*. Viseu, [1960]. Separata de *Viriatis: arte, arqueologia, museologia. Boletim do Museu Grão Vasco*. Viseu : Museu de Grão Vasco. Vol. IV (1960), p. 42-43.

COUTO, João – *O professor António Augusto Gonçalves: fundador do Museu Nacional Machado de Castro*. Coimbra: Coimbra Editora, 1946. Separata de *O Instituto*. Vol. 108.

CUISINIER, Jean – *Le Musée National des Arts et Traditions Populaires à Paris : vingt ans plus tard*. In *Museum*, n.º 163 (1989), p. 165-169.

*Débat*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 72-81.

*Decreto n.º 1*. In *Diário do Governo*. N.º 124 (1911-05-29), p. 2245-2247.

*Decreto com força de lei de 21 de Janeiro de 1911*. In *Diário do Governo*. N.º 18 (1911-01-23).

*Decreto-lei n.º 379/ 99*. In *Diário da República*. I Série. N.º 221 (1999-09-21), p. 6574-6578.

*Decreto-Lei n.º 270/ 99*. In *Diário da República*. I Série. N.º 163 (1999-07-15).

*Decreto-lei n.º 1/84*. In *Diário da República*. I Série N.º 1. (1984-01-02).

*Decreto-lei n.º 190/82*. In *Diário da República*. I Série N.º 112. (1982-05-18).

*Decreto-lei n.º 498-C/79. In Diário da República. I Série N.º 112. (1979-12-21).*

*Decreto-lei n.º 347/76. In Diário da República. I Série N.º 111. (1976-05-12).*

*Decreto-lei n.º 259/72. In Diário da República. I Série (1972-07-28), p. 973.*

*Decreto-lei n.º 46 758. In Diário do Governo I Série. N.º 286 (1965-12-18), p. 1696-1705.*

*Decreto-lei n.º 23.625. In Diário do Governo. I Série. N.º 51 (1934-03-03), p. 304-305.*

DESLAUGIERS, François M. – *Introduction à la visite des réserves du Musée des Arts et Métiers à Saint-Denis* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 82-90.

*Despacho n.º 30/81. In Diário da República. II Série. N.º 74. (1981-03-30), p. 2546.*

DESVALÈES, André – *Les galeries du Musée National des Arts et Traditions Populaires : leçons d'une expérience muséologique*. In *Musées et Collections Publiques de France*, n.º 134, pp. 5-37.

*Diário do Governo. III Série. N.º 277 (1958-11-26), p. 2603.*

*Diário do Governo. N.º 293. (1836-12-10), p. 1369-1371.*

DINIZ, Cruz – *Duas palavras de abertura*. In *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, n.º 6 (1976), p. 5-14.

DIONÍSIO, Sant`Anna – *Convento de Santa Isabel*. In *Guia de Portugal. Vol. III: Beira I – Beira Litoral*. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.(1ª edição, 1944), p. 322-326.

DUDLEY, Dorothy H.; WILKINSON, Irma Bezold et al. – *Museum registration methods*. 3<sup>rd</sup> edition revised. Washington DC: American Association of Museums, 1979.

DWARKASING, Ana Leonor Pereira – *O espírito científico contemporâneo na Universidade de Coimbra. Júlio Henriques*. In CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE, Coimbra, 1990. Coimbra: Comissão de Coordenação do Congresso História da Universidade, 1991, vol. 1, p. 347-365.

*Éditorial* In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 3.

ENCONTRO MUSEUS E EDUCAÇÃO, Lisboa, 2001. Encontro Museus e Educação. Lisboa: IPM, 2002.

*O engenho e a arte: colecção de instrumentos do Real Gabinete de Física*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

FILIFE, Sónia; MORGADO, Paulo – *Intervenção no Laboratório Chimico: descobertas arqueológicas na alta universitária*. In *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 6 (Out. 2004), p. 21-22.

FLOWER, William Henry – *Essays on museums and other subjects connected with Natural History*. London: Routledge/ Thoemmes Press, 1998. (The History of Museums).

FORCE, Roland W.; BERNICE, P. – *Museums collections: acess, use and control* In *Curator*. New York, vol. 18, n.º 4 (1975), p. 249-255.

FRANCO, Matilde Sousa – *Proposta de reconversão do Museu Nacional Machado de Castro*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, 1984.

FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa – *Quatro anos na direcção do Museu Nacional Machado de Castro*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, 1984.

FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa – «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*»: o valioso álbum da Reforma Pombalina. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, 1983.

FROBENIUS, Léo – *La signification et la tâche des musées ethnographiques*. In *Mouseion*, n.º 7 (Avril, 1929), p. 1-13.

*Gabinete de História Natural: revivências.* Coimbra: Museu de História Natural. Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2000.

GALLACHER, Daniel T. – Planning for collections development In LORD, Barry; LORD, Gail Dextor - *Planning our museums.* [s.l.]: National Museums of Canada, 1983, p. 75-83.

GIL, Fernando Bragança – *Museu de Ciência da Universidade de Lisboa: das origens ao pleno reconhecimento oficial.* Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, 2003.

GIL, Fernando Bragança – *Museus de ciências e técnica.* Lisboa, 1993.

GIL, Victor M. S. – *Interactive science centres and the case of the Exploratório “Henry, the Navigator”, in Coimbra.* In *Museums of science and technology.* Lisboa: Fundação Oriente, 1998, p. 173-177.

GOMES, Joaquim Ferreira – *Pombal e a Reforma da Universidade.* Lisboa, 1982. Separata da *Revista Brotéria.* Vol.114, n.º 5/6 (Mai./Jun. 1982).

GOMES, Maria Fernanda Daniel Lopes - *Os museus e o ensino das Ciências Naturais. O Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra.* Coimbra: [s.n.], 1999. Dissertação de Mestrado em Geociências apresentada ao Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GONÇALVES, António Augusto – *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro*. Coimbra: Tip. de *O Despertar*, 1929.

GONÇALVES, António Augusto - *Museu Machado de Castro: notas*. Coimbra : [s.n.], 1916.

GONÇALVES, António Manuel – *Arrecadações nos museus*. Lisboa: [s.n.], [1958], p. 19-26. Separata do *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. IV, n.º 1 [1958].

GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Terminologia e conceitos: contributos para um glossário museológico em língua portuguesa*. In *Estudos de Castelo Branco*. Nova série, n.º 1 (Out. 2003).

GOUVEIA, Henrique Coutinho - *Museologia e etnologia em Portugal, instituições e personalidades*. Lisboa [s.n.], 1997. Tese de Doutoramento em Antropologia - Área de Museologia apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

GOUVEIA, Henrique Coutinho – *A organização de reservas visitáveis em museus de etnologia*. Coimbra: MLAUC, 1980. Relatório de trabalho apresentado no decurso do Seminário do Curso Intensivo para Conservadores de Museu.

GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Museus de Coimbra: da I Exposição Distrital à organização do Museu Nacional Machado de Castro*. Coimbra: Museu Nacional da

Ciência e da Técnica. Separata das *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, 1980.

GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Museu e Laboratório Antropológico 1772-1978: exposição temporária*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico, 1978.

GRAHAM, John M. – *A method of museum registration* In *Museum news: technical supplement*, n.º 2, (April 1964), p. I-VII.

GUTHE, Carl E. – *Documenting collections: museum registration & records*. Nashville: American Association for State and Local History, [s.d.].

HAUTECOEUR, Louis – *Le programme architectural du musée : principes généraux*. In CONFERENCES INTERNATIONALES D'ÉTUDES, Madrid, 1934 - *Muséographie : architecture et aménagement des musées d'Art. Conférences Internationales d'Études*. Paris: Société des Nations. Institut International de Coopération Intellectuelle. Office International des Musées. [1936], p. 12-37.

HELENO, Manuel – *Programa para a instalação do Museu Etnológico do D<sup>or</sup> Leite de Vasconcelos na cidade Universitária de que foi relator o Prof. Doutor Manuel Heleno*. In *Ethnos: revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*. Lisboa. Vol. IV (1965), p. 67-74.

HENRIQUES, Júlio A. – *Relatório do Professor da cadeira de Botânica concernente ao anno lectivo de 1895-1896*. In *Annuário da Universidade de Coimbra 1896/97*. Coimbra, 1896, p. 323-326.

HENRIQUES, Júlio – *Universidade de Coimbra: Museu Botânico*. In *Annuário da Universidade de Coimbra: anno lectivo de 1887 a 1888*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888, p. V-IX.

HENRIQUES, Júlio A. – *Museu Botânico*. In *Annuário da Universidade de Coimbra 1881 a 1882*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1881, p. 252-254.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca - *Manual de museologia*. Madrid: Síntesis, D.L.1998. (Ciencias de la información; Biblioteconomía y documentación).

HERREMAN, Yani –*L'entreposage des collections dans les réserves : problème non résolu*. In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 8-12.

HILBERRY, John D. ; WEINBERG, Susan K. – Museum collections storage. In *Care of collections*. London; New York: Routledge, 1994 (Leicester Readers in Museum Studies), p. 155-175.

HOGENBOOM, Jeanne – *Introduction à la problématique de la documentation muséale* In *Comité pour la Documentation (CIDOC) = Committee for Documentation (CIDOC)*. [s.l.]: ICOM; CIDOC, 1996, p. 3-5. (Cahiers d'étude= Study series, n.º 3).

HOLMES, Charles – *Les transformations de la "National Gallery" a Londres*. In *Museion*, n.º 3 (Dec. 1927), p. 1-6.

HULL, Karen – *Rehousing and rediscovering the reserves*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 54-64.

INÁCIO, Cláudia Alexandra Santos – *Os museus da cidade em Portugal. O Museu da cidade de Lisboa: estudo de caso*. Évora: [s.n.], 2002. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade de Évora.

*Inquérito aos museus em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura. Instituto Português de Museus, 2000.

*Inquérito internacional acêrca dos museus*. In *Portucal: revista ilustrada de cultura literária, científica e artística*. Porto. Vol. V, n.º 25 (Jan. Fev. 1932), p. 60-62.

JACOMY, Bruno ; FERRIOT, Dominique – *Problématique d'une rénovation : Musée des Arts et Métiers*. In *La révolution de la museologie des sciences : vers les musées du XIXe siècle ?* Lyon : Press Universitaires de Lyon, 1998.

JACOMY, Bruno – *Un pari muséologique*. La revue : *Musée des Arts et Métiers*, n° 20 (1997), p. 11-18.

JACOMY, Bruno – *La rénovation du Musée National des Techniques*. La revue : *Musée des Arts et Métiers*, n° 1 (1992), p. 20-28.

JAOUL, Martine – *Des réserves, pour quoi faire?* In *Museum international*, n.° 188 (1995), p. 4-7.

JAOUL, Martine – *Les réserves visitables dans un musée-laboratoire* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 114-117.

*Jardim Botânico*. Coimbra: Departamento de Botânica, [1997].

JOHNSON, E. Verner, HORGAN, Joanne – *La mise en réserve des collections de musée*. Paris: UNESCO, 1980. (Cahiers techniques : musées et monuments ; n° 2).

JORGE, Arthur Ricardo – *A dupla missão científica e cultural dos Museus de História Natural, à luz da Biologia e da Museologia modernas*. Lisboa, 1953. Separata de *Arquivos do Museu Bocage*, n.º 23 (1952).

JORGE, Arthur Ricardo - *Museus de História Natural: relatório apresentado ao I Congresso Nacional de Ciências Naturais, na sua VI sessão plenária, em 11 de Junho de 1941*. In *Arquivos do Museu Bocage*. Lisboa: Museu Nacional de História Natural, n.º 12 (1941), p. 79-112.

KEENE, Suzanne – *Study collections: the heart of a museum*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 25-34.

*Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto: aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses*. In *D.R. I Série*. N.º 195 (2004-08-24), p. 5379-5394.

*Lei n.º 205/2002*. In *Diário da República. I Série* N.º 231. (2002-10-07), p. 6706-6715.

*Lei n.º 16-A/2002*. In *Diário da República. I Série* N.º 125. (2002-05-31), p. 4776-(2)-4776-(5).

*Lei da separação do Estado das igrejas.* In *Diário do Governo*. N.º 92 (1911-04-21).

*[Lei de 12 de Maio de 1911].* In *Diário do Governo*. N.º 112 (1911-05-15), p. 1966-1967.

*[Lei de 24 de Setembro de 1844].* In *Diário do Governo*. N.º 230. (1844-09-28), p. 1108-1112.

*Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto: aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses.* In *D.R. I Série*. N.º 195 (2004-08-24), p. 5379-5394.

LEMOS, Francisco de – *Relação geral do estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1980.

LEVESON, Ruth – *Recent development in storage projects at the major museums in Australia*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 135-145.

LOPES, Sandra Andreia Dias Madeira - *Museu mineralógico e geológico a herança de um património esquecido*. Coimbra: [s.n.], 1999. Trabalho realizado no âmbito do Seminário do Mestrado em Museologia e Património Cultural da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LOURENÇO, Marta – *Museus de Ciência e Técnica: que objectos?* Lisboa: [s.n.], 2000.  
Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Lembrança duma exposição: o Museu Académico de Coimbra*, Coimbra: [s.n.], 1951.

MARÍN TORRES, María Teresa - *Historia de la documentación museológica la gestión de la memoria artística*. Gijón : Trea, S.L., D.l. 2002. (Biblioteconomía y administración cultural; 65).

MARTIN, Kurt – *Reconstruction de l'Alte Pinakothek de Munique*. In *Museum*. Vol. XIII, n.º 2 (1960), p. 109-112.

MARTINS, Maria do Rosário – *As colecções etnográficas*. In *Cem anos de Antropologia em Coimbra: 1885-1985*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico, 1985, p. 117-148.

*Memórias da Misericórdia de Coimbra: documentação & arte: catálogo*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000.

MENDONÇA, Maria José – *As arrecadações de arte ornamental e de escultura do Museu de Arte Antiga*. Porto: [s.n.], 1963. Separata de *Museu*, II série, n.º 5.

MIRABEAU, Bernardo António Serra de – *Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.

MORRIS, Martha – From vision to reality: planning for collection storage. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 35-44.

*Le musée d'art de Lima, Pérou : plan d'adaptation architecturale proposé par l'UNESCO*. In *Museum*, Vol. XII, n.º 2 (1959), p. 121-122.

*La muséologie selon George Henri Rivière*. [Paris]: Dunod, 1989. (Cours de muséologie; textes et témoignages).

*Museu Académico de Coimbra*. Coimbra. Disponível na worl wide web em :<[http://www.uc.pt/prospecto/museus/mus\\_acad.html](http://www.uc.pt/prospecto/museus/mus_acad.html)>. Acedido a 2004.12.09.

*Museu da cidade: edificio Chiado*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2001.

*Museu das Ciências da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Reitoria da Universidade de Coimbra, [2004], p. 23.

*Museu Militar de Coimbra*. In *Exército Português*. Disponível na worl wide web em :  
<<http://www.exercito.pt/portal/exercito> >. Acedido a 2005.01.18.

*Museu Militar de Coimbra*. In *Roteiro dos Museus Militares*. Lisboa: Ministério da Defesa, 1999, p. 22- 25.

*Museu Nacional Machado de Castro: roteiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2005.

*Museu Nacional Machado de Castro: 2000 years of culture* [CD-Rom]. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro. Instituto Português de Museus, [2003].

*Museum registration methods*. Washington: American Association of Museums, 1979.

MUSEUMS OF SCIENCE AND TECHNOLOGY, 1, Arrábida, 1997 - *Museums of Science and Technology*. Lisboa : Fundação Oriente, 1998.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Apontamentos sobre museologia : museus etnológicos: lições dadas no Museu de Etnologia do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1971. (Estudos de Antropologia Cultural, 6).

*Organização e estado actual da universidade de Coimbra.* In *Annuário da Universidade de Coimbra: anno lectivo de 1882 a 1883.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1883, p. 51-84.

PAIVA, Jorge; PEREIRA, Joaquim Tomaz M. – *Um projecto (rejeitado) de Vandelli para o Jardim Botânico de Coimbra.* Coimbra, 1989.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha – *Museu de Arte Sacra: pequeno roteiro.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, [1972].

PEREIRA, Pedro de Aragão Teotónio – *Os sistemas de documentação dos museus. A informatização e os sistemas de documentação.* Lisboa, 1996. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PERRET, Auguste – *Le musée moderne.* In *Museion*, n.º 9 (Dec. 1929), p. 225-235.

PETERSON, Toni – *Internacional terminology issues.* In *Comité pour la Documentation (CIDOC) = Commitee for Documentation (CIDOC).* [s.l.]: ICOM; CIDOC, 1996, p. 11-13. (Cahiers d'étude= Study series, n.º 3).

PEVSNER, Nikolaus – *Museums* In *A history of building types.* London: Thames and Hudson Ltd. Reprint, 1986, p. 111-138.

PICARD, Élise – *Les réserves base stratégique du musée*. In *La revue: Musée des Arts et Métiers*, n° 28-29 (Mar 2000), p. 25-32.

PICARD, Élise – *Les réserves du Musée des Arts et Métiers, un outil de recherche*. In *La revue: Musée des Arts et Métiers*, n° 24 (Set. 1998), p. 4-14.

PIGANIOL, Pierre - *Clôture* In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 212-220.

PIGANIOL, Pierre – *Le Musée du Conservatoire National des Arts et Métiers : sa renaissance, pourquoi ? comment ?* Paris : Musée National des Techniques, 1989.

PORTA, Eduard; MONSERRAT, Rosa; MORRAL, Eulàlia – *Sistema de documentació para museos*. Barcelona: Departamento de Cultura de la Generalitat de Catalunya, 1982.

*Portugal de pedra e cal*. In *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 1 (Jun. 2003), p. 18-19.

*Programme de l'Office International des Musées : première réunion d'experts, Genève, 13 et 14 de janvier de 1927*. In *Museumion*, n.º 1 (Avril, 1927), p. 11-14.

*Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica.* Coimbra: Museu Nacional da Ciência e da Técnica, n.º1 (1971) - n.º 9 (1979).

*Regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.* In *Diário do Governo. I Série.* N.º 197 (1934-08-22), p. 1598-1613.

*Regulamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.* In *Diário da República. II Série.* N.º 263 (1991-11-15).

*Regulamento do Departamento de Botânica.* In *Diário da República. II Série.* N.º 256. (1993-11-21).

*Relatório de contas 2003.* Coimbra: Exploratório Infante D. Henrique Centro de Ciência Viva de Coimbra, 2004.

*Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos.* In *Diário do Governo.* N.º 124 (1911-05-29).

ROBERTS, Andrew – *The museum information profession and CIDOC* In *Comité pour la Documentation (CIDOC) = Commitee for Documentation (CIDOC).* [s.l.]: ICOM; CIDOC, 1996, p. 5-7. (Cahiers d'étude= Study series, n.º 3).

ROCHA, Maria Augusta – *Les collections ostéologiques humaines identifiées du Musée Anthropologique de l'Université de Coimbra*. In *Antropologia Portuguesa*, n.º 13 (1995), p. 7-21.

SALES, Fátima – *O Herbário do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra (COI)*. In *Anuário da Sociedade Broteriana*, n.º 65 (1999).

SANTOS, Fernando Seabra – *Anexos com nexos*. In *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 4 (Abr. 2004).

SEMEDO, Alice – *Acesso e reservas abertas : experiências em Liverpool*. In *Boletim dos Amigos do Museu D. Diogo de Sousa*. Vol. n.º5 (1996), p. 15-17.

SERRA, Carlos – *Em torno do Museu de Arte Sacra da Universidade*. Coimbra: [s.n.], 1998. Trabalho para o Seminário de Gestão Museológica apresentado no âmbito do Curso de Mestrado de Museologia e Património da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SERRA, Carlos Manuel Santos – *António Augusto Gonçalves. O percurso museológico*. Coimbra: [s.n.], 2002. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SERRA, J.A. – *Acerca dos Museus de «História Natural»*. In *Revista Portuguesa de Zoologia e Biologia Geral*. Lisboa. Vol.3, n.º 1/2 (1961), p. 25-61.

SILVA, Mário – *Notas breves sobre o 1.º ano de vida do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*. In *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*. Coimbra: Museu Nacional da Ciência e da Técnica, n.º2 (1972), p. I-VI.

SILVA, Mário – *Duas palavras de apresentação*. *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*. Coimbra: Museu Nacional da Ciência e da Técnica, n.º1 (1971), p.[5-7].

SILVA, Mário Augusto da – *O Museu Pombalino de Física da Faculdade de Ciências de Coimbra*. In *Seara Nova*, n.º 1414 (Agosto de 1963), p. 199-201.

SLATER, Dennis – *L'entreposage visible : l'expérience de Glenbow*. In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 13-17.

SLEDGE, Jane – *Let a thousand flowers bloom: the great leap forward in museum information* In *Comité pour la Documentation (CIDOC) = Committee for Documentation (CIDOC)*. [s.l.]: ICOM; CIDOC, 1996, p. 13-17. (Cahiers d'étude= Study series, n.º 3).

STIX, Alfred – *Organization des dépôts, réserves et collections d'études*. In *CONFÉRENCES INTERNATIONALES D'ÉTUDES, Madrid, 1934 - Muséographie : architecture et aménagement des musées d'Art. Conférences Internationales d'Études*.

Paris: Société des Nations. Institut International de Coopération Intellectuelle. Office International des Musées. [1936], p. 248-285.

TAQUET, Philippe – *Les collections dans le domaine des sciences de la nature, un enjeu stratégique*. In COLLOQUE INTERNATIONAL, Paris, 19-20 Septembre 1994 - *Les réserves dans les musées*. Paris : Musée National des Techniques, [1995], p. 146-154.

TAVARES, Ana Cristina Pessoa – *Jardim Botânico: uma ponte entre o passado e o futuro*. In Caderno temático de *Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, n.º 8 (Abril 2005), p. 12-13.

*Terceiro Compromisso da Real Confraria da Rainha Santa Isabel protectora de Coimbra. Instituída no meado do século XVI na igreja do mosteiro de Santa Clara da mesma cidade (1891)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.

TERRONES, Abigail – *Here's what to consider in selecting high-density storage*. In *Care of collections*. London; New York: Routledge, 1994 (Leicester Readers in Museum Studies), p. 176-178.

THOMSON, Garry - *The museum environment*. 2.ed., repr. Oxford : Butterworth Heinemann, 1999. (Conservation and museology).

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (coord.) – *Iniciação à museologia*. Lisboa:

Universidade Aberta, 1993.

THISTLE, Paul C. – *Visible storage for the small museum*. In *Care of collections*. London; New York: Routledge, 1994 (Leicester Readers in Museum Studies), p. 187-196.

VASCONCELOS; António de – *Doutor Francisco José de Sousa Gomes: a sua benemerência na administração da Confraria da Rainha-Santa Isabel*. Coimbra: Tipografia da Gráfica de Coimbra, 1931, p. 27.

WADDELL, Gene - *Museum storage*. [Washington : American Association of Museums, 1971]. Fotoc. de : *Museum News*. Washington. Vol. 49, n.º 5 (1971).

WILCOX, U. Vincent – *Le centre de services techniques de la Smithsonian Institution*. In *Museum international*, n.º 188 (1995), p. 18-22.

## FONTES MANUSCRITAS, IMPRESSAS E ICONOGRÁFICAS

### Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra

*Actas das Secções Ordinárias da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1999-2000.*

### Arquivo da Universidade de Coimbra

Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra –  
*Processo 324. Instituto Botânico. Estudo do mobiliário, 1951.*

Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra -  
*Processo 392 Universidade de Coimbra. Adaptação do Laboratório Químico a Sala de Conferências e Exposições Temporárias e Museu Histórico, [1954] - 1965.*

Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra –  
Processo 576. Empreitada de fornecimento e assentamento de mobiliário complementar do Instituto Botânico da Cidade Universitária de Coimbra, 1961.

Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra –  
*Processo 577. Instituto de Antropologia. Mobiliário. 1ª fase. 1963-1964.*

Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra –  
*Processo 603. Instituto Antropológico. Mobiliário para o Museu Didáctico, 1965-1967.*

Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra

*Actas das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal de Coimbra, 2001-2004.*

Arquivo do Museu Nacional Machado de Castro

CORREIA, Virgílio - [carta], 1939.04.04.

Projecto de remodelação do Museu Nacional Machado de Castro, planta do piso térreo, piso -4, -3 e dois cortes

Arquivo do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra

Fotografia 29 – Museu Zoológico da Universidade de Coimbra. Aspecto actual de uma das salas do Museu.

Fotografia 34 - Museu Zoológico da Universidade de Coimbra. Aspecto da antiga sala dos répteis.

**ANEXOS**

**Fotografias**



Foto 1 – Museu Antropológico. Aspecto da reserva visitável a partir da entrada (1ª sala).



Foto 2 – Museu Antropológico. Aspecto da reserva visitável (1ª sala).



Foto 3 - Museu Antropológico. Aspecto da reserva visitável (2ª sala).



Foto 4 - Museu Antropológico. Reserva das coleções etnográficas do 1º andar.



Foto 5 - Museu Antropológico. Reserva das coleções etnográficas do 1º andar.



Foto 6 – Museu Antropológico. Aspecto das reservas das colecções etnográficas do sótão.



Foto 7 – Museu Antropológico. Aspecto das reservas das colecções etnográficas do sótão.



Foto 8 – Museu Antropológico. Reserva das colecções osteológicas no sótão. Aspecto dos caixotões de madeira



Foto 9 – Museu Antropológico. Reserva das colecções osteológicas no sótão. Aspecto dos móveis.

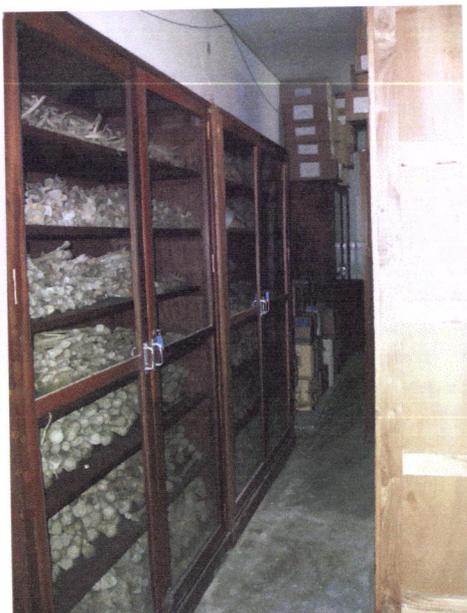


Foto 10 – Museu Antropológico. Reserva das colecções osteológicas no sótão.



Foto 11 – Museu Botânico. Aspecto geral



Foto 12 – Museu Botânico. Mobiliário expositivo com a área inferior aberta.



Foto 13 – Museu Botânico. Mobiliário expositivo com a área inferior aberta (pormenor)



Foto 14 – Museu Botânico. Aspecto do corredor de circulação do 1.º piso onde se acomodam colecções não integradas na exposição



Foto 15 – Museu Botânico. Pormenor da foto anterior.



Foto 16 – Museu Botânico. Aspecto do corredor de circulação do 1.º andar onde se acomodam colecções não integradas na exposição



Foto 17 – Museu Botânico. Aspecto do corredor de circulação do 2.º andar onde se acomodam colecções não integradas na exposição



Foto 24 – Aspecto da preparação de plantas para o herbário.



Foto 18 – Jardim Botânico



Foto 19 – Jardim Botânico. Estufa grande.



Foto 20 - Banco de sementes do Jardim Botânico



Foto 21 – Banco de sementes do Jardim Botânico. Processo de recolha de sementes e esporos para o Banco do Jardim.



Foto 22 - Banco de sementes do Jardim Botânico



Foto 23 - Banco de sementes do Jardim Botânico. Pormenor do acondicionamento das sementes



Foto 25 – Museu Mineralógico e Geológico. Galeria José Bonifácio d' Andrada e Silva



Foto 26 - Museu Mineralógico e Geológico. Aspecto da Galeria José Bonifácio d' Andrada e Silva



Foto 27 - Museu Mineralógico e Geológico. Sala Carlos Ribeiro – Aspecto da exposição *Portugal de Pedra e Cal*



Foto 28 – Museu Mineralógico e Geológico. Pormenor de uma vitrine, integrada na exposição *Portugal de pedra e cal*, na base da qual se acomodam espécimes em reserva



Foto 29 – Museu Zoológico. Aspecto actual de uma das salas do Museu  
Imagem gentilmente cedida pelo Museu Zoológico.

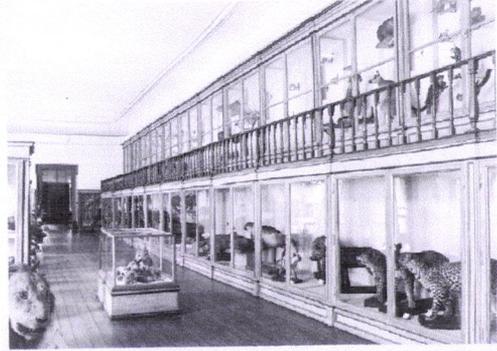


Foto 30 – Museu Zoológico. Aspecto da antiga sala dos mamíferos  
Imagem gentilmente cedida pelo Museu Zoológico.



Foto 31 – Museu Zoológico. Corredor de uma das salas de reserva seca.



Foto 32 – Museu Zoológico. Aspecto da acomodação e organização da reserva seca.

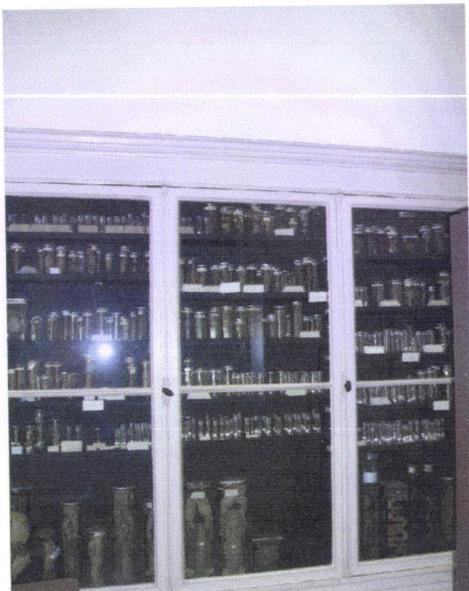


Foto 33 – Museu Zoológico. Aspecto do mobiliário e organização da reserva húmida



Foto 34 – Museu Zoológico. Aspecto da antiga sala dos répteis, onde é visível o mesmo tipo de mobiliário, hoje utilizado na reserva húmida.  
Imagem gentilmente cedida pelo Museu Zoológico.



Foto 35 – Museu de Física. Aspecto de um corredor da sala de reserva



Foto 36 – Museu de Física. Aspecto de um pequeno espaço de documentação na sala de reserva



Foto 37 – Museu de Física. Aspecto de um corredor da sala de reserva.



Foto 38 – Museu de Física. Aspecto do mobiliário fechado adaptado às dimensões da peças.



Foto 39 – Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva. Aspecto de uma das salas de reserva.



Foto 40 - Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva. Outro aspecto da mesma sala.



Foto 41 – Museu Nacional da Ciência e da Técnica Doutor Mário Silva. Aspecto de uma das salas de reserva.



Foto 42 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja-contentor. Aspecto geral visto a partir da capela-mor para o corpo da igreja, através do arco triunfal.



Foto 43 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja-contentor. Aspecto lateral dos diversos pisos.



Foto 44 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja-contentor. Visão geral do acondicionamento das peças mais pesadas ao nível do pavimento.



Foto 45 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja-contentor. 1.º piso - mobiliário



Foto 46 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja contentor. 2.º piso - têxteis



Foto 47 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja contentor. 3.º piso - pintura



Foto 48 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja contentor. 3.º piso – pequena área de trabalho



Foto 49 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja contentor. 3.º piso – aspecto do acondicionamento da coleção de pintura



Foto 50 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja-contentor. 4.º piso – escultura



Foto 51 - Museu Nacional Machado de Castro. Reserva temporária/ igreja-contentor. Corredor lateral.

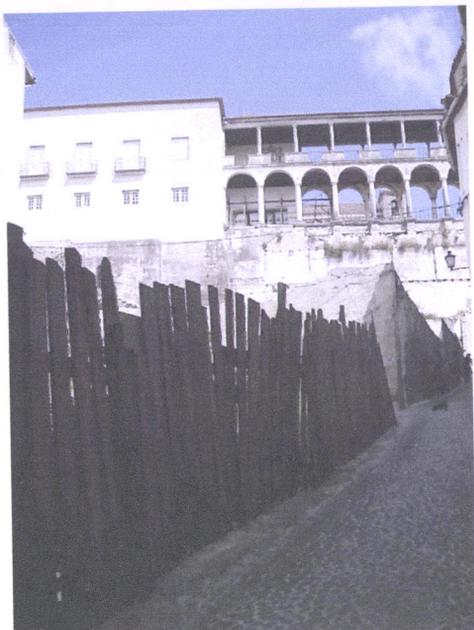


Foto 52 – Museu Nacional Machado de Castro. Futura área de expansão do Museu. Vista da Rua Borges Carneiro para o Museu.



Foto 53 – Museu Nacional Machado de Castro. Futura área de expansão do Museu. Vista geral da área de expansão entre a Rua Borges Carneiro (ao fundo) e o Beco das Condeixeiras (à direita).



Foto 54 – Parte posterior do Laboratório Químico, sendo visível sobre o ângulo a edificação que ficará afectada ao sector das reservas.

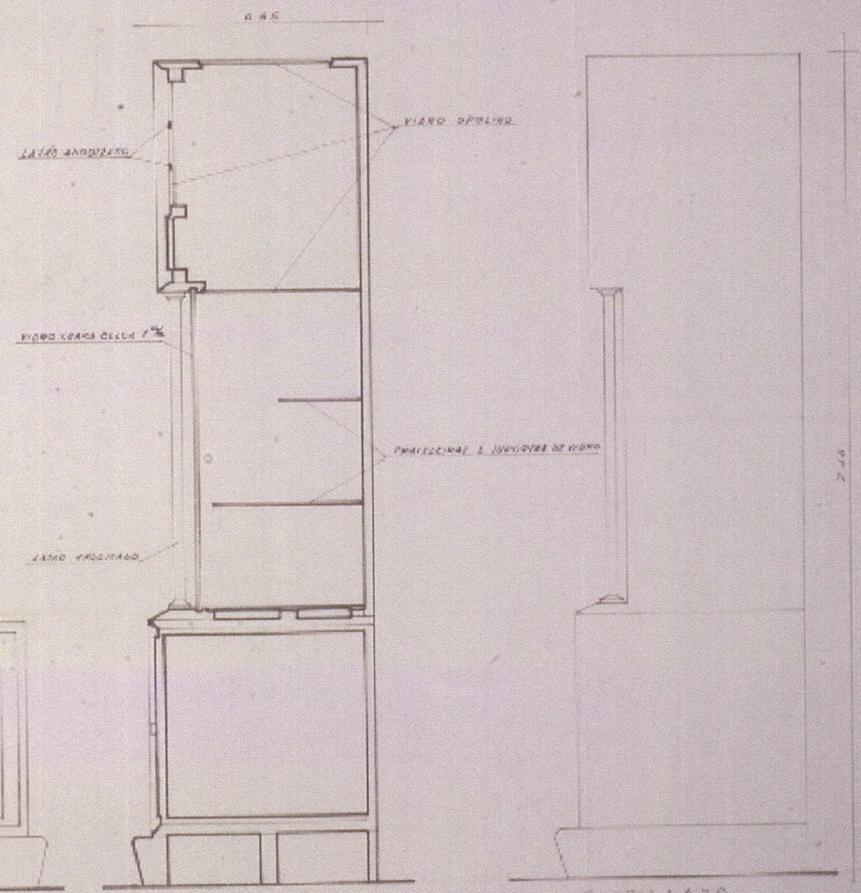
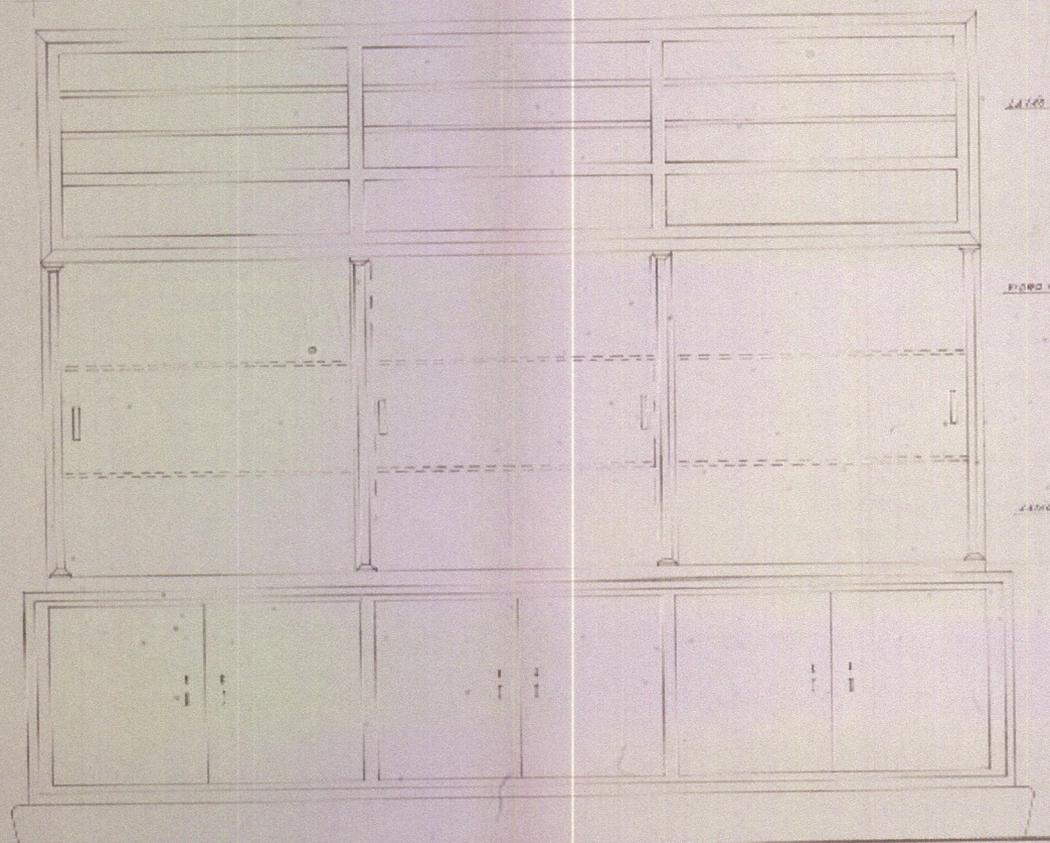
**Plantas e desenhos**

C. U. C. INSTITUTO BOTÂNICO  
MOBILIÁRIO COMPLEMENTAR



TIPO 27

2.05



escala 1:10 - medidas a modelar a rectificar no local

FRENTE

CORTE

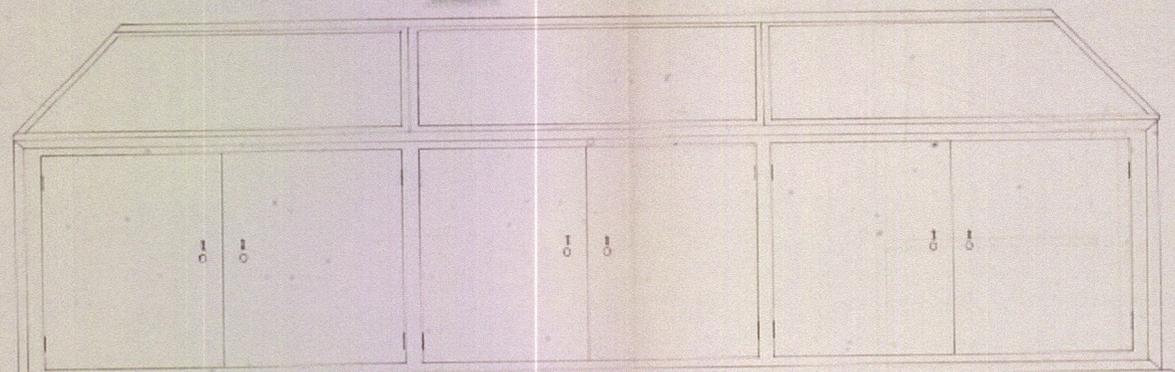
LADO POSTERIOR

Doc. 1 - C.U.C. Instituto Botânico. Mobiliário complementar. Tipo 27 [desenho] In Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra. - Processo 576.. Empreitada de fornecimento e assentamento de mobiliário complementar de madeira para o Instituto Botânico, 1961-1963. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.

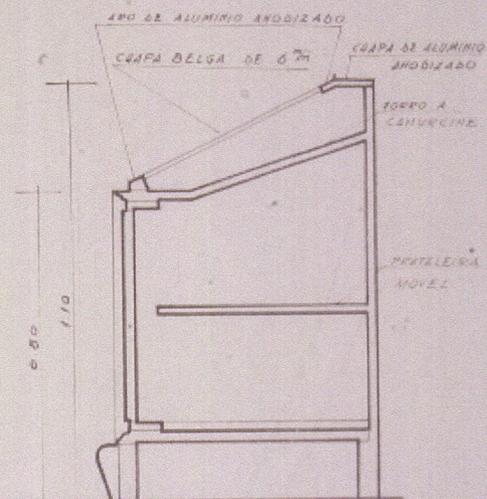
C. U. C. INSTITUTO BOTÂNICO  
MOBILIÁRIO COMPLEMENTAR



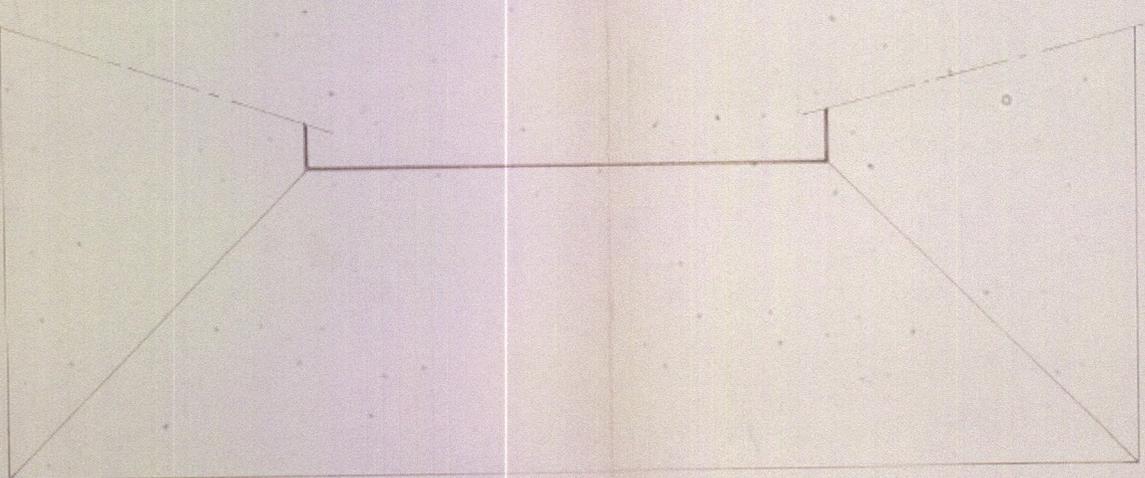
TIPO 28



ALÇADO



CORTE



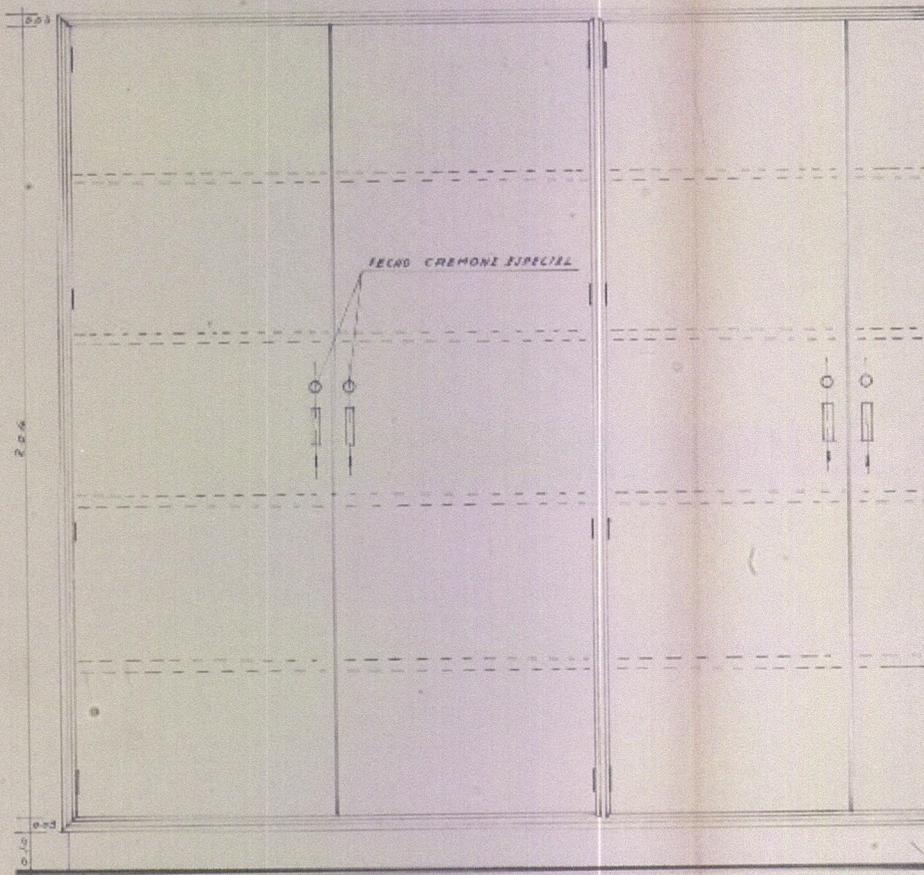
PLANTA

escala-1:10—medidas e modêtos a rectificar no local

ALVARO DE FONSECA  
ARQ

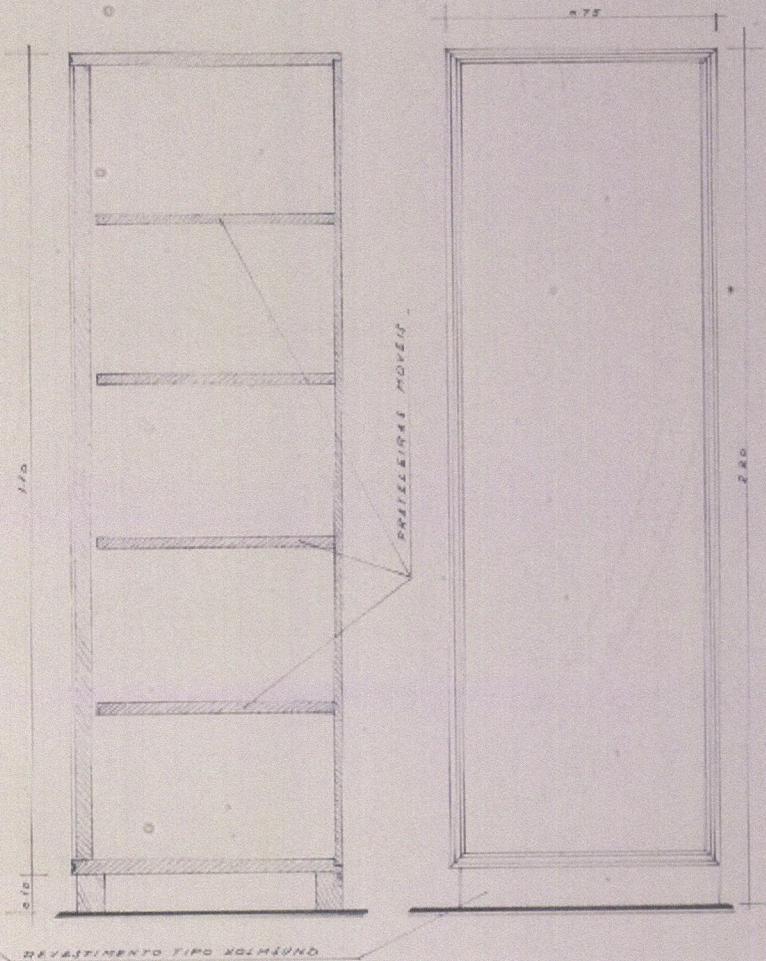
Doc. 2 - C.U.C. Instituto Botânico. Mobiliário complementar. Tipo 28 [desenho] In Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra. - Processo 576.. Empreitada de fornecimento e assentamento de mobiliário complementar de madeira para o Instituto Botânico, 1961-1963. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.

ESTANTE LARGA PARA DEPÓSITO



COMPRIMENTO TOTAL 840

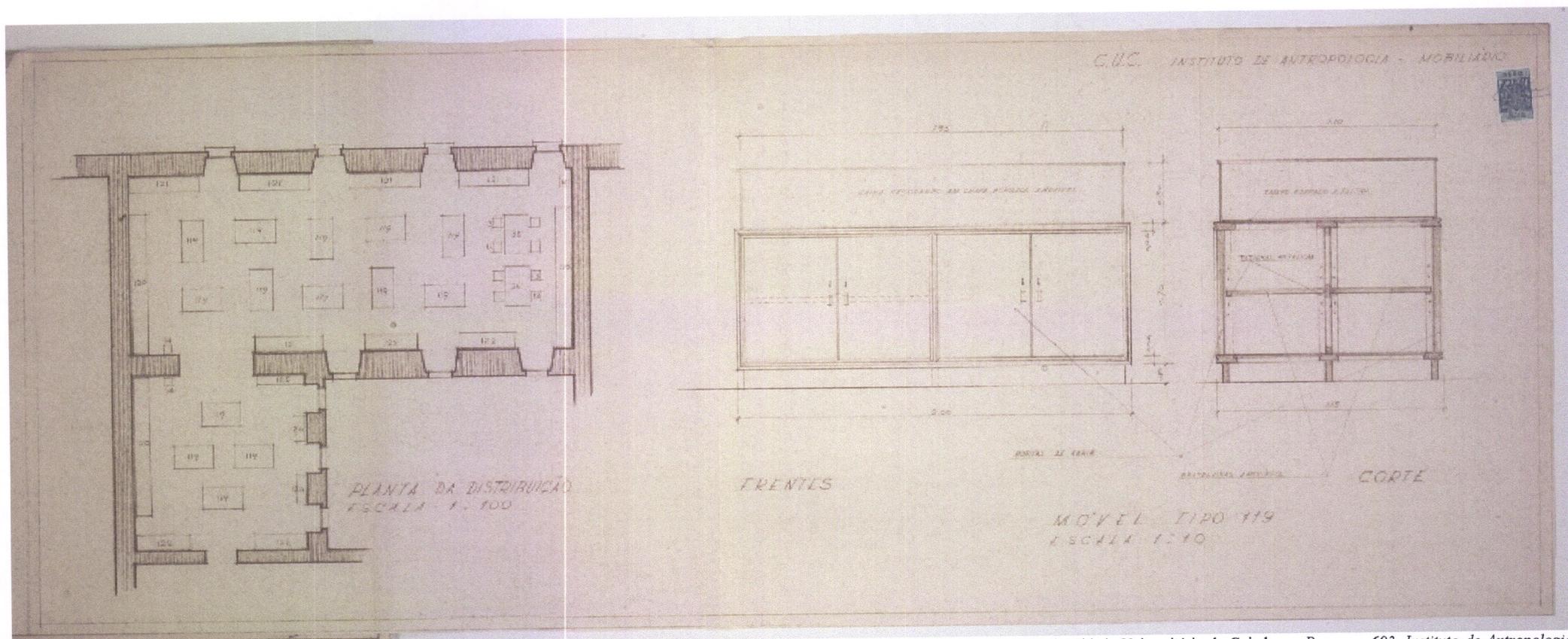
FRENTE



CORTE

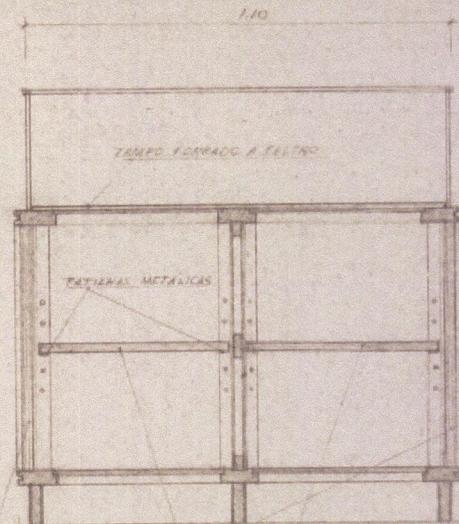
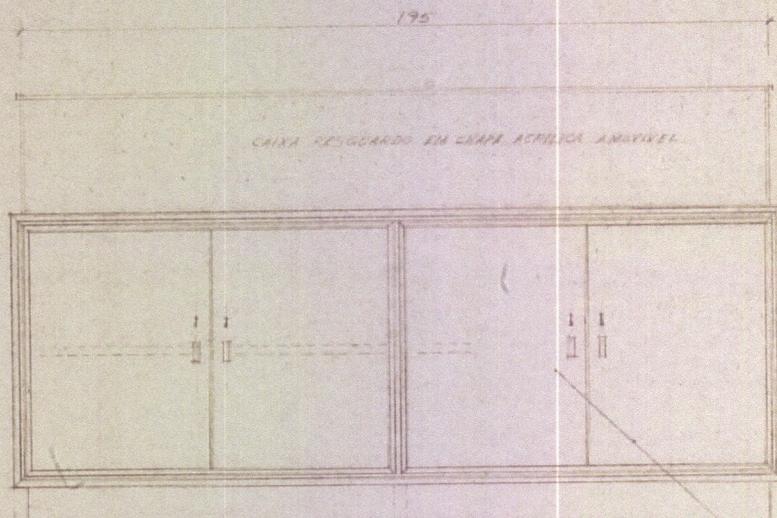
LADO  
LADO DA JONCELA  
DE C.

Doc. 3 - C.U.C. Instituto de Antropologia. Mobiliário. Móvel tipo 79. Estante larga para depósito [desenho] In Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra - Processo 577. Instituto de Antropologia. Mobiliário. 1ª fase, 1963-1964. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.



Doc. 4 - C.U.C. Instituto de Antropologia. Mobiliário. Planta de distribuição. Móvel tipo 119 [desenho]. In Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra – Processo 603. Instituto de Antropologia. Mobiliário para o Museu Didático, 1965-1967. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.

C.U.C. INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA - MOBILIÁRIO



FRENTES

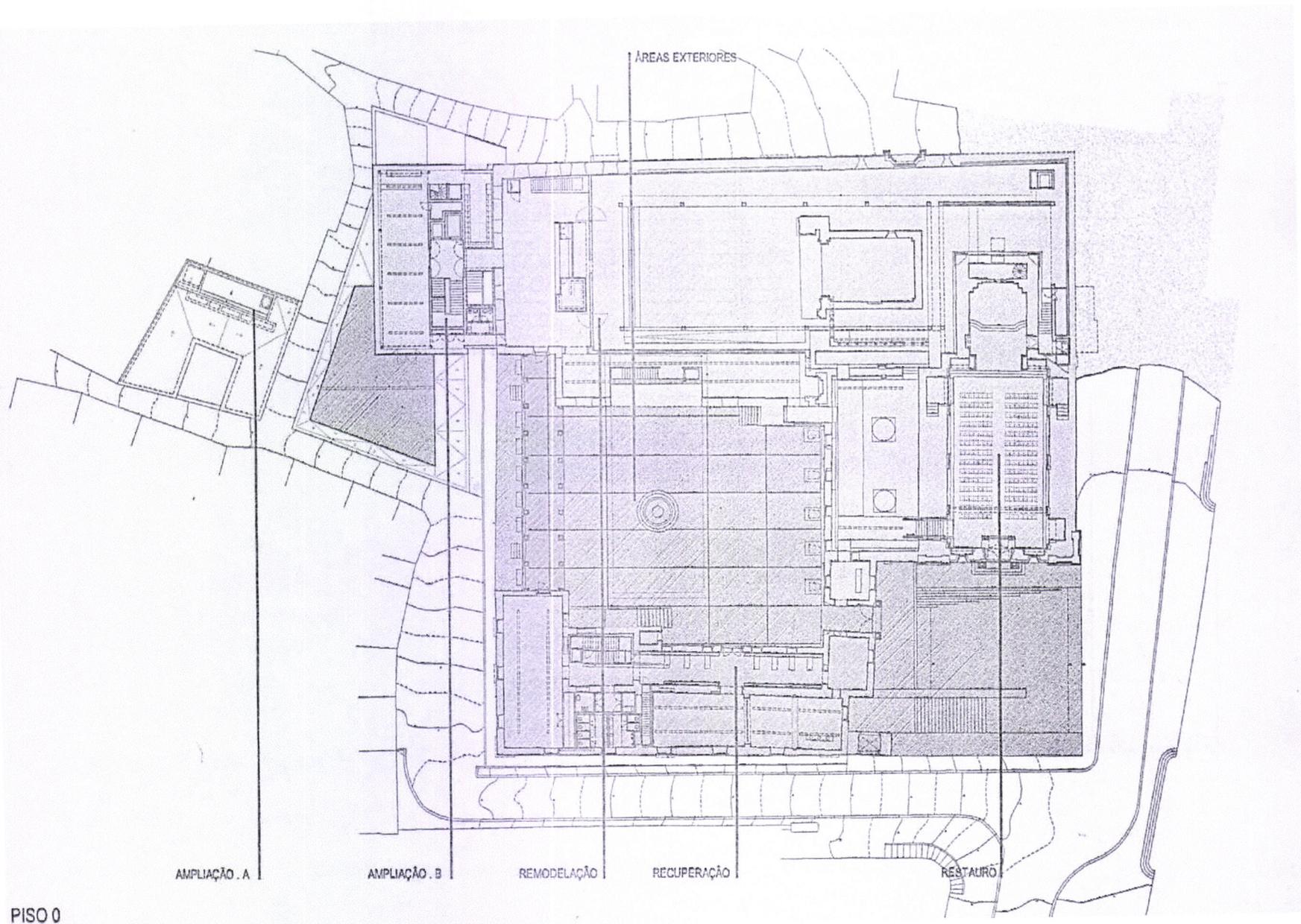
PORTAS DE ABRIR

ESTRUTURA METALICA

CORTE

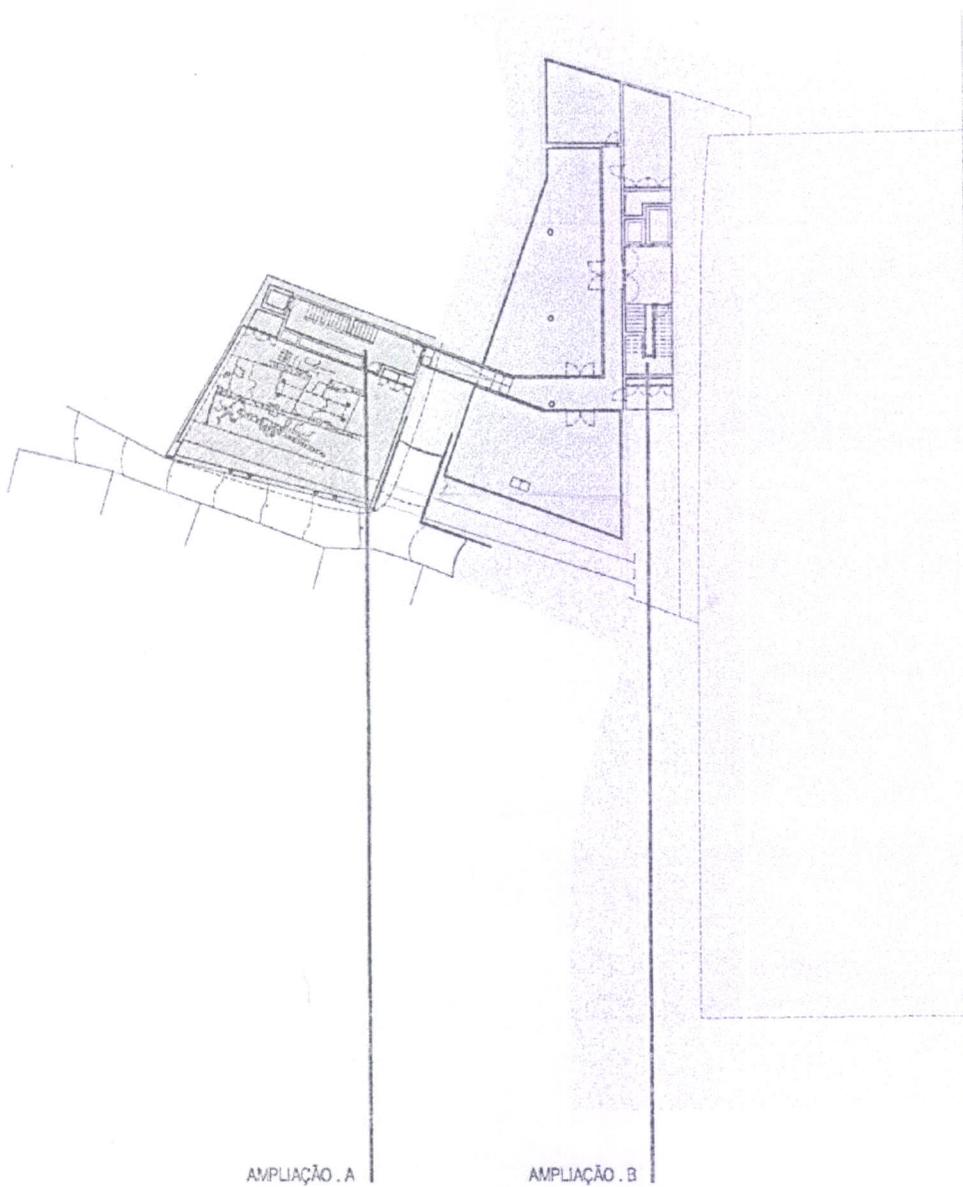
MÓVEL - TIPO 119  
ESCALA 1:10

Doc. 5 - C.U.C. Instituto de Antropologia. Mobiliário. Móvel tipo 119 [parte do desenho] In Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra. - Processo 603. Instituto de Antropologia. Mobiliário para o Museu Didático, 1965-1967. Acessível no Arquivo da Universidade de Coimbra.



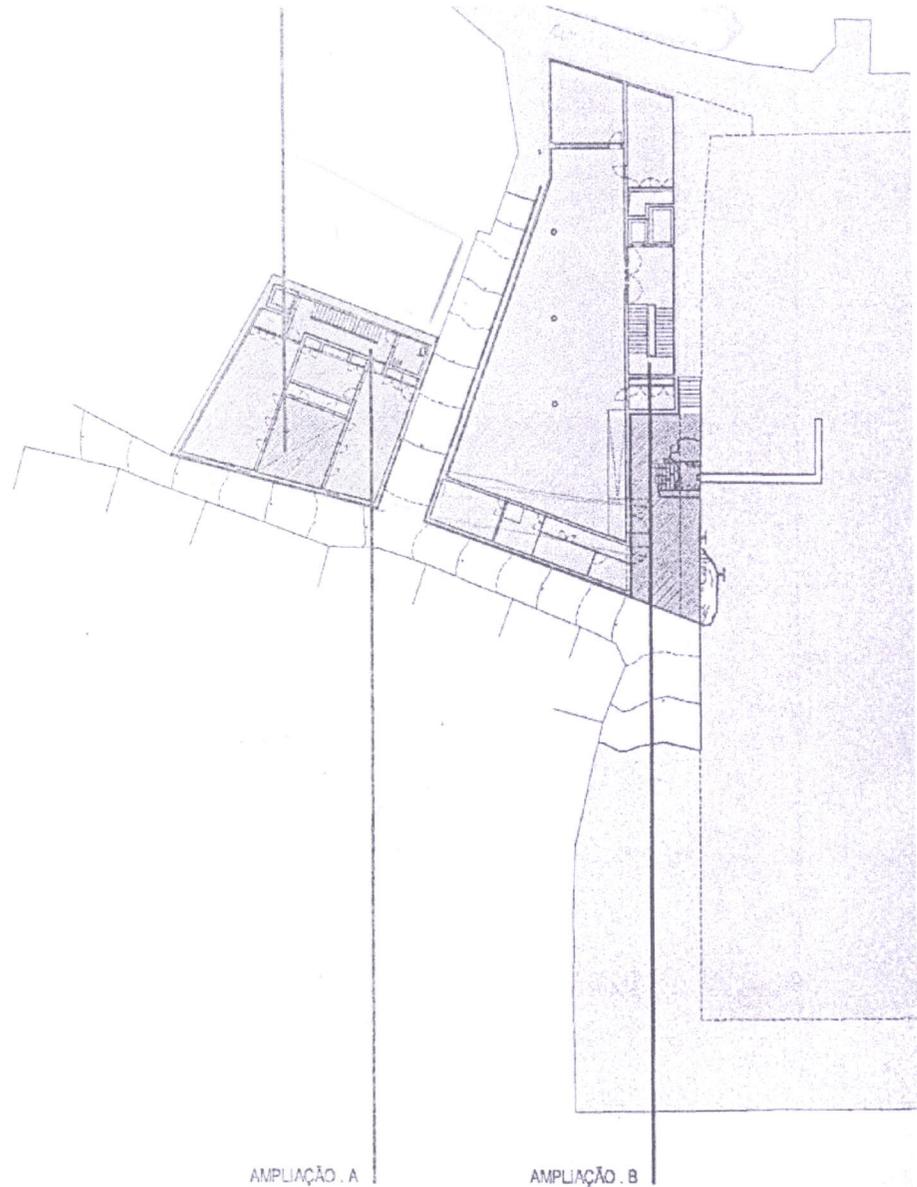
PISO 0

Doc. 6 – Atelier Gonçalo Byrne - Projecto de remodelação do Museu Nacional Machado de Castro. Planta do piso térreo. Acessível no Museu Nacional Machado de Castro.



AMPLIAÇÃO . A

AMPLIAÇÃO . B



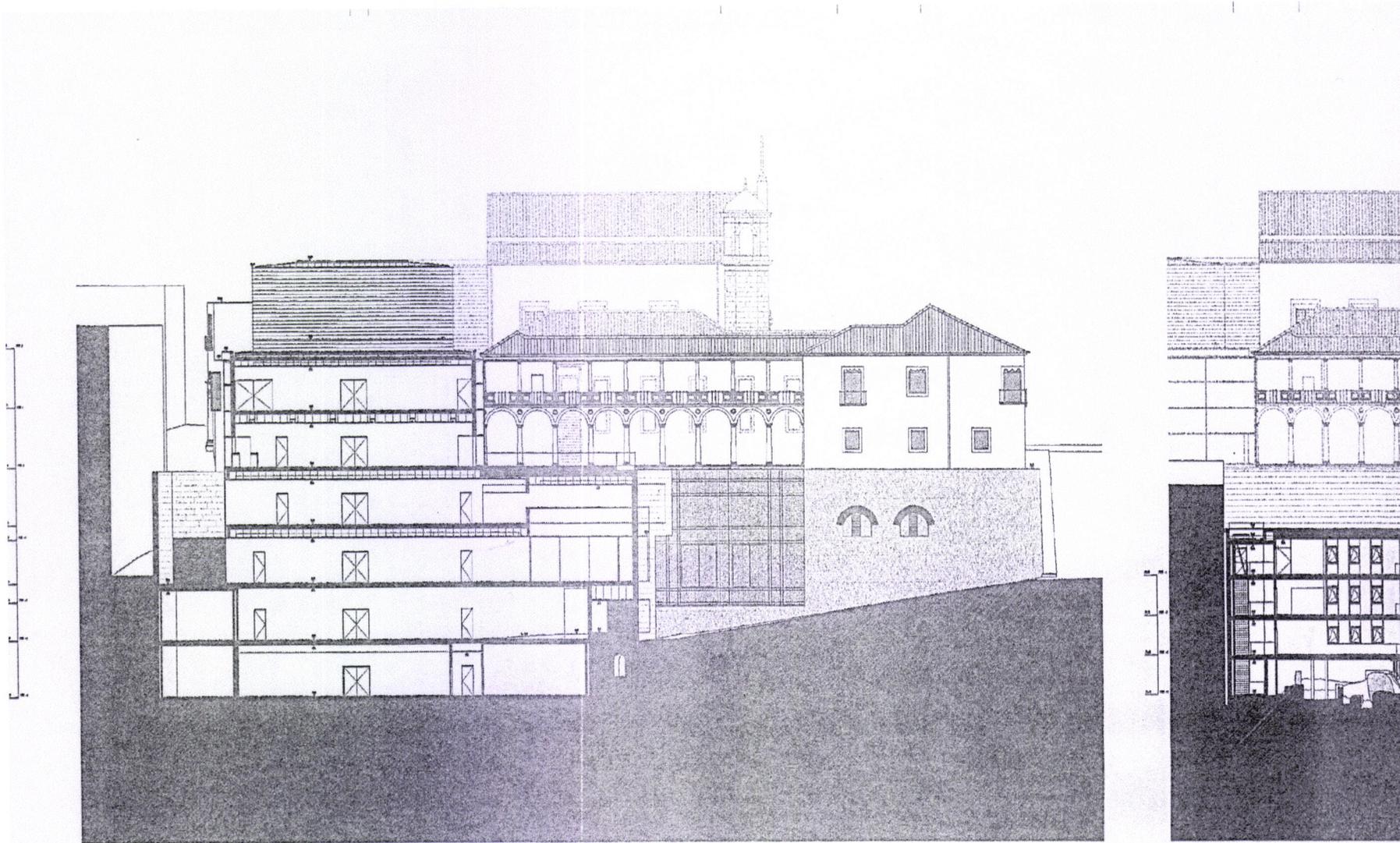
AMPLIAÇÃO . A

AMPLIAÇÃO . B

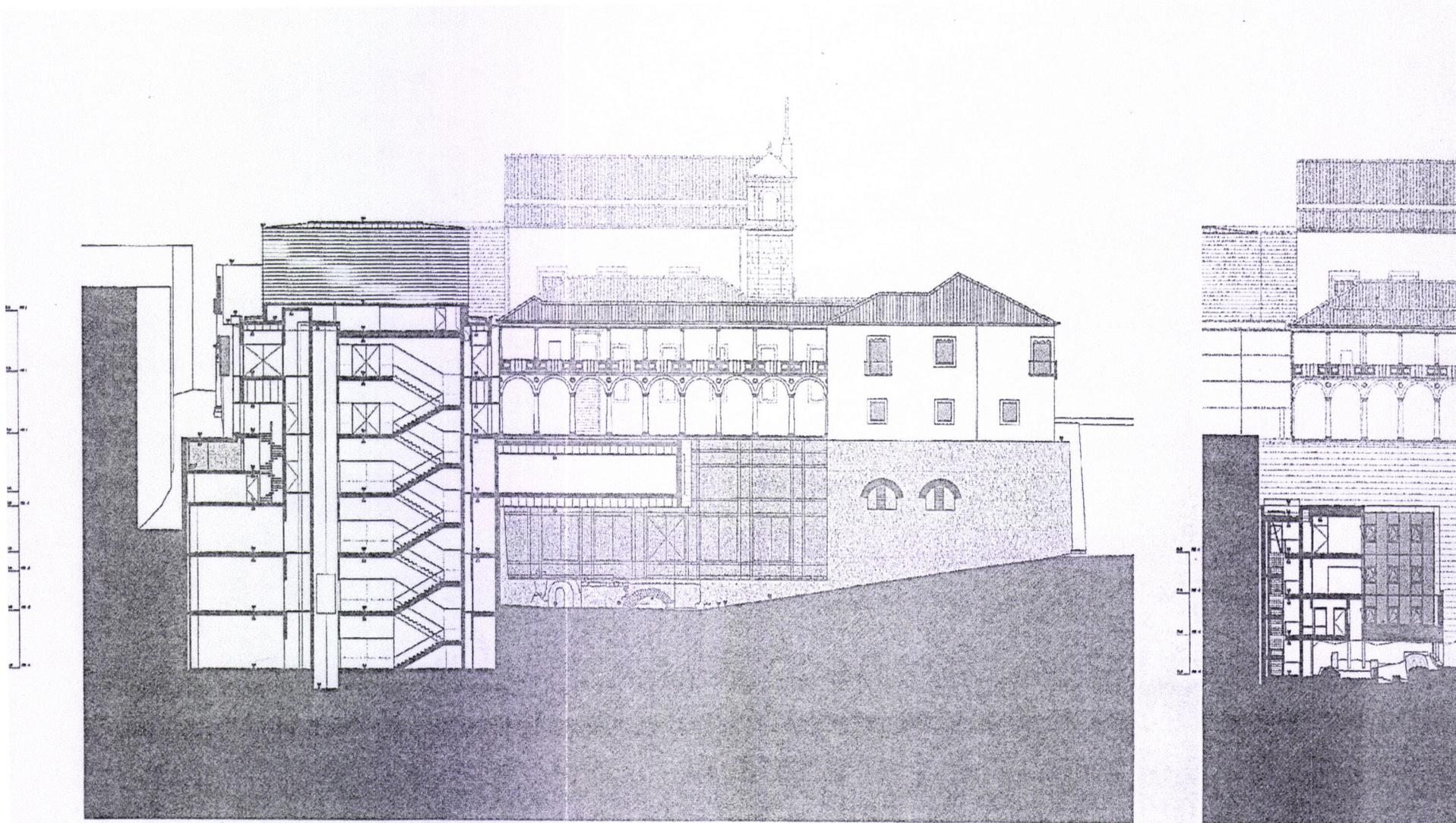
PISO -4

PISO -3

**Doc. 7** – Atelier Gonçalo Byrne - *Projecto de remodelação do Museu Nacional Machado de Castro. Planta dos pisos -4 e -3 onde se inserem as áreas de reserva. Acessível no Museu Nacional Machado de Castro.*



Doc. 8 – Atelier Gonçalo Byrne - *Projecto de remodelao do Museu Nacional Machado de Castro. Corte.* Acessivel no Museu Nacional Machado de Castro.



Doc. 9 – Atelier Gonçalo Byrne - *Projecto de remodelação do Museu Nacional Machado de Castro. Corte. Acessível no Museu Nacional Machado de Castro.*

**Documentação escrita**

Mobiliário do Instituto Botânico  
Cidade Universitária de Coimbra

Os móveis a construir para o Instituto Botânico, foram estudados de acordo com o programa fornecido e explicações verbais dadas pelo Director do Instituto.

A madeira escolhida foi a andiroba.

Neste estudo procurou-se robustez nas peças a empregar e fugindo sempre a processos complicados e de efeitos fáceis, pois, duma maneira geral os móveis são destinados aos “herbários” e estas salas pelas suas dimensões e volume não admitem fragilidades.

Nos móveis destinados ao armazenamento de plantas (herbários) têm um depósito nas coucerias e batentes para preservar de poeiras ou insectos os objectos arrecadados. As portas são de uma maneira geral envidraçadas e por detraz do vidro contraplacado de cedro para não deixar passar a luz. Esta solução adoptou-se para tornar mais leve no conjunto pois são móveis cujo comprimento atinge quase 17,00 m e a altura de 5,00 m.

As secretárias dos investigadores (...)

Nas mesas de preparação (...)

[p. 2] Duma maneira geral todos os móveis serão polidos à boneca com goma laca.

Ferragens: - Todas as ferragens serão de cobre polido. As fixas do tipo belota ou outro semelhante que ofereça maior garantia ou resistência.

Toda a madeira a aplicar terá que ser seca, ter fibra direita, sem cáries, rolhas ou betumes disfarçados.

Os móveis, uma vez concluídos e assentes no local, devem ter uma garantia de 3 meses, a fim de se poder observar os possíveis empenamentos ou defeitos de construção, ficando o fornecedor obrigado neste tempo a substituir todas as peças quer de madeira ou ferro que não satisfaçam as condições exigidas.

Lisboa, 7 de Março de 1951.

O arquitecto  
[assinatura]  
Lucinio Cruz

Exm<sup>o</sup>. Snr. Architecto Chefe da 4<sup>a</sup>. Secção dos  
Monumentos Nacionais

Coimbra

533

As obras do Museu Machado de Castro foram iniciadas em 1933 pelo desaterro da parte das "galerias romanas" das subestruturas do edificio, e de duas lojas térreas que serviam para arrecadação de materiais. Durante esses desaterros descobriram-se os restos da igreja românica de S. João de Almedina.

No decurso dos anos de 1934, 1935 e 1936 reconstituiu-se, o que era possível, da igreja velha e do anexo claustro, cujo ângulo de noroeste se encontra intacto. Levantou-se a arcade da nave norte desse claustro, e lagceu-se toda a área antiga descoberta, aproveitada para instalação da Secção Românica do Museu.

Em 1934 e 1935 foram ainda incorporados no edificio dois monumentos nacionais de Coimbra: os portais magestosos de Santo Agostinho, do antigo Convento de Santana, erguido nas trazeiras da Capela-mor da igreja de Almedina; e de S. Tomaz, collocado do lado do Largo do Salvador.

Durante o ano de 1936 transformou-se tambem o andar inferior da ala norte do pátio central, distribuindo-se por 4 salas todas ladeadas de cantaria amarela, em seguimento do claustro de S. João de Almedina, a Secção Romana, que foi inaugurada em 9 de Junho pelo então Ministro das Obras Públicas, Snr. Major Joaquim Abranches.

Em 1937 foi construído, sobre o claustro de Almedina, um pavilhão de dois andares, ocupado logo pela Sala de Curiosidades e Sala de Camilo Pessanha.

Em 1938 modificou-se o pátio do Museu pela obturação de aberturas e transformação de outras, transformando-se também a fachada de nascente do edifício, reconduzida à primitiva simplicidade manuelina. Desobstruiu-se e isolou-se a porta antiga de arcos ultrapassados que flanqueia a ala sul do Paço, desaterrrou-se totalmente um tramo longo das galerias romanas.

Além destas obras, outra de grande vulto se começou a executar: a construção de um pavilhão contíguo ao portal de S. Tomaz, com ligação para o corpo neo-manuelino do Paço, e para a casa anexa onde esteve instalado o Instituto, casa que pertence ao Museu. Esse pavilhão destina-se, no andar inferior, a abrigar os Côchens episcopais, e no superior, a arrecadações de espécies do Museu.

Para o ano corrente prevê-se a conclusão desse pavilhão. Terminado este e colocado nêle o material existente nas antigas arrecadações que ocupam o andar inferior, do lado do poente da parte do Paço renovada em fins do século XIX em estilo neo-manuelino, serão abertas na área dessas antigas arrecadações duas galerias paralelas, destinadas à Escultura dos séculos XVII e XVIII cujas espécies se encontram amontoadas, com prejuízo do Museu.

Paralela a essas galerias ficará uma terceira, destinada a completar o enquadramento do pátio de arcadas, interior, que data da reforma do século XIX. Três das galerias claustrais do pátio, são necessárias para a instalação das colecções das

espécies mobiliárias, prehistóricas e romanas.

Prevê-se ainda a ampliação da Sala Manuelina, que o ângulo de sudoeste do edifício, pelo aproveitamento de uma loja sotoposta à zona onde funciona a Secretaria.

Prevê-se também a transformação do jardim do pátio principal do Museu, e o complemento das obras iniciadas no exterior, largamente beneficiado em 1938.

Prevêem-se finalmente outros trabalhos, de menor importância mas absolutamente necessários, tais a reforma geral dos pisos, e a dos tectos antigos e soalhos das alas de nascente e ocidente do pátio nobre do edifício, e ainda o aproveitamento museológico da casa onde esteve instalado o Instituto.

A bem da Nação.

Coimbra, em 4 de Abril de 1939.

O Director do Museu,

**Lista dos responsáveis, conservadores e colaboradores contactados nas diferentes instituições**

**Dr.ª Adília Alarcão**

**Dr.ª Ana Cristina Tavares**

**Dr.ª Ana Goulão**

**Coronel Angeja**

**Dr. Artur Trindade Ribeiro**

**Dr.ª Berta Duarte**

**Dr.ª Clara San-Bento Santos**

**Dr.ª Ermelinda Antunes**

**Professora Doutora Fátima Sales**

**Tenente Coronel Ferrer**

**Dr. Júlio Marques**

**Professora Doutora Lina Rodrigues Carvalho**

**Dr. Luís Miguel Fernandes**

**Professora Doutora Maria Antónia Lopes**

**Dr.ª Maria Augusta Rocha**

**Dr.ª Maria Celestina Pimenta**

**Dr.ª Maria do Rosário Martins**

**Dr.ª Maria Teresa Baptista**

**Professor Doutor Paulo Gama Mota**

**Professor Doutor Pedro Casaleiro**

